Diário de Lisboa

Janeiro 1979
Terça-feira
2

ANO 58.º
N.º 19 84!
7950

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director adjunto **Fernando Piteira Santos**

DL uma voz independente

O «Diário de Lisboa» tem sido, há mais de meio século, uma voz independente na imprensa portuguesa. Com Joaquim Manso aprendeu a amar a liberdade, a defender os interesses do povo e da Pátria, a cultivar o diálogo, a praticar o debate das ideias, sempre num clima de serena crítica e de justo equilíbrio. Através da sua já longa existência nunca abandonou os princípios básicos que estiveram no espírito dos seus fundadores, respeitando sempre o público a quem se dirige, na medida em que nunca se negou a si próprio.

Acompanhando o evoluir dos tempos e a dinâmica da história, este jornal sempre procurou assumir as suas responsabilidade na vida portuguesa. Isto lhe valeu ao longo dos seus 58 anos de vida, não poucas dificuldades, perseguições e ódios vesgos, que sempre soube e saberá enfrentar corajosamente, certo de que uma voz independente sempre se tornou incómoda para os mesquinhos e para os poderosos que só pensam nos seus interesses e não querem respeitar os interesses alheios. Mas o «Diário de Lisboa» está seguro de que a sua prática jornalística, o seu respeito pela verdade, a sua coerência democrática sem sectarismos estreitos e o seu amor pelas causas justas lhe granjearam a dedicação dos seus leitores e o respeito da opinião pública.

Sem vaidade o dizemos, o «Diário de Lisboa» está indissoluvelmente ligado a um vasto sector da vida portuguesa e faz parte integrante da nossa cultura. Por isso, tentar liquidar este jornal seria o mesmo que tentar abafar uma voz independente num país livre, e constituiria um grave atentado à Democracia e à Constituição.

Foi portanto, com serena tranquilidade que tomamos conhecimento da desintervenção da Renascença Gráfica, proprietária do «Diário de Lisboa», decidida pelo Conselho de Ministros, apesar da maneira seca, como se de um mero caso de expediente se tratasse, como tal desintervenção foi anunciada pelo ministro Proença de Carvalho, responsável pela pasta da Comunicação Social.

Muitos dos nossos leitores e amigos que quiseram ver no anúncio dessa desintervenção uma ameaça deliberada à existência do jornal, ofereceram-nos o seu apoio e a sua solidariedade. Mas nós, como desconhecemos ainda as consequências imediatas de uma desintervenção desacompanhada das cautelas da viabilização, aguardamos com serenidade o desenrolar dos acontecimentos, certos de que não estamos sós. Em todo o caso, não deixa de ser bastante estranho que a de-

Continua na pág. 8

PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA

PRESIDÊNCIA EM NOVEMBRO

Eleito membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em escrutínio efectuado em 10 de Novembro último, Portugal iniciou ontem o seu primeiro mandato de dois anos nessas funções, cabendo-lhe, dentro do sistema rotativo em vigor no conselho, assumir a presidência daquela alta instância da ONU em Novembro deste ano.

O Conselho de Segurança da ONU tem, desde ontem, a seguinte constituição: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, China e União Soviética – membros permanentes com direito a veto; e Bangladesh, Bolívia, Gabão, Jamaica, Koweit, Nigéria, Noruega, Checoslováquia, Zâmbia e Portugal – membros não permanentes.

A principal atribuição do Conselho de Segurança – espécie de executivo da Assembleia Geral da ONU – é a de manter a paz e a segurança internacionais e investigar qualquer situação passível de degenerar em conflito. Qualquer país membro pode levar essas situações ao conhecimento do conselho.

«Esta eleição – afirmou na altura o embaixador de Portugal na ONU, Futscher Pereira – deve ser motivo de orgulho para o povo português e de redobrada satisfação para todos aqueles que, constituindo uma verdadeira equipa, contribuíram a todos os níveis para que ela pudesse tornar-se uma realidade».

Contudo, as palavras do embaixador parece que não encontraram eco no Governo Mota Pinto, já que a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas não lhe mereceu qualquer citação no programa.

Interrogado sobre essa omissão na Assembleia da República, aquando do debate do programa do Governo, Freitas Cruz, ministro dos Negócios Estrangeiros, explicou que tal eleição se tratava de «um acontecimento já passado».

Relações Lisboa-Conakry

A assinatura esta manhã, no Palácio das Necessidades, de uma declaração conjunta, pelo embaixador Barry Biro e pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Enes, marcou o início do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Guiné-Conakry.

Na declaração citada afirmam-se como principais orientadores das relações bilaterais entre os dois países», a igualdade, interesses recíprocos, respeito mútuo da soberania nacional, da integridade e da não-ingerência nos assuntos internos «e sublinha-se ter sido a restauração da democracia em Portugal e o acesso à independência das ex-colónias portuguesas o factor decisivo do «restabelecimento de relações de

Continua na pág. 20

HOJE HÁ «EXCLUSIVO»

Depois de assinalar o significado do 1 de Janeiro, 20.º aniversário da revolução cubana, o «Exclusivo» de hoje promete um número especialmente dedicado às transformações resultantes da vitória dos «barbudos» de Fidel Castro e seus companheiros. O suplemento insere ainda artigos sobre a economia americana, a situação na Turquia, problemas da Venezuela, etc., bem como a última parte da análise de Samora Machel da África Austral.

Eanes: opção europeia condiciona Portugal

Foi um discurso moderado e sereno o que o Presidente da República dirigiu ontem aos portugueses como mensagem de Ano Novo. «Palavras de esperança e também de confiança», assim as definiu Ramalho Eanes, contornaram a afirmação de que 1979 será um ano com «muitos problemas para resolver» e em que haverá que «enfrentar momentos difíceis». Uns e outros sobressaem da mensagem presidencial como ligados àquilo que foi definido como «o nosso modelo político» ou seja «a opção europeia» – tema central das palavras do Presidente da República.

Traduzindo: Ramalho Eanes fez ontem sentir que para além de «os efeitos negativos dos condicionalismos herdados» a parte maior dos sacrifícios que em 1978 o povo português teve de suportar e que de novo e mesmo agravados se lhe pedem para 1979, resultam da «opção europeia» e do «modelo económico de economia aberta e concorrencial no espaço interno e nos mercados internacionais» a ela inerente. Por isso, todos os problemas nacionais tendem a ser reduzidos à concretização de tal «opção».

Continua na pág. 5

Superpetroleiro fantasma afasta-se da costa galega

- **Morreram provavelmente os 29 tripulantes que abandonaram o navio em salva-vidas**
- **Pelo menos 50 mil toneladas de petróleo já derramadas no mar**

CORUNHA, 2 (R) – Como um navio-fantasma, com os motores ainda trabalhando, um superpetroleiro sinistrado, sem ninguém a bordo, navega hoje no Atlântico, afastado da costa Noroeste de Espanha, onde faz surgir o espectro de uma grande catástrofe ecológica.

O petroleiro grego «Andros Patria», que despejou já no mar cerca de 50 mil toneladas de ramas, desde que abriu brechas e se incendiou na véspera do Ano Novo, vogava em direcção a Ocidente, a uma velocidade de quatro nós, com piloto automático.

«Andros Patria» continuava hoje de manhã a largar quantidades impressionantes de petróleo no mar, e só a força dos ventos nestas horas mais próximas e a sua orientação poderão permitir que se conheçam quais são os perigos reais de poluição para a costa espanhola.

Os motores foram postos a funcionar pelo primeiro maquinista, que foi o último de três sobreviventes a serem retirados ontem do barco por um helicóptero.

As buscas continuam ainda para encontrar mais sobreviventes. Contudo, receia-se que todas as 29 pessoas, incluindo uma criança de dois anos, que abandonaram o petroleiro e se meteram em salva-vidas, arrostando com o mar tempestuoso, tenham morrido afogadas. Nove corpos foram encontrados, até agora.

Após a preocupação inicial de que enormes quantidades de petróleo poluiriam as praias arenosas e ricas zonas de pesca da região Noroeste da Galiza, a marinha comunicou que não havia talvez perigo iminente do lençol de ramas alcançar a costa, mas parece ainda cedo para se tirar qualquer conclusão.

Fontes navais disseram no entanto que condições favoráveis de mar estavam a levar a mancha de petróleo para longe da costa e, de manhã, o lençol poderia já ter-se afastado para 100 milhas marítimas de terra.

Dois barcos da marinha estão já a empregar detergentes para tentar dispersar as ramas, que se transformaram em dois grandes lençóis. Mais dois navios, carregados também com detergentes, navegavam para a área, após zarparem de Bilbau, acrescentaram as fontes.

Um contratorpedeiro e dois «salvadegos» seguiam no encalço do petroleiro e tentariam rebocá-lo quando o tempo melhorasse.

Praias e bancos de pesca à volta da Corunha recuperaram somente há pouco de um desastre ecológico, em 1976, quando o superpetroleiro «Urquiola» naufragou perto deste porto e largou no mar a maior parte da sua

Continua na pág. 20

TISSOT

NAVIGATOR
Cronógrafo, automático com calendário totalizador de horas minutos e segundos

SEASTAR
Cronógrafo, com calendário totalizador de minutos e segundos

TISSOT O RELÓGIO QUE CONQUISTOU O MUNDO INTEIRO

NOVOS LIVROS

Pierre Hourcade: Eça, Pessoa, etc.

Um daqueles nomes que há mais tempo nos habituámos a ver entre os estudiosos estrangeiros mais interessados pela literatura portuguesa em geral ou pelos seus escritores e pela problemática deles em particular, Pierre Hourcade, acaba de ver traduzidos em português e editados em volume em Portugal alguns dos seus escritos, supomos que pela primeira vez. O livro intitula-se «Temas de Literatura Portuguesa» e publicou-o a Moraes na sua colecção «As Margens do Texto».

O volume reúne um «Panorama Geral da Literatura Portuguesa» alguns «Estudos sobre o Século XIX», outros sobre Fernando Pessoa, uma digressão por «O Ensaio e a Crítica na Presença», e um texto de homenagem a Branquinho da Fonseca.

O mais importante deste conjunto é, evidentemente, o que trata do século XIX e o que trata de Fernando Pessoa. No primeiro caso avultam ainda, e principalmente, os escritos sobre Eça de Queiróz, mas o interesse maior dos escritos de Hourcade é a informação que eles veiculam acerca quer do ascendente francês sobre a literatura portuguesa do século passado quer da repercussão ou projecção possível da literatura portuguesa ou de alguns dos seus autores em França (e nos dois casos, como francês, Pierre Hourcarde encontra-se especialmente bem colocado para oferecer destas relações uma perspectiva ajustada, ainda mais tratando-se dum profundo conhecedor da literatura portuguesa, como o demonstra no estudo inaugural deste volume; de notar, entretanto, que os autor viveu largos anos em Portugal).

Estas referências encontram-se um pouco distanciadas de nós, que preferiríamos talvez ver estudados por estrangeiros os escritores portugueses mais novos, a literatura portuguesa nas suas situações mais recentes, para cá do «Orpheu» e da «Presença». Mas naturalmente que isto não é prezar menos o interesse de que se revestem os estudos de Pierre Hourcade, os mais deles feitos há não poucos anos e tratando-se não apenas dos primeiros trabalhos que estudiosos franceses fezeram sobre a literatura portuguesa ou autores portugueses (Fernando Pessoa pelo menos), mas, ainda, e até hoje, do melhor que se conhece de tudo quanto entretanto se fez. Em francês – mas em português também, e não virá a despropósito referir a relativa pobreza de ensaística portuguesa no que respeita mesmo aos valores portugueses. Por vezes quase poderia dizer-se que foi preciso certos autores serem descobertos e estudados no estrangeiro para serem mais reconhecidos, ampla e fundamente estudados em Portugal.

Integrado na colecção Margens do Texto, da Moraes apareceu recentemente nas livrarias «Fernando Pessoa – tempo, solidão, hermetismo».

O volume reúne dois estudos de Stephen Reckert (catedrático de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Londres, leccionando actualmente na Universidade Nova de Lisboa), e três de Y.K. Centeno (professora da Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa). Alguns destes estudos são desenvolvimentos de outros que já tinham sido publicados anteriormente e em separado. A reunião, no entanto, oferece uma perspectiva mais ampla das questões de que se trata – e de que o subtítulo logo indica, podendo-se dizer que estamos perante um valioso contributo para a bibliografia passiva de Fernando Pessoa.

O facto desta bibliografia ser já vastíssima – talvez sem exagerar, poder-se-ia dizer que somente o que se escreveu sobre Pessoa é, se não tanto, quase tanto, como o que escreveu sobre os restantes poetas portugueses deste século ou a poesia portuguesa do século XX, sendo de anotar a predominância, nesta bibliografia, da autoria estrangeira – o facto desta bibliografia ser já vastíssima não impede que este novo título seja um contributo enriquecedor. De resto, os motivos de intesse da obra pessoana aqui abordados e desenvolvidos nem são daqueles que mais têm atraido os estudiosos.

Embora marginal, se confrontado com os restantes, destacaremos aqui o último escrito do volume, este de Y.K. Centeno, e acerca do espólio e da biblioteca de Fernando Pessoa: «uma solução para alguns enigmas», como a autora propõe.

TRIBUNA LIVRE

A. Medeiros Navarro

Uma iniciativa no Nordeste

A situação no Nordeste Transmontano não se vem alterando apenas no plano político. Uma experiência recente, a da realização da Semana do Cinema sobre Trás-os-Montes simultaneamente em cinco concelhos do distrito de Bragança, veio demonstrar que há naquela região um sentimento crescente de vontade de sair do impasse existente desde há décadas.

Esta realização, que partiu de uma base de trabalho (filmes feitos até agora em Trás-os-Montes) não aliciante para certas franjas da população, nomeadamente os que sempre desprezaram e combateram a cultura, teve a apoiá-la associações, professores, alunos e pessoas de vários sectores da vida local; autoridades e autarquias também deram o seu contributo, concorrendo para um clima de amizade e tolerância que prevaleceu durante toda a iniciativa.

Para além da exibição dos filmes, foram realizados alguns dos colóquios previstos; é de lamentar a não realização de outros, devido à ausência dos convidados: teria sido uma excelente experiência para realizadores e críticos de cinema, normalmente defensores da descentralização cultural, participarem em sessões onde os filmes eram vistos quase heroicamente, de pé e nalguns casos com temperaturas abaixo de zero. Esta falha, acentuada logo no início, não ajudou a despertar mais interesse pela iniciativa, e este era um dos objectivos dos colóquios programados.

Filmes que há anos não teriam espectadores capazes de se manterem até final da projecção, dada a sua especificidade, foram atentamente seguidos em muitos casos por centenas de pessoas interessadas em discuti-los, em pôr questões aos autores e críticos; os participantes viram de certo modo frustada, embora não por culpa da associação promotora da iniciativa, a oportunidade de aprofundar questões da cultura e da vida no Nordeste com os convidados que faltaram.

A acompanhar esta iniciativa, desdobrando-a, foram realizadas outras sessões culturais, nomeadamente em escolas primárias, instalações do ciclo preparatório e escolas secundárias. O grupo inglês Five Penny Festival e Tété, a mulher palhaço portuguesa, realizaram espectáculos que ficarão na memória das crianças transmontanas; foram experiências que nem todas tiveram, nalguns casos infelizmente por obstrução de professores incapazes de compreender o significado de uma realização voltada para a abertura de perspectivas culturais. Isto aconteceu nomeadamente com alguns professores primários de Mirandela.

Também António Dias, fantocheiro popular de grande qualidade, realizou sessões em escolas e associações para muitas centenas de crianças, despertas pela sua capacidade de explicar o espectáculo de marionetas, desde a origem histórica até à construção e manipulação dos bonecos. Depois da sua passagem por cada terra, as crianças ficavam de tal modo enturiasmadas que não havia meias velhas lá em casa que escapasse à vontade de fazer fantoches.

No total as sessões de cinema tiveram 4255 espectadores e as sessões de animação cultural 3490. Pode dizer-se que a adesão à Semana do Cinema sobre Trás-os-Montes é surpreendente sobretudo para quem imaginava ser o Nordeste uma região onde o interesse pela cultura era inexistente. Se outras perspectivas não tivesse apontado, bastava o interesse que foi detectado a nível local para ter valido a pena realizar esta primeira iniciativa.

Assim, as sessões de cinema interligadas com sessões de animação cultural, se foi criando um clima propício à continuidade deste trabalho. Tratou-se de uma primeira acção de sensibilização cultural, levada a cabo em condições técnicas muitas vezes mínimas, e com pouco dinheiro, mas que poderá deixar raízes e propiciar realizações de grande alcance, se as associações culturais já existentes, as autarquias e quem participou nesta Semana do Cinema a nível individual ou colectivo souberem interpretar e compreender profundamente o interesse das população por iniciativas de valor no campo da cultura.

Trata-se, de facto, de compreender e estimular a situação criada nos últimos anos, de preocupações mais dignas e válidas pela cultura e por questões da vida local, da parte das populações. A defesa do património foi uma das preocupações mais expressas durante as sessões realizadas. Sair-se da situação de usofruir apenas as sessões castradas da TV e as passagens de filmes de décima categoria realizadas nas casas de cinema do distrito, foi outro dos pontos focados. Claro que isso vai dar trabalho. Em particular situação de poderem ajudar estão muitos professores e alunos das escolas preparatórias e secundárias, em cada concelho, que bem podem avançar, com mais pessoas interessadas, para a organização de núcleos dinamizadores de acções culturais de vários tipos, nos campos da Música do Teatro, da defesa do Património Cultural, da Literatura e outros.

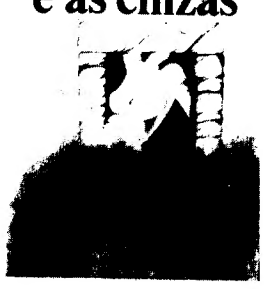
A situação, para quem começa, não é tão cómoda como nos grandes centros, é óbvio. Mas o desafio é aliciante, e assim o compreenderam já a Associação Recreativa e Cultural do Santo Cristo, de Moncorvo, a secção Cultural dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros, o Centro Cultural de Vimioso, aqueles que tencionam revitalizar o Cineclube de Bragança, os jovens do Grupo de Intervenção Cultural de Vila Flor, ligado ao Vila Flor Sport Clube, e aqueles que ensinam e aprendem música na Associação de Socorros Mútuos dos Artigos Mirandelenses, bem como a direcção desta colectividade.

Por todo o Nordeste, a vida cultural ganha novo ímpeto. A Associação do Nordeste Transmontano pretende lançar em breve outra iniciativa, sob o tema «Livros para o Nordeste». Trata-se de pedir apoio a Editoras, a escritores, a transmontanos e não transmontanos, no sentido de recolher livros para formar pequenas bibliotecas que serão depois entregues a associações culturais do Nordeste, acompanhadas de sessões nomeadamente com escritores, realizadas nos locais abrangidos. Mais uma vez se pretende reduzir o isolamento das populações e dos intelectuais, através de um diálogo que poderá não ser à partida muito fácil mas terá concerteza a qualidade de ajudar a destruir mitos e enfraquecer distâncias.

Aqui fica esta ideia da Associação do Nordeste Transmontano para uma acção no Nordeste se abalancem a iniciativas de enraizamento da prática cultural, dos interesses da massa estudantil e das populações, aproveitando uma situação diferente, repete-se, de procura crescente de uma dignidade de vida bem merecida pelo povo transmontano.

Manuel da Fonseca: o fogo e as cinzas

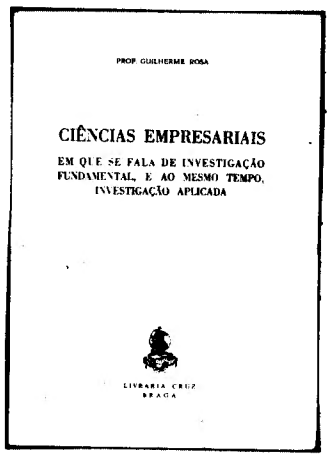
A editora Forja acaba de publicar a 4.ª edição de «O Fogo e as Cinzas», de Manuel da Fonseca. Obra de 1951, os contos de «O Fogo e as Cinzas» vieram então confirmar o grande prestígio literário do poeta de «Rosa dos Ventos» (1940) e de «Planície» (1942), do contista de «Aldeia Nova» (1942), do romancista de «Cerromaior» (1943). Desta obra de Manuel da Fonseca, escreveu Mário Dionísio: «um dos mais belos livros de contos que conheço». Esgotado há muito, fica agora ao alcance dos leitores e dos admiradores da obra de Manuel da Fonseca «um dos mais belos livros de contos» publicados em Língua Portuguesa.



Ciências empresariais

Discípulo e admirador de Jean Dumarchey, o professor Guilherme Rosa publicou, em edição da Livraria Cruz, de Braga, uma obra intitula: «Ciências Empresariais, em que se fala de Investigação Fundamental, e ao mesmo tempo, Investigação Aplicada». Obra de especialista e de conteúdo técnico, as questões versadas apresentam incontestável interesse para o público que se dedica a essas matérias: planeamento industrial; contabilidade da produção; economias de escala; economias e deseconomias; custos; casos de poliprodução; apriorismo e aposteriorismo contabilísticos; contabilidade apriorística de estabelecimentos e serviços.

O Autor tem publicado sobre as matérias da sua especialidade dezenas de trabalhos e artigos.



CONSIDERA D. ANTÓNIO RIBEIRO

"Ainda não vivemos em autêntica paz"

«Se a paz, como escreve o Papa, é a plenitude e a alegria, não poderá afirmar-se que haja autêntica paz num país onde tantas pessoas sofrem carências básicas de habitação, de trabalho, de saúde, de cultura, etc.», afirmou ontem o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, em Torres Vedras, onde presidia às celebrações do Dia Mundial da Paz. O Cardeal-Patriarca considerou que não está ainda consolidado em Portugal o regime democrático, embora com o 25 de Abril se tenha posto termo a uma situação crónica de guerra nas ex-colónias.

Falando sobre a paz no mundo, D. António mencionou especialmente o caso do Líbano, país onde se tem vivido uma situação de guerra quase permanente, e várias situações no Extremo e Médio Oriente, na África e na América Latina onde são dominantes ou a «guerra aberta» ou a «hostilidade latente».

O Cardeal-Patriarca recordou o falecido Papa Paulo VI como tendo sido o principal impulsionador do «Dia Mundial da Paz».

"Primeiro de Janeiro" tem 110 anos

Cento e dez anos é a idade ontem atingida pelo nosso colega do Porto «Primeiro de Janeiro». A todos quantos nele trabalham o «Diário de Lisboa» envia, nesta efeméride, cordiais saudações.

NOVOS COMBOIOS NA LINHA DE SINTRA

Dois novos comboios foram hoje lançados na linha de Sintra durante as horas de ponta, de manhã e à tarde – informa o gabinete de relações públicas da CP. Durante as horas de ponta, o inetrvalo entre partidas passa, assim, a ser apenas de quatro minutos. A CP chama a atenção do público utente para as alterações de horários decorrentes desta medida.

CONCURSO DA 2 RTP/2

Nome .....

Morada .....

..... Telef. .....

O ERRO DO ANÚNCIO FOI

IMPORTANTE: Preencher o boletim com letra bem legível.
O boletim deve ser recortado pelo tracejado e remetido ao Apartado 1423 - Lisboa 1, colado em postal modelo normal dos CTP

cole no endereço postal

CONCURSO DA 2 RTP/2
RTP-RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP
Apartado 1423 — Lisboa 1

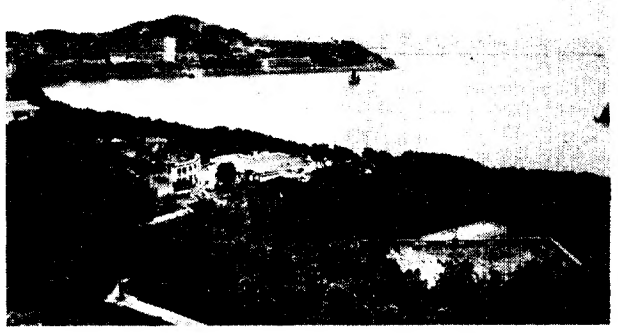
ponto a ponto

Participantes no assalto ao quartel de Beja em 1 de Janeiro de 1962 reuniram-se mais uma vez em Lisboa num jantar comemorativo daquela acção contra o antigo regime. Presentes, entre outros, Gualter Basílio, Edmundo Pedro, Lopes Cardoso, Piteira Santos e Manuel Serra. Na altura foi assinado um documento de solidariedade com o coronel Varela Gomes, que comandou o assalto, e se encontra actualmente a residir em Moçambique.

Encontra-se na Assembleia da República, pendente da Comissão Parlamentar de Defesa, a nova lei do serviço militar elaborada por uma comissão do EMGFA. Uma das inovações da nova lei (segundo divulgou um semanário lisboeta) diz respeito à necessidade de requerimento de licença para ausências de território nacional, que deixa de existir sendo substituída por uma declaração da situação militar na fronteira.

Ramalho Eanes e Mota Pinto voltaram a reunir, no sábado, em Belém. Desta vez não estiveram presentes outros membros do Governo. Ramalho Eanes, que no mesmo dia recebeu cumprimentos de fim-de-ano do IV Governo, teve ainda uma audiência com o embaixador português em Havana, Manuel João da Palma Carlos. O Presidente da República tem aproveitado a quadra festiva para se avistar com diversos embaixadores portugueses que nesta altura se encontram em Portugal, manifestando desta forma o seu interesse (e intervenção) na política externa portuguesa.

Mário Soares recebe esta tarde os autores do documento «Reflexão militante», manifesto interno em que se defende a reorganização do PS e a definição de uma nova linha programática. Como principais promotores deste documento contam-se Rui Vilar, Teresa Ambrósio, Soares Louro e Machado Rodrigues. Outros membros do secretariado nacional do PS acompanharão Mário Soares nesta audiência.



Uma atitude desfavorável dos bancos locais terá estado na origem da revisão da decisão do Governo de Macau de revalorizar a pataca em 7,23 por cento. Esta decisão foi anunciada ontem, após dois dias de negociações com a banca traduzindo-se numa revalorização de apenas 4 por cento.

O BRASIL PÓS-ELEIÇÕES

CARLOS MINC BAUMFELD

Depois de uma movimentada campanha eleitoral, onde a oposição conseguiu compensar as restrições impostas pela «Lei Falcão» – proibição de propaganda pela rádio e televisão – com comícios e mobilizações nos grandes centros urbanos, e depois de uma vitória global do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) por mais de 5 milhões de votos, que no entanto na matemática tropical imposta pelo sistema viriam a se traduzir numa maioria arenista (governamental) na Câmara e no Senado, a grande questão qué surge é a seguinte: quais os caminhos para a verdadeira democratização do processo político brasileiro?

O CONTINUISMO

O projecto continuista do regime, concebido por Geisel e Golberi, que é anunciado com o título da «distensão lenta e gradual», marcou alguns pontos, com a imposição de Figueiredo para herdeiro do regime, vencendo a resistência de diversos sectores arenistas dissidentes e com a «vitória» da Arena, fabricada cuidadosamente com o «pacote de Abril» que impunha as eleições indirectas para os governadores dos Estados e ainda a caricata figura dos senadores biónicos, escolhidos e eleitos por Geisel e que constituíram 1/3 do Senado.

Do ponto de vista da sua estrutura jurídica, o projecto continuista, ao ser obrigado pela pressão social de abrir mão do AI-5 (Acto Institucional n.º 5), que completou agora, a 13 de Dezembro de 1978, 10 anos de existência que se traduziram em centenas de cassação de deputados e vereadores e milhares de punições a funcionários públicos e militares, concebeu para sua substituição a doutrina das «salvaguardas eficazes de Estado», contempladas na nova Lei de Segurança Nacional (LSN), que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 1979, no mesmo dia em que o AI-5 será extinto.

Se por um lado a nova LSN torna as penas mais brandas, o que poderá significar a libertação de cerca de metade dos 200 presos políticos e o retorno de parte dos 8000 exilados, por outro lado ela mantém, sob outras denominações uma série de instrumentos de arbítrio, reintroduz a «censura prévia» aos órgãos de comunicação social, que já havia sido derrubada pela luta dos jornalistas e da oposição democrática; o texto da nova LSN causou uma frustração nos meios oposicionistas que chegaram a acreditar nas promessas de Geisel e tem dado origem a um sem-número de declarações de protesto, como a do bispo D. Mauro Morelli, que em nome da Arquidiocese de São Paulo declarou que: «... a nova LSN é a negação da própria abertura apregoada...».

No aspecto das relações de trabalho, o projecto continuista parece disposto a ceder a uma reivindicação de empresários e trabalhadores, que é o direito a livre negociação dos reajustes salariais, sem a tutela governamental, como tem sido até agora. No entanto, neste terreno o continuismo mantém a proibição de greves, que segundo o art.º 27.º da nova LSN pode ser punida com penas de reclusão de 2 a 12 anos e também cria instrumentos para impedir a livre organização sindical dos trabalhadores. O movimento sindical tem, no entanto, sabido dar resposta a estas intenções, desafiando abertamente a «lei de greve», através de lutas como p. ex., a que paralisou em Novembro passado 350 mil metalúrgicos em São Paulo, reinvidicando 70% de aumento salarial.

No capítulo da política económica, não são previstas grandes modificações no modelo económico vigente, concentrador de riquezas num diminuto estrato da população e acelerador da dívida externa brasileira, que já é a maior do mundo. A única novidade apregoada parece ser a «prioridade para a agricultura» que tem sido propagada por Figueiredo, e que na verdade consiste na expansão de grandes projectos agro-pecuários ligados às empresas multinacionais e seguindo as recomendações do Banco Mundial (de Mac Namara) que provocarão a expulsão de milhões de camponeses de suas terras que afluirão às grandes cidades como uma reserva de trabalho que tentará ser utilizada para moderar as reivindicações salariais dos trabalhadores da indústria. O projecto Jari, no Amazonas é talvez uma das fontes de inspiração desta política agrícola: pertence a um empresário norte-americano e possui uma extensão de terras uma vez e meia superior à extensão do território português.

OS CAMINHOS DA OPOSIÇÃO

A oposição democrática brasileira não se resume, de forma alguma, ao MDB. O MDB é uma frente eleitoral de tendências opositoras ao regime e a leitura para as votações expressivas que vem obtendo é fundamentalmente um rotundo NÃO à política antipopular do regime ditatorial. No entanto, a oposição real tem diversas outras componentes que tem vindo a se consolidar nos últimos tempos: em primeiro lugar, a Igreja, que quer através da sua cúpula, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) quer através das suas comunidades de base, organizadas por todo o Brasil, anima diversos movimentos da população, como p. ex., o Movimento contra o aumento do custo

Continua na pág. 18

ANO NOVO E CRISE VELHA

Deste ano de 1979, não podemos dizer, com alguma reflexão crítica e com um mínimo de responsabilidade, que tenha um início em circunstâncias auspiciosas. Que nos sejam consentidas a confiança, a alegria e a esperança.

Negando-se a prestar declarações a um jornal, o eng. Nobre da Costa, primeiro-ministro de um III Governo Constitucional que naufragou na Assembleia da República, afirmou: «A situação do País é demasiado séria...».

Não parece exagerado este juízo. Demasiado séria nos parâmetros conhecidos e demasiado séria na perspectiva político-económica a curto e médio prazos. E não haverá lugar para supor, apesar do prudente reformismo do super-ministro Jacinto Nunes, que este IV Governo Constitucional tenha sabido dotar-se de competências técnicas e reunido as condições políticas necessárias e suficientes para vencer a crise (económica e financeira, social e política) nem terá sabido conquistar uma larga compreensão internacional, nem criar fortes apoios nacionais. Pela sua composição e pelas reservas que suscitou dentro e fora da Assembleia da República, este IV Governo Constitucional não se afigura capaz de mobilizar a Nação para vencer a crise. E não parece capaz, muito principalmente, de mobilizar confiantemente as classes trabalhadoras.

Para além das especulações políticas, aquém dos cálculos dos analistas e dos peritos da conjuntura, a **crise** agrava-se. O défice da balança comercial, entre Janeiro e Outubro, considerada esta em relação ao mesmo período do ano de 1977, revela um agravamento de 15 milhões e 700 mil contos. O défice da balança comercial atingiu, consequentemente, o volume impressionante de 104 milhões e 400 mil contos, dado que as importações totalizaram 188 milhões e 300 mil contos (CIF) e as exportações não excederam 83 milhões e 900 mil contos (FOB).

Postulamos a entrada para o Mercado Comum, onde na opinião de Jacinto Nunes não podemos ingressar «numa condição de mendigos», com um saldo negativo de cerca de 37 milhões e 200 mil contos. À República Federal Alemã comprámos 25 milhões e 200 mil contos e só lhe vendemos mercadorias no valor de 11 milhões de contos. Acentuadamente deficitárias também as trocas comerciais com os Estados Unidos: importámos 22 milhões e 400 mil contos, exportámos 5 milhões e 800 mil contos; registou-se um défice de 16 milhões e 600 mil contos.

Não deixaremos de notar que a cobertura percentual das importações pelas exportações melhorou: subiu de 41 para 45 por cento. A margem deficitária é, porém, preocupante.

Por outro lado, não se esqueça que o desemprego aumenta. Nem se esqueça que, com a das rendas das casas, a subida dos preços dos transportes, do vestuário e da alimentação contribuem para uma acelerada degradação do nível de vida. «O custo de vida aumenta, o povo não aguenta» – não é só uma «palavra de ordem», é um clamor fundo e generalizado. A **crise velha** e não apenas portuguesa – ameaça aprofundar-se e desentranhar-se em consequências políticas e reflexos sociais. Assim se inicia um Ano Novo, carregado de incertezas, sem confiança e sem esperança.

Porque a solução da crise terá que ser uma solução política: uma solução democrática, constitucional, coerente com as promessas de Abril.

E é tempo de passar das promessas às realizações; é tempo de passar das palavras aos actos; é tempo de passar das intrigas de antecâmara e das manobras de bastidores à transparência e à clareza da vida democrática.

CONFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Na mensagem que o Conselho da Revolução endereçou aos Portugueses nas vésperas do Natal, dizia-se: «Com todos os seus condicionamentos, o ano que vai findar foi um ano de paz e de confirmação democrática, com muitos aspectos positivos.» Desta positiva constatação partia o Conselho da Revolução para um voto e para uma precaução: «É legítimo desejar que o próximo ano seja melhor embora o adensar das componentes exógenas da crise aconselhe a que nos mantenhamos despertos e o espírito pronto para redobradas lutas e reforçados sacrifícios».

Na «ordem material» não se vislumbra que o Ano de 1979 possa ser melhor, de presumir é, sim, que os «reforçados sacrifícios» e as «redobradas lutas» sejam as tónicas dos próximos doze meses. Com este IV Governo Constitucional orientado para uma «recuperação» que desvaloriza –ao que parece – a participação popular responsável é de esperar, ao longo do ano, uma movimentação reivindicativa crescente, que, da parte das classes trabalhadores, sejam desencadeadas «redobradas lutas».

Como afirmou o Conselho da Revolução: «Vivemos tempos que por toda a parte são de crise e que entre nós também são de mudança, temos que estar preparados e fortalecidos para as grandes batalhas de recuperação económica e de institucionalização do novo modelo de sociedade – pluralisa, participativa e democrática – que livremente escolhemos. Batalhas que implicam sacrifícios e renúncias, mas também a alegria de estarmos constituindo para os nossos filhos um país novo onde valha a pena viver.»

Mas a realização desse objectivo de Abril – a construção de um «País novo» – se exige a «institucionalização do novo modelo de sociedade», exige, igualmente, que não se sacrifique a necessidade da «mudança» ao propósito de «estabilização». O «modelo novo de sociedade» caracteriza-se por ser **pluralisa, participativo e democrático.** São três caracteres que mutuamente se condicionam, que se interpenetram. O «novo modelo de sociedade» não será **pluralista** se não for**democrático;** não será **democrático** se não for **participativo.** Nem se poderá falar de **recuperação,** no quadro desse «modelo novo de sociedade» se o movimento no sentido da **mudança,** for de algum modo entravado ou subordinado à **estabilização,** mesmo que a pretexto de criar as futuras **condições de mudança.** Aprende-se a nadar, nadando. Aprende-se a mudar, mudando, renovando, inovando. Os que querem oferecer aos seus filhos, e aos filhos de todos os Portugueses, «um País novo onde valha a pena viver» – e esse é um bom voto para 1979 – não poderão aceitar a **recuperação** que se identifique com, e se resuma a, uma **estabilização.**

A **estabilização** atrasa a **mudança,** sob o pretexto de preparar as condições que a favorecem. Este nosso tempo de mudança não pode ser tempo de **estabilização.** Terá que ser tempo de modernização e de inovação. Só pela **mudança** se confirmará a democracia. A nossa democracia é uma via para a meta constitucional: «a sociedade sem classes». Uma via para um «País novo» que, para ser o dos nossos filhos, terá que ser construído por nós sem perda de tempo.

Bombeiros de Coimbra sem barco para procurar quatro afogados

COIMBRA, 2 – Uma avaria no seu barco a motor impossibilita os Bombeiros Municipais desta cidade de prosseguirem as buscas na região do Pe´de Cão, onde se terão afogado anteontem quatro caçadores daquela zona ribeirinha do Mondego.

A tragédia teve uma testemunha, um quinto caçador, de nome Vítor Manuel, que se salvou «in extremis» quando a ponte de madeira que iam a atravessar ruiu ao peso dos caçadores. Enquanto quatro eram arrastados pelo fortíssimo caudal do Mondego, Vítor Manuel agarrava-se desesperadamente a um cabo de aço e lograva chegar à margem. Ele próprio, antes de ser transportado ao Banco dos Hospitais da Universidade para receber assistência, deu o alarme. Mas nada havia a fazer.

Os quatro afogados são Alvaro Salgado Vilão, de 24 anos, casado, electricista-canalizador, do lugar da Corujeira; José Romeiro dos Reis Coelho, de 25, solteiro, pedreiro, da mesma povoação; António Alberto Neves de Lemos, de 27, solteiro, torneio-mecânico, da Espadaneira; e António Gomes Alves Correia, o mais velho do grupo, de 30 anos, casado, residente no Pé de Cão e empregado comercial na C. Santos, em Coimbra.

Vítor Manuel, de 20 anos, conta que os cinco andavam a caçar entre S. Martinho do Bispo e Taveiro, e foi para atravessar um braço do Mondego que utilizaram a ponte de madeira, sustentada por cabos metálicos, construída há um ano por concessão dos Serviços da Hidráulica do Mondego no lugar onde havia uma outra já em más condições. O piso cedeu, despenhando-se quatro caçadores nas águas. O sobrevivente conseguiu deitar a mão a um cabo.

Encetadas as buscas, que se estenderam por todo o dia de ontem numa longa faixa ribeirinha a jusante do local do acidente, foram infrutíferas, apesar de os Bombeiros Municipais contarem como auxílio dos Voluntários de Coimbra e de um helicóptero da Força Aérea.

Crê-se entre os entendidos que os corpos dificilmente surgirão antes de o Mondego baixar, e apenas se o rio entretanto os não tiver feito desaparecer barra fora, na Figueira da Foz.

BARCO AVARIADO

Em dado momento das buscas correu a notícia de que o barco dos Bombeiros Municipais se voltara com vários homens a bordo. Felizmente deu fé de si minutos volvidos sobre o alarme.

Mais tarde os Municipais verificavam ter o motor do barco avariado, o que tornou impraticável a continuação da operação.

A reparação da avaria deve ficar terminada hoje, mas de qualquer maneira não se compreende a exiguidade de meios à disposição da maior corporação de bombeiros de Coimbra.

«É necessário tomar providências» – disse ao «DL», categórico, um graduado da corporação.

Aliás o motor do barco dos BMC é de fraca potência, e só com muita coragem e muito desprezo pela vida é que os bombeiros se lançam numa operação como a que decorre desde anteontem, lutando contra uma corrente perigosa. O mesmo graduado dir-nos-ia que o barco não oferece condições sequer para atravessar o caudal do rio. E fez um voto: que as «autoridades competentes» contactem Aveiro ou a Figueira da Foz, que parece terem «barcos mais potentes».

A EREIRA ISOLADA

MONTEMOR-O-VELHO, 2 – Mais uma vez a povoação da Ereira, onde morou o poeta Afonso Duarte, está isolada pela subida das águas do Mondego.

É já habitual a sua transformação numa «ilha» sempre que o nível do rio extravasa dos limites. Primeiro as águas cobrem o leito da estrada de acesso à aldeia, depois os contornos apagam-se em redor e os ereirenses preparam-se para mais alguns dias de solidão, só cortada por um mais afoito que se aventure a remar até Montemor.

Nesta vila, de resto, o Mondego já fez estragos desde sexta-feira passada, inundando a parte baixa.

ÁGUAS DO TEJO ESTÃO A DESCER

SANTARÉM, 2 – O Tejo continua a descer de nível, generalizando-se a convicção de que a última cheia média de 1978 não se transformará na primeira grande cheia de 1979, salvo qualquer agravamento do mau tempo.

Esta manhã na Barquinha, segundo números obtidos junto da Hidráulica do Tejo, o nível das águas era de 4,45 metros, e em Santarém (Ribeira) de 5,20.

«Tudo desce» – disse ao «DL», optimista, o informador daqueles serviços.

As Barragens do Fratel e do Castelo do Bode continuavam a debitar apenas água processada na turbinagem, respectivamente 1300 e 180 metros cúbicos por segundo.

Há algumas estradas ainda cortadas, aliás as que sofrem periodicamente com a subida das águas do Tejo: Vale de Santarém-Pombalinho, Ribeira de Santarém-Palhais, Valada-Estação do Reguengo e Valada-Vale de Santarém.

Há aldeias isoladas na zona de Bragança

BRAGANÇA, 2 – Ventos quase ciclónicos e chuvas intensas fustigaram a região do Nordeste no fim do ano. Inundações e cortes de estradas isolaram várias aldeias.

O temporal tem derrubado grande quantidade de árvores e destruído algumas casas.

As terras de semeadura, nomeadamente nos vales de Mirandela, Vilariça e zonas de Macedo de Cavaleiros e Bragança, estão cobertas de verdadeiros lençois de água.

Em consequência do mau tempo o gado bovino e ovino tem permanecido nos currais e a sua alimentação parece seriamente comprometida.

Na cidade de Bragança registam-se constantes cortes na energia eléctrica e a maior parte dos telefones encontra-se avariada.

Os transportes das empresas que ligam Bragança a outros centros do distrito e ao Norte e Centro do País processam-se com muita dificuldade. Alguns foram mesmo suspensos.

CRÓNICA À MARGEM

A esperança possível

Não o digo por dizer, mas o ano que findou foi, para os trabalhadores portugueses, o mais difícil de suportar desde a queda do fascismo.

Por razões «conjunturais», assim o explicaram alguns especialistas de turno nos balanços mais ou menos herméticos divulgados pelos orgãos de Comunicação Social. Porque o que se ganha já nem dá para o petróleo, afirma a pés juntos a maioria – que pouco saberá da OPEP mas tem aprendido à sua custa as técnicas mais sofisticadas de apertar o cinto.

E, a verdade, é que as classes laboriosas deste país entraram em 1979 tal como saíram de 1978 – a apertar o cinto, porventura desiludidas, desconfiadas e descrentes.

Mas... desiludidas com a Democracia? Desconfiadas da Liberdade? Descrentes do 25 de Abril?

Por certo que não, se penso interpretar minimamente as dúvidas com que se debate o cidadão comum.

O 25 de Abril, que devolveu aos portugueses a Liberdade e a Democracia (quem duvida?), não é o culpado da crise económica, da inflação, do défice da balança de pagamentos, em suma, do custo de vida que o povo paga.

A culpa – que existe e nem os argumentos mais coloridos de qualquer vendilhão podem apagar – não é do 25 de Abril. A culpa, posso dizê-lo aos que apertam o cinto, aos desiludidos, desconfiados e descrentes, é de quem não pertence, nem gosta, do 25 de Abril.

A culpa de tudo isto– do insuportável custo de vida e do que não foi feito após Abril de 74 – está aí a descoberto e chama-se a recuperação de monopolistas e agrários, submissão ao FMI, calúnias a democratas, atropelos à Constituição, abertura à Imprensa e manifestações fascistas...

Entrámos em 1979 como saímos de 1978. É certo.

Mas a esperança de Abril não poderá ser afogada pelos apertos de cinto. Para as conjunturais desilusões, desconfianças e descrenças herdadas do ano passado, terá que ser encontrada, no ano que começa, a resposta justa.

À margem dos balanços herméticos e das análises profundas, o povo há-de responder como pode e sabe.

Tapando os ouvidos aos profetas da desgraça, travando as arremetidas dos inimigos do Progresso, os trabalhadores deste país hão-de percorrer 1979 com a confiança de quem conhece a rota. Sem optimismos exagerados, mas com determinação.

Rodrigues Borges

MAR DESTRÓI CASAS NA FOZ DO DOURO

População não quer que a areia seja tirada do Cabedelo

PORTO, 2 – A população e a Junta de Freguesia de Lordelo (Foz do Douro), em documento elaborado após reunião para análise da situação decorrente das investidas do mar, consideram «ser necessário suspender imediatamente a retirada de qualquer metro cúbico de areia até que se faça apuramento completo das razões que levaram a tal situação».

Com efeito, o mar galgou o paredão na zona do Cabedelo, atingindo as casas da Rua das Sobreiras, onde se viveu um fim-de-ano dramático, e a população atribui isso à retirada de areia daquela zona da Foz do Douro, areia essa que, na opinião de pessoas que ali vivem há dezenas de anos, constituiu sempre uma defesa e uma barreira à fúria das águas. Consideram também responsável a APDL pelo facto de ser aquela entidade a autorizar a retirada da areia.

Os piores momentos viveram-se ali precisamente na tarde, noite e madrugada do último dia do ano, quando as marés vivas originaram ondas de quase quatro metros de altura que arrancaram pedras que foram arrastadas até às casas da Rua das Sobreiras, e atingiram árvores e postes que agora ameaçam cair, e inundaram casas, destruindo o seu recheio e deixando inúmeras famílias em precárias condições.

As condutas de águas fluviais e os esgotos foram também atingidos, o que provocou a sua impossibilidade de funcionamento e fez aumentar a inundação das habitações. A via pública ficou cheia de pedras e com buracos numa longa extensão.

Na mesma reunião da população e da Junta de Freguesia foi salientado que a saúde de grande número de moradores naquela área de velhos e nunca resolvidos problemas habitacionais foi também duramente atingida, sobretudo nos de idade mais avançada. O documento elaborado após a análise feita na reunião, a que também compareceu o presidente da Junta de Freguesia de Canidelo (Gaia), zona fronteira na margem esquerda do rio e igualmente atingida, vai ser enviado às autoridades do distrito, do Município e à APDL.

TRÊS CORPOS ARRASTADOS PARA A PRAIA

Deram entrada no Instituto de Medicina Legal os corpos de João António Moreira Marques, de 20 anos, Martinho Fernando Glória de Amorim, de 18, e José António Gomes Cruz, de 24, do concelho de Matosinhos, que desapareceram na noite de 22 para 23 de Dezembro e que deram à praia no passado domingo. Ao contrário do que se supunha, os corpos não eram de tripulantes do navio grego «Tenorga», afundado na madrugada do dia 28.

A Polícia Judiciária está a averiguar o caso dos três homens, cujo desaparecimento é um tanto misterioso.

Os cadáveres serão autopsiados possivelmente amanhã segundo o Instituto de Medicina Legal.

"San Diego" salva tripulantes do "Decimum"

• Comandante morre no seu posto

Salvos pelo «Cap San Diego», seguiram para Roterdão os sete tripulantes do navio cipriota «Decimum», que não resistiu às ondas alterosas, e quando navegava, na noite de anteontem, a cerca de 200 milhas de Lisboa. Segundo informações do «San Diego», o comandante do «Decimum» manteve-se no seu lugar até ao fim, recusando-se a abandonar o navio.

A Rádio Naval captou um primeiro SOS cerca das duas horas da madrugada. Alertada a navegação, o «Cap San Diego» chegou a tempo de evitar o pior, recolhendo os tripulantes do «Decimum» que, entretanto, se haviam feito ao mar nas baleeiras. Eram cerca de 5 horas da madrugada.

As autoridades portuguesas tinham enviado a corveta João Roby, mas este barco de guerra viu-se obrigado a reduzir a marcha devido ao mau tempo. Também aviões «Hércules 130» portugueses participaram nas buscas.

O «Decimum» tinha um peso bruto de 3030 toneladas e 110 metros de comprimento. Com uma capacidade de carga de 1600 toneladas, fora construído em 1973.

Este é o segundo navio cipriota a naufragar em águas portuguesas, no curto espaço de três dias.

Clima do Porto tem surpresas

PORTO, 2 – Não foi em Janeiro ou Dezembro que se registaram, no ano que findou, as temperaturas mais baixas na cidade do Porto. E também não foi em Julho ou Agosto, geralmente os meses mais quentes do ano, que esteve mais calor. É o que se conclui dos registos do Observarório da Serra do Pilar. Assim: dia mais frio, 12 de Fevereiro, com 2,2 graus negativos; dia mais quente, 12 de Setembro, com 36,3.

Quanto à precipitação, 71 litros por metro quadrado no dia 29 de Dezembro foram o «record».

A rajada máxima foi de 156 quilómetros-hora e registou-se no dia 11 de Dezembro, às 4,08 horas.

Estes registos, já pelos seus valores absolutos, já pelos meses em que se verificaram, situam-se bastante fora dos «hábitos» climatéricos na região do Porto.

RECENSEAMENTO ELEITORAL RE 1979

O recenseamento eleitoral é obrigatório

Inscreva-se no recenseamento só recenseado poderá votar

MAI/STAPE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para reunir em Sessão Eleitoral, no dia 15 de Fevereiro, (quinta-feira) com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

ÚNICO — ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES PARA O BIÉNIO DE 1979/80

NOTA: Os locais de votação, assim como o respectivo horário, serão anunciados oportunamente.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Raul Amador Tijeleiro

Associação de Moradores de C. Alegre

Devem ser entregues até ao próximo dia 6, na mesa da Assembleia Geral, as listas concorrentes às eleições para os corpos gerentes (1979) da Associação de Moradores da zona de Campo Alegre. A campanha eleitoral vai decorrer entre os dias 10 e 18.

EANES NA MENSAGEM DE ANO NOVO

"Não há alternativa para a Democracia"

Outros pontos significativos da mensagem passam pela afirmação de que «a defesa das conquistas do 25 de Abril constitui responsabilidade solidária de todos os partidos e forças políticas» e pela referência ao papel determinante dos partidos na vida democrática. «As questões mais urgentes que se põem à decisão política – como a apresentação do Orçamento e do Plano, a preparação de novas negociações com o Fundo Monetário Internacional e do processo de adesão à Comunidade Económica Europeia – não podem dispensar uma base democrática de apoio construída na solução permanente das divergências eventualmente existentes» – disse Eanes com o pensamento porventura posto no Partido Socialista.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS E BALANÇO DE 1978

«Não há alternativa para a Democracia», começou por afirmar o PR na primeira parte da sua mensagem transmitida ao País pela Rádio e Televisão focando em seguida que «a esperança» manifestada nas suas palavras «tem que ver com a ocasião que 1979 nos oferece, já a partir do recenseamento eleitoral em curso, de intervir activa e conscientemente na área da edificação democrática que mais facilita a participação pessoal».

«As eleições municipais» – disse – «vão de facto permitir-nos assumir posição e conjugar esforços na actuação que melhor sirva os nossos interesses concretos nos limites da nossa existência habitual. A democracia exerce-se de forma quase directa onde as realizações dependem em mais larga medida do Poder Local e dos espíritos de entreajuda de vizinhos e conterrâneos».

Um rápido balanço de 1978 traduziu-se na enunciação de alguns aspectos que Ramalho Eanes classificou como «uma base segura para a continuação do trabalho colectivo de desenvolvimento de uma sociedade democrática», a despeito de «algumas crises políticas conjunturais».

Entre estes contam-se (segundo o PR) a «adesão aos principios da declaração dos direitos de homem», o reforço dos «laços de cooperação com os países amigos» com especial referência à «normalização de relações com países que se exprimem na lingua portuguesa», a «proposta de entrada na Comunidade Económica Europeia e os planos de estabilização económica adoptados que «naturalmente impuseram novos sacrifícios a toda a população, obrigaram a deixar por satisfazer objectivos legítimos de bem-estar e implicaram alguns abrandamentos de crescimento».

«Foi possível resolver (em 1978) uma complexa crise política» – adiantou Eanes no seu balanço – «em que alguns equívocos vieram introduzir factores de gravidade e de preocupação. Mas mesmo esses elementos de incompreensão temporária poderão vir a ser reconhecidos como úteis, na medida em que nos permitiram concluir que há ainda um vasto campo de entendimeno democrático a explorar para encontrar soluções ajustadas aos nossos problemas».

PERSPECTIVAS PARA 1979

Depois deste curto e incompleto balanço do ano findo, a mensagem do PR faz referência às perspectivas que se abrem para 1979. «Hoje, mais difícil do que definir direitos é torná-los efectivos» – disse, acrescentando que «para estabilizar as questões políticas da democracia, importa consolidar a sua base de sustentação, que reside na economia, no desenvolvimento e na modernização da nossa capacidade de produzir».

E mais adiante, depois de referir que «o nosso modelo político é a opção europeia»:

«A exigência de funcionamento concorrêncial da economia em nada colide com a existência, o dinamismo e o desenvolvimento próprio do sector público empresarial. Qualquer que fosse a evolução política do país, a manutenção deste sector público empresarial assentaria necessariamente na sua capacidade para adoptar uma óptica empesarial na sua gestão, onde a rentabilidade das unidades de produção apenas deve estar limitada por critérios políticos respeitantes à utilização social do seu produto. Mas em nenhuma circunstância poderá o sector público produtivo permanecer como uma sobrecarga crónica dos outros sectores da produção. Por outro lado, não podem sonhar os defensores de interesses conservadores com o restabelecimento de um condicionalismo que ofereça ao sector privado o proteccionismo que a evolução económica, interna e externa, há muito condenou. Os empresários terão de enfrentar os problemas laborais como problemas específicos da sua gestão e terão de aceitar em todas as suas consequências a lógica do funcionamento do mercado, sem outras protecções que as que derivam da racionalidade das suas decisões e do acerto da sua gestão, e sem outros limites que os ditados pela política económica nacional.»

Para Eanes «idênticas regras de clareza, objectividade e justiça se têm de defender para a definição de uma política de trabalho». Neste sector preconizou a diminuição do desemprego, e a definição de uma política salarial justa e equilibrada.

O problema governamental constituiu a última parte deste relance presidencial por 1979: «O Governo que hoje conduz a política geral do país – disse – não resulta – a despeito do que sempre se desejou e se promoveu – de um acordo interpartidário prévio. Mas isso não impede, antes justifica, que o Governo esteja vocacionado para constituir base de acordo sobre as questões essenciais que exigem uma recisão firme e inadiável. Por isso mesmo, o juízo de cada um dos partidos sobre a actuação concreta do Governo deve ser claro em todo o momento, do mesmo modo que se deve esperar da parte do Governo um esforço permanente de diálogo com vista à definição de um consenso democrático. As questões mais urgentes que se põem à decisão política – como a apresentação do Orçamento e do Plano, a preparação de novas negociações com o Fundo Monetário Internacional e do processo de adesão à Comunidade Económica Europeia – não podem dispensar uma base democrática de apoio construída na solução permanente das divergências eventualmente existentes.»

CGTP-IN exorta ao recenseamento dos trabalhadores

Considerando o recenseamento para os trabalhadores como «uma importante forma de garantirem e alargarem a sua participação na vida política geral do nosso País, nomeadamente em todas as eleições por sufrágio directo e universal e de contribuirem para a consolidação do regime democrático», a CGTP-IN exorta todos os trabalhadores a cumprirem o dever cívico do recenseamento, cujo prazo termina no próximo dia 10 de Janeiro.

RELAÇÕES LISBOA-MAPUTO

O próximo passo compete a Portugal

O próximo passo no desbloqueamento das relações Lisboa-Maputo terá de ser dado por Portugal. Aguarda-se que a Presidência da República, e o actual Governo o decidam depois das últiams informações trazidas da capital moçambicana pelo enviado especial português, general Sousa Menezes.

Em Maputo, onde se realizaram encontros entre Samora Machel e Sousa Menezes, por um lado, e este último e Marcelino dos Santos, por outro, foi possível constatar as diferenças de pontos de vista que opõem Portugal e Moçambique na resolução do contencioso económico e financeiro entre os dois países.

Sousa Menezes ((como o «DL» anunciou) regressou com um optimismo prudente desta rápida deslocação a Maputo durante a qual entregou a Samora Machel uma mensagem pessoal de Ramalho Eanes cujo conteúdo não foi revelado. Na origem dos actuais problemas encontram-se questões ligadas à nacionalização da banca em Moçambique (que envolve delegações de bancos portugueses), dos seguros e de diversas empresas industriais ligadas a Lisboa. Outros problemas relacionam-se com o estatuto dos cooperantes e outros cidadãos portugueses residentes naquele país. Aqui regista-se a questão de alguns portugueses detidos em Moçambique, considerando Portugal que existem presos que não são abrangidos por crimes de delito comum e que esses devem ser libertados.

Outro problema de que começa a falar-se liga-se com Cabora Bassa e com as responsabilidades de Portugal neste empreendimento, as quais se elevam a vários milhões de contos. Depois de um recente discurso de Marcelino dos Santos, focando a situação do empreendimento, avolumaram-se os receios de que Maputo prepare a nacionalização do complexo hidroeléctrico o que criaria graves dificuldades a Lisboa.

Embora a questão das relações com as ex-colónias constitua ponto menor no programa do actual Governo, no que se refere à actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a tendência parece ser para um endurecimento das posições portuguesas, o que poderá levar Belém a ter que desempenhar um ainda mais activo papel neste contexto. Com esta situação ligar-se-ia aliás o facto de não ter sido o conselheiro da Revolução, Melo Antunes, o escolhido para desempenhar a missão atribuída a Sousa Menezes.

Um informador da Presidência da República contradisse no sábado as informações que sobre este assunto têm vindo a lume. Em declarações à ANOP, um porta-voz desmentiu que Melo Antunes tivesse condicionado a aceitação da missão ao respeito por certas condições que teria imposto, designadamente em relação ao gabinete de Mota Pinto. Segundo o mesmo porta-voz, Melo Antunes não teria sido contactado para realizar qualquer deslocação a Maputo.

CARLOS COSTA (PCP)

"PS, PPD e CDS têm mais medo de eleições do que o diabo da cruz"

Se o Governo Mota Pinto «não cair nos próximos meses é apenas porque o PS, o PPD e o CDS têm mais medo de eleições do que o diabo da cruz», sublinhou o dirigente comunista Carlos Costa ao saudar os milhares de participantes na festa de fim de ano organizada pelo PCP no pavilhão do Infante Sagres. «De qualquer forma – diria ainda aquele membro do CC do PCP – ficará provado que o Governo PPD é ainda pior e mais incapaz do que os outros que o PPD, aliás, apoiou».

Manifestando-se convicto de que «a defesa das conquistas da Revolução e da democracia vai continuar a exigir grandes esforços e uma luta persistente e firme em 1979» e confiante de que no novo ano os «trabalhadores e o povo acabarão por dizer a última palavra sobre os destinos da nossa Pátria, e que essa palavra será: socialismo», Carlos Costa considerou ainda que o ano de 1978 «confirmou que o Movimento Operário e Popular, na riqueza e variedade das suas expressões e iniciativas, é o mais sólido baluarte em defesa da democracia portuguesa e das conquistas de Abril».

A propósito da força e importância do Movimento Operário e Popular no ano findo, aquele responsável do PCP recordou a realização de cerca de 90 manifestações(39 no Norte, com a participação de 450 mil trabalhadores) e a participação de 1 250 000 trabalhadores em greves e paralisações em dezenas de diferentes sectores da actividade económica.

Denunciando, por outro lado, as manobras de divisão no seio do movimento sindical «comandadas e pagas com o dinheiro dos imperialistas dos EUA e da RFA, e vergonhosamente realizadas pelos seus lacaios do PPD e pelos seus agentes infiltrados no PS», Carlos Costa mostrou-se confiante na vitória do movimento sindical unitário, sublinhando que «os imperialistas e seus lacaios e agentes (da UGT) acabarão por ser totalmente derrotados».

Noutra passagem da sua intervenção, o dirigente do PCP referiu-se à ofensiva dirigida no ano de 1978 contra a Reforma Agrária, traduzida no «lançamento de 8 mil homens armados contra pacíficos trabalhadores», no roubo às UCP's e Cooperativas de 42 mil hectares de terra (oito mil dos quais hoje abandonados e 27 mil subaproveitados), de máquinas, gado, colheitas, etc. acentuando todavia, que os trabalhadores ainda conservam em mãos mais de 1 milhão de hectares «o que exprime bem todo o êxito da luta pela defesa da Reforma Agrária», e de que um dia chegará em que «não haverá nem mais um agrário no nosso País e não apenas no Alentejo e Ribatejo».

A política de cedência à direita do PS foi também abordada por Carlos Costa, que salientou a existência, entretanto, de uma forte corrente unitária e de cooperação entre romunistas e socialistas designadamente na Assembleia da República, permitindo a aprovação de diplomas como a Lei contra Organizações Fascistas, Lei das Finanças Locais e Lei Eleitoral.

Sobre os mais recentes resultados eleitorais evocou as subidas da APU e as perdas do PS e CDS. Quanto ao PSD, «que apregoa vitórias por toda a parte, a verdade é que se ganhou votos em quatro dessas eleições perdeu em cinco outras e globalmente apenas subiu um por cento».

Projecto do PCP na AR sobre reabilitação de deficientes

● Apenas 20 mil diminuídos (num milhão) beneficiam de cuidados especiais de ensino

Na última reunião plenária da Assembleia da Republica no ano transacto, o grupo parlamentar do Partido Comunista Português apresentou um projecto de lei sobre a Educação e o Ensino Especial, propondo-se criar o enquadramento legal susceptível de promover a realização do direito constitucional que muitos milhares de crianças diminuídas têm uma vida humana e social.

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde, há em Portugal cerca de um milhão de deficientes, dos quais apenas dois por cento beneficiam de cuidados próprios para reabilitação e reeducação. São, na sua maioria, crianças e jovens, condenados desde os primeiros anos de vida à marginalização e ao isolamento.

Para esta situação, muito contribui a dispersão e descoordenação dos serviços sociais de apoio aos diminuídos, que se distribuem por três ministérios e vários departamentos, mais ou menos estanques. Esta pulverização, aliada à exiguidade das verbas, explica as gritantes carências que se fazem sentir em matéria de educação e reeducação especializadas, conforme observa o documento apresentado pelo PCP no seu preâmbulo.

O referido diploma propõe a criação do Instituto da Educação e do Ensino Especial, advertindo, ainda no seu preâmbulo, que o importante sector cooperativo no campo da reabilitação especializada «debate-se com problemas cuja não resolução a curto prazo acarretaria consequências sociais que importa decididamente suster».

Sublinha também a importância de concretizar este problema no decurso de 1979 – Ano Internacional da Criança – e de aproveitar a oportunidade para se «abrir um debate público que conduza a decisivos progressos no nosso ensino especial».

A aplicação do projecto implica, nos seus próprios termos, uma «necessária articulação» entre os «serviços de educação e ensino especial» e os departamentos governamentais que neles tenham incidência: «Secretariado Nacional de Reabilitação, Serviço Nacional de Saúde e Sistema Unificado de Segurança Social».

O Instituto da Educação e Ensino Especial deve ser colocado na dependência do Ministério da Educação e «integrar todos os departamentos, serviços e instituições de educação e ensino especial dependentes do MEIC e do MAS». Entre as competências que cabem ao Instituto, de acordo com o projecto, destacam-se a de coordenação dos serviços e institutos públicos de Educação Especial; a de estabelecer currículos adequados a este tipo de ensino, bem como propor planos de estudo, programas e formas de avaliação das crianças e dos jovens deficientes, «quando integrados em escolas regulares»; e apoiar a formação do pessoal docente.

Segundo o projecto, compete ao instituto promover a criação de centros regionais de educação especial e «apoiar financeira e tecnicamente iniciativas privadas».

Finalmente, o projecto de lei do PCP inclui dois artigos obrigando o Governo a «tomar as providências orçamentais» necessárias à aplicação da lei. No primeiro destes artigos, atribui-se ao Executivo 60 dias para elaborar o decreto-lei que autorize as dotações orçamentais. No segundo, obriga-se o Governo a «elaborar e apresentar à Assembleia da República, até ao primeiro trimestre de 1979, uma proposta de lei de bases gerais do ensino especial».

Kaúlza anuncia "fórmula" de acesso da direita ao Poder

As duas «grandes acções a empreender» no domínio político - partidário, em 1979, serão para a organização de extrema - direita, o MIRN, a «batalha contra a esquerda e contra o centro em plena falência» e a «batalha a favor da direita francamente promissora».

Tais objectivos, assinalados num comunicado daquela organização, foram enunciados pelo seu presidente, Kaúlza de Arriaga, numa «cerimónia, ao encerrar o ano de 1978, na qual todos os seus principais colaboradores e elementos destacados do MRIN o quiseram cumprimentar».

Kaúlza terá realçado, na cerimónia, que o seu partido foi o primeiro a afirmar-se «como dr- ganização política de direita» propondo, finalmente, para o «acesso da direita ao poder» a aplicação duma fórmula com as três seguintes características: unidade, tenacidade e dinamismo.

Entretanto, segundo a ANOP, a delegação de Coimbra do MIRN expressou o seu apoio ao general Kaúlza de Arriaga, repudiando os ataques que lhe têm sido dirigidos.

Considerando esses ataques integrados numa «concertação» orientada por extremistas da esquerda e pela extrema-direita, o documento critica ainda os dirigentes do CDS por se virarem agora para a direita, depois de «acariciarem» o que designa por «esquerda traidora».

PARA UM "DOSSIER" CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ • PARA UM "DOSSIER" CARLOS RAF

"Portugal e Cuba têm vocação

No rescaldo da visita a Portugal do vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba, dr. Carlos Rafael Rodriguez, publicamos seguidamente o que nos pareceu mais relevante na extensa conferência de Imprensa por ele realizada no dia 22 de Dezembro último. Deste modo, contribuímos com elementos informativos para um «dossier» das relações Portugal-Cuba, passando inevitavelmente pelo «ponto quente» do encontro dos jornalistas: a presença de tropas cubanas em Angola.

Carlos Rafael Rodriguez, o «número dois de Cuba», foi apresentado aos jornalistas pelo conselheiro da Revolução Sousa e Castro, que dele traçou um perfil, considerando ao mesmo tempo que a sua visita ao nosso País «é um acto político que acrescenta sentido e conteúdo à vontade livre e democrática do Povo português de cooperar com todos os povos para a emancipação e progresso de toda a Humanidade».

Por sua vez, a anteceder a conversa com os representantes dos órgãos da Informação, Carlos Rodriguez citou o 25 de Abril como «a revolução que suscitou no nosso País, como em todos os povos da América Latina e do Mundo, um extraordinário interesse».

Seguidamente fez um rápido balanço da sua visita oficial a Portugal, no decorrer da qual, segundo afirmou, foi possível analisar «afinidades que são, entre nós, permanentes».

Na sua exposição preliminar, afirmou ainda Carlos Rodriguez:

«Revimos também as nossas relações bilaterais. Além dessa relação, que começou a ser crescente na ordem diplomática e política, podemos dizer que o ano que está prestes a acabar significou um avanço que, se quantitativamente pode ser pouco significativo para a economia de Portugal, em termos de relação permanente indica que aqueles elementos de complementaridade económica, começam a ser tomadas em conta por ambas as partes, aumentam vínculos comerciais entre os nossos países, surge a possibilidade de que Cuba aproveite aqueles aspectos de desenvolvimento tecnológico de Portugal que fazem a sua indústria eficazmente competitiva em certos terrenos e que Portugal pode estar presente também com a sua colaboração tecnológica nos esforços cubanos para o desenvolvimento.

De maneira que, resumindo o resultado destas setenta e duas intensas horas de permanência em Portugal, poderíamos dizer que nos retiraremos deste país amigo com a consciência de que a vocação de Cuba e de Portugal para as realizações democráticas, para a paz, para a colaboração internacional, para o reforço para a independência dos países em vias de desenvolvimento, através do fortalecimento das suas respectivas soberanias e das suas economias, que são a base dessa soberania, auguram cada vez mais íntimas relações entre os nossos países e que povos que se sentem irmanados por uma raiz idiomática comum, também por raízes históricas que nos aproximam, vão encontrar através da realização do seu respectivo processo de transformações democráticas, económicas e sociais, ocasião de uma colaboração cada vez mais assídua, permanente e profunda.»

PRESENÇA CUBANA EM ANGOLA

O período pergunta-resposta iniciou-se com a questão posta por um jornalista, nos seguintes termos:

– «Nas conversações com as autoridades portuguesas tratou-se da eventual retirada das tropas cubanas de Angola, ou não?»

Carlos Rodriguez – A eventual retirada de Cuba de Angola ficou assente praticamente desde o início da presença cubana naquele país. Logo que aquilo que fora inicialmente uma simples colaboração técnica, em escala muito reduzida, de especialistas cubanos destinados à preparação e ensino do exército das forças populares de Angola, se transformou, por circunstâncias históricas de vós bem conhecidas, numa presença militar mais ampla, o presidente do Conselho de Estado e primeiro secretário do Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro, indicou que a presença dessas forças cubanas em Angola estaria delimitada pela decisão soberana do Governo de Angola e do seu presidente Agostinho Neto; pela evolução das situações que tinham motivado a nossa presença, quer dizer, os temores de Angola de que a sua soberania já ferida naquele momento pela presença de forças estrangeiras fosse ainda diminuída em consequência dos avanços militares; e por consequência pela decisão do povo e do Governo de Angola de nos indicar que tinha chegado o momento da nossa retirada. Tive ocasião de comentar estes problemas com o Snr. Presidente general Ramalho Eanes de confirmar-lhe que essa decisão se mantém, que não há, por parte de Cuba, nenhum interesse na manutenção de forças militares na África, que desejamos vivamente que diminua o número de participantes militares tanto em Angola como noutros países de África e que aumente o número de cooperantes civis que efectivamente ascende em Angola a um número que ultrapassa, neste momento, a cifra de 6.000.

De modo que, o diálogo que mantive com o Snr. Presidente e com outros membros da Direcção de Portugal serviu para reafirmar o que é já uma posição conhecida e de princípios do nosso país: que são os Estados, nos quais Cuba está presente em África, que, pela livre e voluntária decisão soberana dos seus governantes, nos hão-de dizer qual o momento da nossa retirada. Cuba está preparada para retirar todas as tropas que tem presentes nesses países ou a reduzir o número dos seus participantes na medida em que os Governos, a que fomos prestar a assistência soberanamente reclamada, no-lo indiquem.

Um jornalista – «O Senhor sabe perfeitamente que, contra o previsto nos tratados de Alvor nunca se realizaram eleições em Angola, portanto ninguém pode provar se os senhores ajudaram toda a Angola ou apenas uma parte».

C.R. – Eu não queria entrar numa polémica histórica. É um facto também que o MPLA ocupava nessa altura, e o Senhor sabe-o muito bem, a posição do Governo reconhecido por autoridades internacionais, e havia mais dois movimentos que se tinham separado voluntariamente do Governo para iniciar, como o Senhor sabe, um movimento de subversão.

Por conseguinte, para nós, o Governo de Angola era, nesse momento, o do que tinha sido reconhecido como presidente de Angola, o senhor Agostinho Neto. E tanto assim que, nestes momentos, creio que não restam dúvidas a Sua Senhoria, de que, em todos os organismos internacionais, são o Snr. Neto e o seu Governo que representam a soberania angolana e, por conseguinte o que foi, nesse momento, um facto histórico reconhecido por nós e pela quase totalidade da comunidade internacional, converteu-se num facto jurídico indiscutível».

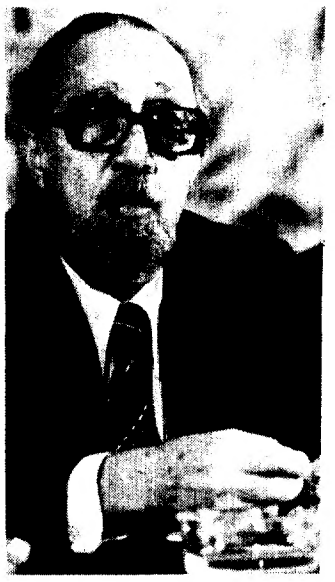
AGRESSÃO A ANGOLA ATRASOU RETIRADO

Um jornalista – «Existe já algum programa concreto para ir substituindo a presença cubana militar por presença civil? Um programa, com prazo?»

C.R. – Existia um programa. Infelizmente, teve de desfazer-se esse programa quando Marrocos mobilizou as suas forças para o Zaire e ameaçou agredir novamente a fronteira de Angola e quando a França declarou apoiar Marrocos nesse movimento. Foi nessa ocasião que aquele programa que poderia ter-se desenvolvido ainda mais no decorrer do tempo, se viu interrompido. Agora seriam necessárias novas condições e novas decisões por parte do Governo de Angola para pormos em marcha um novo programa de retirada. A nós não nos falta vocação para sair.

Um jornalista da BBC – «O Senhor pode dizer-nos qual o preço que Angola tem de pagar por esta ajuda militar e cooperação?»

C.R. – «Eu não sei se o Senhor Jornalista conhece as tradições da revolução cubana. Poderíamos dizer que a presença militar de Cuba em Angola, presença, como eu disse, determinada por acontecimentos que se precipitaram com a invasão pelo Sul e pelo Norte foi realizada com grandes custos militares e económicos por parte de Cuba, sem pensar na menor remuneração nem em outra retribuição além da amizade do povo angolano e no cumprimento dos nossos princípios internacionalistas. Nunca pensou o Governo cubano em reclamar absolutamente nada por essa colaboração que foi também colaboração prestada a outros países africanos gratuitamente, não já no terreno militar mas no da construção, da assistência técnica, da colaboração económica. Com a mesma disposição com que o povo de Cuba pôs modestamente os seus recursos ao serviço da Tanzânia para fabricar três escolas secundárias gratuitamente, com a mesma disposição com que o povo de Cuba mantém hoje gratuitamente, noutros países de África dezenas de médicos que abandonam a tranquilidade do nosso país e os seus próprios lares para irem prestar assistência a milhares de milhas de distância, os nossos soldados, acorreram ao apelo histórico de Angola dispostos a entregar a sua vida e alguns deles, felizmente poucos, deram a sua vida ao serviço da independência de Angola. De maneira que em nenhum momento houve preço nem contrato porque nós não somos mercenários mas combatentes pelos princípios e pelos direitos do nosso povo e dos demais povos. Actualmente por acordo entre ambos os Governos, a presença das forças militares implica, para as autoridades angolanas, a necessidade de contribuirem para a manutenção, não para a paga, mas para a manutenção das tropas «in situ», mas nunca para uma remuneração antes e simplesmente para os gastos que ocasiona a presença dessas tropas e que o nosso país não poderia suportar porque somos também um país subdesenvolvido. De maneira que não houve preço não houve contrato mas houve uma decisão de colaboração, de contribuição para a independência, que Cuba demonstrou ter não só no terreno militar de Angola mas, repito, no terreno da colaboração.



Não sei se sabe o Senhor que nos momentos da agressão norte-americana no Vietnam, quando meio milhão de soldados ameaçava destruir aquele heróico povo que, no fim, saiu vitorioso, o presidente do Conselho de Estado do nosso país e dirigente máximo da Revolução, o companheiro Fidel Castro, falando em nome de todos os cubanos, afirmou que Cuba estava disposta a derramar sangue pelo Vietnam. Os vietnamitas não consideraram necessário esse sacrifício de Cuba, mas também nesse momento o nosso povo estava preparado para ir a milhares de milhas de distância combater não por preço mas pelo prémio da dignidade.

Um jornalista (Rádio Televisão Portuguesa): «Cuba pertence ao movimento dos Países Não Alinhados. Bom. Entretanto, este não alinhamento tem sido contestado a diversos níveis. Mesmo no movimento, há países que têm contestado o não alinhamento das autoridades cubanas. Inclusivamente, Cuba pertence ao C.O.M.E.C.O.M. aquilo que normalmente, aqui, no Ocidente, se designa por Mercado Comum dos Países Socialistas. Por outro lado, Cuba, também, normalmente actua de acordo sobretudo no plano externo, com as posições da União Soviética. Perante estes factos, eu pergunto ao senhor vice-presidente se porventura poderemos ou não considerar Cuba como sendo um país não alinhado?»

C.R. – Em primeiro lugar, teríamos que definir quais são os princípios do não alinhamento.

Desde a Conferência de Belgrado, e posteriormente na Conferência do Cairo e em outras, o não alinhamento ficou definido como a não pertença, a não inclusão, em pactos militares de carácter global. O não alinhamento surge como consequência do desejo de toda uma série de países de actuarem na vida internacional sem se sentirem obrigados por compromissos militares, e sem fazerem parte daqueles pactos que se considera que podem, na vida contemporânea, determinar o surgimento da guerra ou ditar as condições de paz.

O não alinhamento expressa-se também numa série de princípios: primeiro a luta contra o imperialismo; depois a luta contra o colonialismo, contra o neocolonialismo; posteriormente também se lhes juntou a luta contra o sionismo, definido nas Nações Unidas pela imensa maioria dos países membros como uma nova espécie de racismo internacional, e estes princípios determinam a pertença ou não ao Movimento dos «Não Alinhados». Quer dizer que, ao Movimento dos «Não Alinhados» não é o suficiente ser alinhado para pertencer. Vejamos, por exemplo, a Suíça: é um país que não está alinhado em pactos militares; a Suécia: é um país que não está alinhado em pactos militares, mas nem o Estado suíço nem o Estado sueco estão em condições de se proclamarem anti-imperialistas, anticolonialistas, antineocolonialistas, anti-sionistas. São necessárias essas duas condições genéricas para se ser um país não alinhado. Cuba cumpre cabalmente essas duas condições. Cuba não está ligada a nenhum pacto militar; Cuba não tem compromisso nenhum de fazer parte de alianças militares de carácter internacional dos que foram impugnados pelos «não alinhados». O senhor falava do COMECON. O COMECON é uma associação de carácter económico que não implica obrigações militares de nenhuma espécie. O COMECON não é o mesmo que o Pacto de Varsóvia; da mesma maneira que a «Comunidade Económica Europeia», não é o mesmo que o Mercado Comum, nem que a NATO, (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Trata-se de organizações ligadas aos problemas da economia e Cuba, naturalmente, como país socialista que promove o desenvolvimento, considerou conveniente, tal como o Vietname, ingressar no COMECON, no chamado Conselho de Ajuda Económica. Isso não implica nenhuma obrigação de carácter militar. Há consonâncias e concordâncias de tipo político. Se o senhor analisar os oitenta e seis componentes do Movimento dos Não Alinhados, verificará que existe um vasto conjunto de países que se encontram ligados ideológica e politicamente aos centros principais do capitalismo internacional contemporâneo. São países que proclamam o capitalismo como sistema de vida, que sentem com ele ligações muito estreitas e que amiúde votam nas Nações Unidas de acordo com as projecções das grandes potências capitalistas, mas que, no entanto, cumprem as condições de países «não alinhados», vão estando incorporados em pactos militares e, ao mesmo tempo defendendo, no que diz respeito ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, as posições básicas do anticolonialismo e do anti-neocolonialismo. Não podemos dizer dizer que somos estranhos às projecções históricas dos países socialistas.

Em 1960, quando ingressámos no Movimento dos «não alinhados», estabelecemos, claramente que no que respeita à ideologia, certamente nos considerámos alinhados; na luta entre o socialismo e o imperialismo, nós estamos alinhados politicamente ao lado das posições socialistas. Porém, isso também não implica – e permita-me esclarecer-lhe isto –, que a coincidência das posições de Cuba com algumas posições internacionais da União Soviética, signifique uma identidade com cada uma das posições internacionais da União Soviética. Citemos, por exemplo, o Tratado na Não Proliferação. Cuba não assinou o Tratado da Não Proliferação Nuclear. A União Soviética assinou-o e ele constitui uma das pedras fundamentais da sua política internacional. Nós não somos contrários ao Tratado da Não Proliferação, mas consideramos que não se pode exigir a um país como Cuba subscrever esse Tratado de Não Proliferação quando em poucas milhas de distância, uma das duas potências nucleares principais em nossos dias, está ainda a ameaçar o nosso pequeno país, não nuclear, empregando todo o tipo de ofensivas militares para impor as suas posições. Esta ameaça ainda não acabou e tem sido invocada mais de uma vez por dirigentes importantes dos Estados Unidos. De maneira que, neste sentido, nós não seguimos as decisões tomadas pela União Soviética em matéria de política nuclear,

RECENSEAMENTO ELEITORAL RE 1979

Recenseie-se na freguesia onde reside habitualmente

Inscreva-se no recenseamento
só recenseado poderá votar

MAI/STAPE

PUB.

CGTP INTERSINDICAL

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

O Secretariado Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, no início de um novo ano, deseja a todos os trabalhadores, a todos os activistas e dirigentes sindicais, os melhores êxitos na defesa dos nossos interesses de classe, a todos exortando a manterem-se firmes e unidos nos seus postos de combate.

O Secretariado Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional está certo de que a nossa força e organização, e entusiasmo, a unidade e a determinação dos trabalhadores portugueses, saberá uma vez mais, defender eficazmente os nossos direitos e interesses, prosseguindo o Portugal de Abril no caminho da edificação de uma sociedade mais justas, mais livre e mais fraterna, a sociedade socialista.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

O SECRETARIADO NACIONAL DA CGTP-IN

AEL RODRIGUEZ • PARA UM "DOSSIER" CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ • PARA UM "DO

para a democracia e a paz"

Texto da conferência de imprensa realizada em Lisboa

mas sim aquelas ditadas pelo interesse da nossa soberania. Poderíamos encontrar muitos outros assuntos nos quais as nossas posições se aproximam mais das posições dos países em vias de desenvolvimento quanto à discussão dos aspectos da nova ordem económica internacional, do que das posições sustentadas nas conferências internacionais pelos representantes dos países socialistas.

Assim, é preciso delimitar completamente as posições própria do Não Alinhamento que nós sustentamos e subscrevemos e as posições ideológicas e políticas nas quais há, sem dúvida, mais concordância entre Cuba e a União Soviética do que entre Cuba e a Arábia Saudita ou entre Cuba e o Zaire, que são países «não alinhados». Isto foi objecto de uma discussão prévia na recente Conferência de Belgrado. Foi debatida na Conferência de Belgrado, mas não houve tentativa nenhuma de pôr em prática aquilo que era uma propaganda contra as posições independentes de Cuba, porque evidentemente a esmagadora maioria dos integrantes do Movimento dos Não Alinhados apoiou ali as posições de Cuba na Conferência de Belgrado. De maneira que julgo ter esclarecido as suas dúvidas.

CIMEIRA DOS NÃO ALINHADOS

Um jornalista: «O senhor vice-presidente não acredita, portanto, que esteja ameaçada a Conferência Cimeira dos Países Não Alinhados no próximo ano em Havana?»

C.R. – Posso assegurar-lhe que não existe a menor ameaça. Penso pessoalmente que houve uma simples ameaça propagandística antes da reunião de Belgrado. Mas hoje, não só alguns dos próprios países que, nessa altura, disseram que não assistiriam estão a preparar a sua assistência e não quero ser indiscreto mas também a grande maioria dos Chefes de Estado comunicou-nos a sua assistência e isso obriga-nos a trabalhar aceleradamente porque nós só tínhamos preparadas cinquenta residências para Chefes de Estado e estamos a preparar, como corresponde às nossas obrigações, cem residências para que não haja nenhum Chefe de Estado impedido de assistir por não ter preparada a sua residência.

Carlos Rafael Rodriguez com o general Ramalho Eanes, durante o almoço que o PR ofereceu ao dirigente cubano

LIBERTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS

Manuel Laje (Radiodifusão Portuguesa): «Foram libertados recentemente, em Cuba, alguns presos políticos prevendo-se que em breve, outros o virão a ser. Este facto significará qualquer alteração ou modificação da política externa cubana, nomeadamente no que se refere às suas relações com os Estados Unidos?»

C.R. – Com efeito, recentemente, um grupo de pessoas que estavam na prisão por actos delituosos contra a segurança de Estado, foram libertados no nosso país, e estamos preparados para, no próximo período, efectuar a libertação de cerca de 3000 cidadãos que também estavam presos por actos contra a segurança de Estado. Igualmente, serão libertados mais ou menos 400 que estiveram implicados em actos, que juridicamente, no nosso país, constituem delitos contra a estabilidade, e que são as saídas clandestinas do país, mas aos quais não atribuímos tanta importância nem são punidos com penas de prisão tão prolongadas como aqueles que tentavam assassinar um dirigente, sabotar uma produção, queimar uma fábrica ou um estabelecimento mercantil.

De que se trata? Trata-se de um acto que corresponde totalmente à soberania nacional de Cuba e de um problema que foi discutido entre cubanos; entre os nove milhões e seiscentos mil cubanos que estavam en Cuba e personalidades da comunidade cubana radicada no estrangeiro. Como se sabe, há algumas centenas de milhares de cidadãos – alguns por razões econmicas mas a maior parte por razões políticas – que saíram do nosso país a partir do 1.º de Janeiro de 1959. Alguns deles saíram com posições muito hostis e continuam a mantê-las. Outros saíram com posições hostis e deram-se conta, pela sua vida no exterior, de que tinham cometido um errro; outros saíram abertamente por não gostarem do sistema que se tinha encetado e agora descobriram que lhes agrada menos o sistema em que passaram a viver mas tudo isto permitiu – com a serenidade que dá o tempo, com a decisão por parte do nosso país e da direcção do nosso país de não empregar uma política retributiva e não fazer da vingança um critério político – que se estabelecesse um diálogo entre os cubanos que estão fora e os cubanos que permanecemos dentro e que representamos o Governo do nosso país. Neste diálogo participou pessoalmente o presidente do Conselho de Estado e primeiro secretário do partido, o companheiro Fidel Castro.

Como consequência deste diálogo e não de outra coisa, realiza-se a libertação dos detidos e dos presos políticos. É um acto puramente nacional que não tem nada que ver com as relações com os Estados Unidos. Nós, não concedemos aos Estados Unidos o menor direito a intervir nestes problemas que correspondem à soberania nacional e aos tribunais do nosso país. Não há um só destes presos que tenha sido mantido em prisão sem julgamento e sem processo de acordo com a lei. É bem conhecido que no nosso país, não só não se utilizou a tortura como método de repressão, nem sequer se conhece um só caso de desaparecimento. Em Cuba não é necessário perguntar onde se encontra esta ou aquela pessoa que tenha infringido a lei. Cada uma dessas pessoas que infringem a lei, foi condenada de acordo com um processo, e está num lugar perfeitamente localizável e perfeitamente conhecido. Os Estados Unidos interessaram-se por este problema. Eles têm, naturalmente, o maior número de cubanos no estrangeiro.

Esta libertação de prisioneiros contra-revolucionários é acompanhada duma política de reconstituição familiar que se começará a pôr a partir do 1.º de Janeiro: facilitaremos a visita de cidadãos cubanos aos seus familiares no exterior; facilitaremos as visitas colectivas, ao nosso país, dos cidadãos que estão no exterior; facilitaremos também visitas individuais tanto de Cuba para o exterior como do exterior para Cuba, nos casos de doença familiar que, como tal, se justifiquem, ou casos humanitários considerados como tais pelo governo revolucionário, de maneira que existe um processo de modificação das circunstâncias que mantiveram dividido o povo cubano, entre uma imensa maioria daqueles que permaneceram em Cuba e uma minoria no exterior. Agora existem todas as condições para uma frequentação para um diálogo permanente, para um contacto entre as famílias e isso, repito, como parte dum processo de discussão entre cubanos, de Cuba e do exterior.

O companheiro Fidel Castro afirmou, naturalmente, que havia tido alguma influência na nossa possibilidade de actuar dessa maneira, a decisão do presidente Carter de suspender a protecção, asilo, e imunidade àqueles contra-revolucionários que utilizavam o terrorismo contra o nosso país, contra os seus representantes e contra os cubanos. É natural que enquanto o terrorismo foi alentado pela CIA – e foram treinados pela CIA os que cometeram o selvagem crime terrorista contra o avião cubano em Barbados – enquanto essas condições existiam, não era possível pôr em prática essa política de modificação das condições de relação entre os cubanos de Cuba e os do exterior.

Nessa época, inclusive, qualquer tentativa nessa direcção teria sido frustrada, porque os grupos terroristas que eram minoritários, e diríamos quase insignificantes em relação à maioria dos cubanos, mesmo assim, impunham a sua vontade pela via do terrorismo. Devemos dizer que chegaram a dezenas os cubanos que morreram nas lutas entre terroristas e nas lutas provocadas pelos terroristas no seio do exílio cubano. Tudo isto agora está em condições de desaparecer pela política posta em vigor pelo presidente Carter e que se aplica pela primeira vez nos Estados Unidos desde o ano 1960.

OPINIÃO PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA

Um jornalista (Flávio Tavares, do diário «Excelsior» do México e do «Estado de São Paulo», Brasil): «Nos anos 60, nos países latino-americanos, desenvolveu-se uma grande campanha de solidariedade com a Revolução cubana. Demo-nos conta de que todo o povo, a opinião pública praticamente, saiu às ruas em defesa da Revolução cubana e fundamentalmente em defesa do princípio de respeito à soberania cubana e contra a intromissão e as ingerências estrangeiras em Cuba. Hoje, essa opinião pública – e a este respeito eu queria conhecer a opinião do senhor vice-presidente – nesses países latino-americanos, perante a participação ou intervenção militar cubana em Angola, na Etiópia mas particularmente em Angola, sente-se defraudada e chega inclusive a comparar a intervenção cubana em Angola às das forças militares dos Estados Unidos no Vietname. Pergunto ao dr. Carlos Rafael Rodriguez, ao colega jornalista Carlos Rafael Rodriguez, se, pelo menos do ponto de vista formal, o senhor não estabelece, não dá razão àqueles que fazem essa comparação.

C.R. – Em primeiro lugar, permita-me manifestar o meu desacordo em relação a essa interpretação do fenómeno opinião pública latino-americana.

Creio, com efeito, que a presença das tropas cubanas em Angola e na Etiópia recebeu uma tão maciça quantidade de ataques nos órgãos de imprensa desses países que, como o senhor sabe, representam muito pouco à opinião pública e representam um certo influxo multinacional e dos grandes monopólios nacionais que não foi possível, nos primeiros momentos, à opinião pública latino-americana apreciar cabalmente o sentido da presença cubana em Angola ou na Etiópia. Penso, no entanto que não só a opinião das massas trabalhadoras, de intelectuais, de profissionais experimentou uma grande mudança, como também, inclusive, algumas forças governantes desses países tiveram ocasião de convencer-se de quais as razões que motivaram a presença cubana em Angola e na Etiópia e de certo modo, dar-lhe o seu apoio, senão públiço, pelo menos de maneira mais restrita, no caso dos governantes. No entanto, a discrição não nos permite citar nomes mas estou a lembrar-me os de alguns governantes que nos incitaram veemente, ao princípio, a não continuar a enviar tropas para a África e que agora nos dão razão e entendem as motivações profundamente justificadas dessa presença e as consequências históricas proveitosas para os próprios países latino-americanos. O senhor, que, sem dúvida, conhece, como jornalista do México e de São Paulo, a realidade latino-americana, sabe que naqueles momentos se manejou inclusive o temor de que uma vez terminada a operação militar africana, essas tropas estivessem em condições de executar operações intervencionistas na América Latina, a tal extremo chegou a propaganda negativa de que foi vítima a nossa acção em Angola e na Etiópia. Penso que, hoje, a opinião pública já está muito esclarecida e que se perguntarmos hoje ao cidadão latino-americano comum o que pensa da presença cubana em África, a sua opinião é um pouco diferente daquela que, segundo entendo, o senhor interpreta como tal. Por outro lado, parece-me que não são necessários muitos argumentos para, através da prática, demonstrar a enorme diferença entre a presença militar norte-americana no Vietname e a presença cubana em Angola. Julgo que, os Estatos Unidos – toda a gente o sabe – foram ao Vietname para reafirmar seu domínio neocolonial na zona do Sudoeste Asiático, para impor um regime corrupto que teria desaparecido muito tempo antes, se não tivesse o apoio económico, político e militar dos Estados Unidos; a lutar não só contra o povo do Vietname do Norte, mas também contra os patriotas do Vietname do Sul, que pegavam nas armas, de modo crescente, frente à ocupação estrangeira e também frente ao mau governo nacional. Penso que hoje, em África, toda a gente concorda que a presença cubana não suscita esse tipo de sentimento nem tem esse tipo de objectivo.

Nós não fomos lá para garantir o interesse de nehuma companhia internacional, não estamos por conta da ITT nem de nenhuma das grandes corporações...

Um jornalista (Tavares): «E da Gulf Oil? As tropas cubanas não protegem a Gulf Oil?»

C.R. – As tropas cubanas protegem a economia angolana que em uso da soberania de Angola, mantêm no país os convénios com a Gulf, de maneira que se trata aqui de anão suscita esse tipo de sentAs tropas cubanas protegem a economia angolana que em uso da soberania de Angola, mantêm no país os convénios com a Gulf, de maneira que se trata aqui de ajudar ao governo de Angola a exercer a sua soberania sobre uma parte do território e de acordo com os contratos que Angola considera convenientes – e nos quais nós não interferimos – demonstrando assim, mais uma vez, o nosso respeito pela sua soberania. Nesse sentido, quereria referir aqui um episódio sobre uma personalidade norte-americana que, quando começaram as conversações sobre a Namíbia, se dirigiu a nós dizendo que os círculos internacionais apreciariam muito que Cuba retirasse as suas tropas das fronteiras com a Namíbia, para permitir aos governos das cinco potências do Conselho de Segurança das Nações Unidas, realizarem a sua Operação Namíbia, solicitando à África do Sul que se retirasse. Nós lhes respondemos: Façam essa pergunta ao presidente Neto e nós faremos o que o presidente Neto e o seu governo decidirem. O dia que o presidente Neto diga que essas tropas devem estar a cinco metros da fronteira com a Namíbia, ali estarão as tropas cubanas. Quando julgue que devam estar a cinco mil quilómetros de disctância, então as tropas cubanas estarão a esses cinco mil quilómetros de distância. De maneira que, neste sentido, também se trata de um respeito pela soberania. Portanto, penso que há casos que não podem comparar-se: o intervencionismo contemporâneo norte-americano, que se exerce desde 1917 em Vera Cruz, até há muito poucos anos em Santo Domingo, não tem nada que ver com a colaboração de Cuba para a manutenção da soberania dos povos africanos.

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

Um jornalista (Eugénio Alves, «Diário de Lisboa»): «Senhor vice-presidente, gostaria de saber em que termos concretos se intensificarão as relações económicas entre Portugal e Cuba e gostaria também de saber se estão previstos novos contactos entre dirigentes de ambos os países?»

C.R. – Como afirmei nas minhas palavras iniciais, o ano em curso permitiu-nos comprovar que as aspirações que ambos os países e os dois governos traçaram no protocolo concernente às actividades deste ano, foram ultrapassadas pelas realizações concretas, tanto em relação às exportações cubanas para Portugal como de exportações de Portugal para Cuba.

Este ano permitiu também um intercâmbio técnico dos especialistas, tanto de comércio exterior como da indústria nacional cubana com Portugal, dando-nos ocasião de descobrir novos aspectos, ainda que pareça inverosimil, para nós totalmente desconhecidos da economia de Portugal. Dessa exploração estão a resultar novas possibilidades e essas novas possibilidades vamos aproveitá-las ambas as partes e decidimos que a reunião que se realizará na segunda quinzena de Janeiro, dedicar-se-á a confirmar as possibilidades já apreciadas por ambas as partes e a continuar o caminho da exploração. A participação de Portugal nas importações do nosso país é muito modesta. É evidente que existem considerações puramente económicas que podem determinar, em certa altura, que ainda que tenhamos um sentimento de amizade e de compenetração com um país, compremos ao outro, menos amigo contudo de maior capacidade técnica e de maior produtividade, mas devemos dizer que estamos fazendo tentativas para que em condições iguais se dê preferência, no nosso comércio, aos países em vias de desenvolvimento, aos países que fazem a experiência da industrialização, como parte da aplicação de um princípio segundo o qual a cooperação entre si, dos países em vias de desenvolvimento, é uma das bases essenciais para o seu progresso económico comum, e assim faremos no caso de Portugal. A visita que realizámos deu-nos, também a oportunidade de chegarmos a uma conclusão: nossos povos devem conhecer-se melhor e nossos representantes devem frequentar-se. Esta é uma conclusão que se aplicará no futuro, sem que possa anunciar-lhe acordos concretos nesse sentido.

VISITA A PORTUGAL FOI ACTO DE AMIZADE

Sobre a sua viagem a Portugal, disse ainda:

A nossa presença foi aqui um acto de amizade, um acto de correspondência ao generoso convite do Presi-

Continua na pág. 8

AutoExpresso

Lisboa
Guarda

Apenas por 250$00
(para carros com menos 4,42 m.)

Partidas diárias com início em 20-12-78
com levantamento na estação de destino
no dia imediato ao da expedição

Consulte as secções de informação

Caminhos de Ferro Portugueses

"DL", uma voz independente

Continuação da pág. 1

sintervenção, que ninguém pediu, tenha sido decidida sem ouvir fosse quem fosse; nem a administração por parte do Estado nem os accionistas, nem os trabalhadores.

Neste aspecto, a recente deliberação do Conselho de Informação para a Imprensa, que funciona no âmbito da Assembleia da República e que também não foi ouvido, exprime apreensões semelhantes às dos nossos leitores e amigos. Efectivamente, tal decisão, aprovada pelo PS, PCP e UDP, diz que o Conselho de Informação para a Imprensa, «deliberou manifestar a sua preocupação pelo facto de a desintervenção não ter sido acompanhada das necessárias medidas de viabilização que incluíssem nomeadamente a reavaliação do activo e um esquema de saneamento financeiro»; «considerou igualmente os riscos que essa desintervenção, nos moldes em que se processou, pode vir a ter a breve prazo na existência do «DL», o que se traduziria numa grave limitação do direito constitucional da liberdade de imprensa, comprometendo a independência e o pluralismo do conjunto dos órgãos de comunicação social estatizada e intervencionada»; «deliberou igualmente manifestar publicamente que de acordo com o princípio que inspira a alínea d) do Artigo 5.º da Lei 78/77 sejam objecto de parecer prévio do CI para a Imprensa eventuais casos futuros que envolvam alterações na situação dos órgãos da comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico».

O significado de uma deliberação deste teor não pode ser minimizado. Não só foi aprovado pela maioria representada na Assembleia da República (PS, PCP, e UDP) como os dois outros partidos que se abstiveram fizeram importantes declarações de voto. O CDS declarou que «qualquer desintervenção deve ser acompanhada de medidas de viabilização económica da empresa (...) e é dever do Estado promover antecipadamente a definição de tais medidas» e o PSD «entende necessário requisitar ao MCS o processo de desintervenção para estudo», criticando ainda o Governo por não ter ouvido previamente o Conselho de Informação para a Imprensa.

Quer dizer, ninguém aprovou a decisão do Governo no que se refere à desintervenção do «Diário de Lisboa» e todos os sectores da Assembleia o censuram, directa ou indirectamente.

Isto leva-nos a perguntar: para quem governa o Governo? E para que governa? Para satisfazer caprichos?

Mas voltando ao problema da desintervenção resta-nos dizer, por agora, que estamos firmemente decididos a defender esta voz independente que é o «Diário de Lisboa». Trabalhadores e proprietários do jornal, apoiados na dedicação dos seus leitores e na força da opinião pública, que como se viu, está do seu lado, confiam no futuro e na justiça.

Para um "dossier" Carlos Rafael Rodriguez

Continuação da pág. 7

dente e do Conselho da Revolução, e uma manifestação das intenções cubanas de intensificar nossos vínculos com este país irmão que vive hoje um processo no qual estamos profundamente interessados. Mas sempre temos dito que nossa presença em África não é negociável. Não é negociável com os nossos inimigos, isto é com os Estados Unidos, que fizeram do problema de África um dos pré-requisitos para o prosseguimento dos nossos contactos com vista à possibilidade de eliminar, mediante a supressão do bloqueio, a impossibilidade de continuar conversando. E também não é negociável com aqueles países com os quais mantemos uma estreita e cordial amizade. Mas não se trata disso. Quando nós discutimos com os governantes de Portugal os problemas de África, fazemo-lo com interesse em que se entenda a nossa política e estamos seguros de que compreendendo-se a nossa política se compreenderão melhor as razões pelas quais consideramos que a presença de Cuba em Angola depende exclusivamente da decisão soberana de Angola. Não existe qualquer mudança na nossa política internacional. Não existe sequer uma alteração quanto à situação de Angola porque isso já foi anunciado por Cuba na altura em que se iniciou a nossa presença militar. Estaremos ali, afirmamos enquanto o desejarem os representantes soberanos de Angola, nem um minuto mais. Isto mantém-se.

Teixeira Lopo em Bragança

A fim de se inteirar dos problemas da Informação no distrito de Bragança, esteve nesta cidade o director da Comunicação Social para o Norte, tenente-coronel Teixeira Lopo.

Depois de ter conferenciado com o governador civil e com o director do semanário «Mensageiro de Bragança», visitou os estúdios da RDP, tendo prometido levar ao conhecimento do seu Ministério as dificuldades com que se debate a informação no nordeste transmontano.

encomenda EXPRESSO

Serviço diário de encomendas expresso nas estações de LISBOA, PORTO, FARO, ABRANTES e CASTELO BRANCO.

Só o tempo de viagem de um comboio de passageiros

Caminhos de Ferro Portugueses

Informaçoes:
Lisboa — Sta. Apolónia 86 41 81
Porto — 92 27 22

TRABALHO

Mota Pinto já iniciou revisão da Constituição

— afirmam CT's dos bancários

As resoluções do Conselho de Ministros, do passado dia 27, nomeadamente a declaração de ilegitimidade atribuída à actuação das Comissões de Trabalhadores da Função Pública, continua a provocar manifestações de repúdio por parte de organização representativa dos trabalhadores.

O Secretariado das Comissões dos Trabalhadores Bancários emitiu um comunicado em que manifesta também o seu repúdio por algumas das resoluções, das quais destaca as seguintes: o anúncio da desintervenção prevista para breve de mais nove empresas com o subsequente arrastar para o desemprego de mais umas centenas de trabalhadores, a forma «acintosa» como os ministros de Mota Pinto pretendem pôr em causa experiências de autogestão que surgiram como «forma de impedir a ruina económica de algumas unidades produtivas», e a anulação em termos insultuosos do poder de intervenção das Comissões de Trabalhadores da Função Pública.

Salientando que se a resolução viesse a ser acatada, em breve ela seria alargada às empresas públicas, o Secretariado das CT's Bancários acrescenta: «Desta forma, o Governo Mota Pinto pretende iniciar desde já, a revisão da Constituição, querendo fazer esquecer que tal acção é ilegítima e apenas a II Legislatura tem poderes para o fazer, e a partir de 1980. Mas mesmo assim, e com base no Artigo 290.º da Constituição, terão de ser respeitados os direitos dos trabalhadores, das Comissões de Trabalhadores e das Associações Sindicais».

Ao mesmo tempo, que manifesta a sua solidariedade às Comissões de Trabalhadores afectadas pela resolução ministerial, o Secretariado das Comissões dos Trabalhadores Bancários, anuncia que vai reclamar junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República e do Conselho da Revolução (entidades a que solicitará audiências), a anulação de deliberação, «enquanto que pela forma que se entender mais conveniente, desencaderá ou apoiará acções tendentes a reclamar daquela decisão governamental junto do Provedor da Justiça, e dos órgãos de soberania, na defesa dos seus direitos, do interesse geral e da Constituição».

Nas Minas da Panasqueira administração não dialoga

A Comissão Intersindical das Minas da Panasqueira responsabilizou a empresa pelas consequências de possíveis posições que os trabalhadores venham a assumir devido aos atropelos dos seus direitos.

Em comunicado, a CI informa que no dia 24 de Novembro passado solicitou à empresa uma reunião ao abrigo da cláusula 9.ª do CCTV.

Destinava-se essa reunião a debater e tentar encontrar soluções para os seguintes problemas: comissão de distribuição de casas, admissão de menores, ambulância, situação actual de viúvas, leite para os trabalhadores do interior, processos disciplinares, isenção de horário, subsídio por doença, regalias sociais e análise de algumas cláusulas da PRT/CCTV.

Nenhuma resposta escrita foi dada à CI, tendo a empresa marcado 3 reuniões às quais faltou.

Entretanto, o leite a que os trabalhadores têm direito não é distribuído, o subsídio de turno previsto na cláusula 32.ª não é pago, «as casas são dadas aos afilhados e às chefias e por aí abaixo, conforme a ordem de serviço que já afixaram, às viúvas, tentam pô-las na rua, aos capatazes dão isenções, a ambulância passou a custar 7$50/km, nos dormitórios não há água nem aquecimento, nos processos disciplinares é o que se sabe; enfim, a empresa sempre esteve interessada em manter boas relações com os trabalhadores, como recentemente ouvimos a um administrador NOTA-SE!», acentua a Comissão Intersindical.

Este órgão representativo dos trabalhadores das Minas da Panasqueira acrescenta que com este comportamento pretende a administração que a situação se arraste e se degrade para «daí a uns dias virem anunciar uns tostões de aumento e a melhoria de algumas situações que há muito vimos alertando e discutindo». Mas «nós estamos alerta e confiamos que os trabalhadores saberão dar a resposta conveniente», conclui a Comissão Intersindical no comunicado.

Controladores aéreos paralisaram a cem por cento

Registou uma adesão de cem por cento a paralisação de meia hora que os controladores aéreos efectuaram no passado domingo.

A paralisação deu-se entre as 11 e as 11 e 30, em todos os aeroportos nacionais (continente e ilhas).

De acordo com informações no Aeroporto de Lisboa durante o período de paralisação. O voo Tap 725 que lavava a bordo um passageiro para ser operado na República Federal Alemã e um avião militar, puderam descolar, tendo sido também autorizado a aterragem de um avião que iniciara as manobras daquela operação antes das 11 horas.

Estas excepções relativas ao tráfego de emergência e militar estavam previstas no pré-aviso de greve.

Os prejuízos da paralisação foram mínimos dado o fraco tráfego aéreo que se verificou. Apenas dois voos com partida de Lisboa sairam atrasados e uma aterragem demorou um pouco mais que o previsto, na Horta.

Os objectivos desta forma de luta são a reestruturação do sector por forma a serem cumpridas as normas de segurança a que o nosso país se comprometeu internacionalmente.

ESCRITÓRIOS DO PORTO

Trabalhadores contestam direcção sindical

Trabalhadores de escritório do Porto vão requerer ao presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto a convocação de uma assembleia geral extraordinária para discutir a actuação dos dirigentes do sindicato.

Entre outras acusações constantes do documento subscrito pelos requerentes, a direcção sindical «tudo fez para levar os trabalhadores de escritório do distrito a aderir à UGT», «tudo fez para impedir a discussão e os esclarecimentos dos trabalhadores», «esbanjou o dinheiro dos trabalhadores em massivas doses de propaganda à UGT». Mas, acrescentam os requerentes da assembleia geral «recebeu a resposta que merece — apenas cerca de quatro mil trabalhadores acorreram ao chamamento do voto sim à UGT, numa percentagem irrisória de menos de 15 por cento dos trabalhadores de escritório do distrito. E isto porque o referendo a que ardilosamente chamaram assembleia geral extraordinária, não foi controlado de forma minimamente exigível em qualquer assembleia democrática, pois se o fosse, esta percentagem já de si irrisória, baixaria ainda mais.»

Os trabalhadores que requerem a convocação da assembleia geral extraordinária apelam simultaneamente à participação massiva dos seus consócios de sindicato na assembleia geral em que irá ser debatida esta actuação da direcção sindical, bem como as medidas a tomar face à situação.

Construção Civil

Só amanhã serão conhecidos os resultados das eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Mármores e Pedreiros do Distrito do Porto, que se efectuaram no sábado passado. Uma única lista se candidatou às eleições.

PARA APOIAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL E OS E.U.A. O

BANCO TOTTA & AÇORES

ESTÁ EM NOVA IORQUE

277 Park Avenue, NEW YORK, N.Y. - 10017 - Tel. (212) - 888 - 0900 - Telex: 666 724

SISTEMA

O QUE É A CEE (2)

José Cerejo

Em artigo anterior (11/12) analisámos sumariamente os objectivos e o modo de funcionamento da Comunidade Económica Europeia (CEE), lembrando que a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM), se bem que totalmente independentes, são geridas por executivos comuns e dão-se objectivos e instituições muito parecidas com as da CEE.

Hoje tentaremos abordar a realidade da CEE. Não o que previa o Tratado de Roma mas o que é de facto a acção comunitária. Dada a exiguidade do espaço disponível muito ficará por dizer, esperamos no entanto e apesar de não acreditarmos na imparcialidade, dizer o fundamental para que o leitor possa fazer uma ideia da realidade da Europa dos nove.

Antes porém de entrarmos na descrição da acção comunitária, convém fazer algumas observações genéricas que podem explicar algumas das suas dificuldades. Aquilo a que os defensores da CEE chamam a «construção europeia» ou seja a integração progressiva, económica e política da Europa comunitária, assenta em algumas ambiguidades para não dizer contradições fundamentais. Assim, contando com os favores da opinião pública para um projecto que permitiria o crescimento económico e a criação de uma solidariedade de interesses e de uma interpretação tal das actividades económicas que impediria os conflitos e antagonismos que estariam na base das duas grandes guerras, iniciou-se aquilo que deveria conduzir a uma experiência original de integração política. Os fundadores da CEE optaram por uma estratégia de integração funcional baseada na aproximação das economias dos Estados membros. A ambiguidade reside no choque constantemente verificado na História da Europa dos Nove entre uma economia que se pretende cada vez mais integrada e uma «política» no sentido restrito dos negócios estrangeiros, defesa, etc, que se pretende independente e nacional. Como conseguir integrar a economia se os instrumentos políticos da integração estão fora do alcance das autoridades comunitárias? O objectivo é conseguir a integração económica abstraindo todos os antagonismos sociais e políticos, como se «o económico» fosse separável da realidade social e política. A originalidade e a ambiguidade do projecto da CEE está em que é justamente a integração das economias que terá como consequência, a longo prazo, a integração política. O que permite julgar esta via possível é a confiança na filosofia (bem diferente da filosofia da Constituição portuguesa) subjacente à CEE – o liberalismo económico (que recusa toda a intervenção do Estado).

A execução de políticas económicas comuns previstas pelo Tratado de Roma e a necessidade de coordenação económica, sobretudo em tempo de crise, exige no entanto uma certa programação a longo prazo, uma certa planificação. Aqui surge a segunda ambiguidade inerente ao próprio tratado. Como conciliar a economia de mercado e as necessidades de planificação? O problema não é novo mas assume proporções particulares se associado ao facto de dizer respeito a um espaço económico comum a vários Estados não integrados politicamente.

O estado em que se encontra a União Aduaneira (UA), o que é feito da liberdade de circulação das pessoas, dos serviços e dos capitais, o que é a política agrícola comum, o que são as políticas globais e sectoriais da CEE, são os diferentes aspectos que hoje examinaremos, não podendo deixar de ressaltar dessa análise os grandes problemas com que actualmente se debate a CEE.

A REALIDADE DA UNIÃO ADUANEIRA

A UA aspecto mais visível e realidade mais concreta da CEE, oficialmente realizada em 1968 entre os seis membros iniciais e em 1977 entre os seis e os três últimos aderentes, é ainda hoje bastante incompleta.

Apesar da supressão dos direitos alfandegários e das restrições quantitativas às trocas comerciais entre os Estados membros, apesar da entrada em vigor da tarifa alfandegária comum em relação aos países exteriores e dos passos dados no sentido da harmonização e posterior uniformização do direito aduaneiro, existem ainda mil e uma formas não previstas pelo Tratado de Roma de obstar à livre circulação das mercadorias. Com efeito, sobretudo desde o início da crise económica em 1973, os Estados têm tendência a praticar certas formas de proteccionismo económico pouco favorável ao jogo da livre concorrência a nível comunitário. É assim que alguns países impõem determinadas características a produtos comercializados em território nacional, só se encontrando essas características nos artigos produzidos no próprio país. É esse o caso de produtos alimentares que só podem ser comercializados desde que embalados e compostos desta ou daquela forma. É ainda o caso dos carros que não podem circular sem apresentar certas características técnicas típicas dos carros nacionais. Outro aspecto que mostra a fragilidade da UA, e este de grande importância por dizer respeito a actividades que representam 7 a 11 % do Produto Interno Bruto dos países da CEE, é o dos «mercados públicos» (1).

Tendo em conta que o artigo 30 do Tratado de Roma proíbe toda a preferência ou exclusividade em relação a produtos nacionais, é ilegal toda a adjudicação preferencial ou exclusiva a empresas nacionais, de «obras públicas» e em geral de todas as encomendas de bens e serviços por parte do Estado. A Comissão de Bruxelas tendo em conta a importância dos «mercados públicos» que na maior parte dos casos continuam a ser reservados às firmas nacionais e obedecendo à letra do Tratado e à lógica da livre concorrência tem tentado, sem grande sucesso, regulamentar de modo a impedir tais práticas.

Apesar das falhas da UA é forçoso constatar que ela provocou resultados visíveis. Assim entre 1958 e 1972 as trocas comerciais (importações e exportações) entre os seis fundadores da CEE foram multiplicadas por nove. De igual modo as trocas com o resto do mundo foram multiplicadas por três durante o mesmo período (2). Estes resultados se bem que não exclusivamente, têm certamente que ver com o aumento do nível de vida verificado nos países membros durante o período em questão.

Antes de prosseguirmos importa acentuar que a liberdade de circulação das mercadorias que a UA implica é um dos primeiros passos na construção duma nova Europa intimamente ligada à constituição de grandes empresas de «dimensão europeia» e de sociedades multinacionais, principais favorecidas pelo regime de livre concorrência, graças à sua elevada capacidade concorrencial. Se bem que dotada de abundante legislação, nem sempre aplicada, contra as práticas de monopólio (privado ou estatal) ou outras que ponham em causa a livre concorrência, a Comissão da CEE encoraja a constituição desse tipo de empresas e a concentração económica sob o pretexto de fazer face ao desafio dos Estados Unidos da América e do Japão.

É a actual crise económica que obriga, para salvaguardar minimamente as pequenas e médias empresas e o emprego, alguns Estados membros a adoptarem, entre outras, medidas que equivalem ao proteccionismo económico.

A LIVRE CIRCULAÇÃO DAS PESSOAS

Frequente, falsa e demagogicamente evocada a propósito da CEE, a «liberdade de circulação das pessoas», traduz-se segundo o Tratado de Roma na possibilidade dos cidadãos originários dos países membros se deslocarem livremente e se poderem fixar em toda a área da comunidade desde que «respondam a uma oferta efectiva de emprego», «conforme às disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores do país» em que se fixem, e desde que a sua fixação «não ponha em causa a ordem, a segurança e a saúde pública».

O objectivo do Tratado é transpor para o mercado do trabalho o princípio da livre circulação das mercadorias e da livre concorrência. A sua consequência seria a mobilidade geográfica da mão-de-obra que se fixaria lá, onde conseguisse trabalho. Objectivo de certo modo contrário a uma política social e regional que vise incrementar a actividade económica lá onde a mão-de-obra disponível existe, a liberdade de circulação das pessoas não é, devido às contradições que significa, nem nunca foi total, e representa tudo menos uma conquista social dos trabalhadores da CEE. Até hoje essa liberdade que mesmo segundo o Tratado é limitada, nunca foi integralmente aplicada e tem tendência a ser cada vez mais teórica à medida que a crise económica e o desemprego se agravam, agravando-se com eles as restrições à mão-de-obra estrangeira.

No que diz respeito ao livre estabelecimento e livre prestação de serviços, os entraves à sua plena realização são também importantes, não podendo por exemplo, na maior parte dos casos, os membros das profissões liberais dum país exercer nos outros. O sector da função pública é o exemplo do desrespeito absoluto pelo princípio da liberdade de prestação de serviços, dado que todos os países da CEE reservam o seu acesso exclusivamente aos trabalhadores nacionais. O sector em que este princípio está mais próximo da realidade é o da livre instalação de sociedades industriais e comerciais...

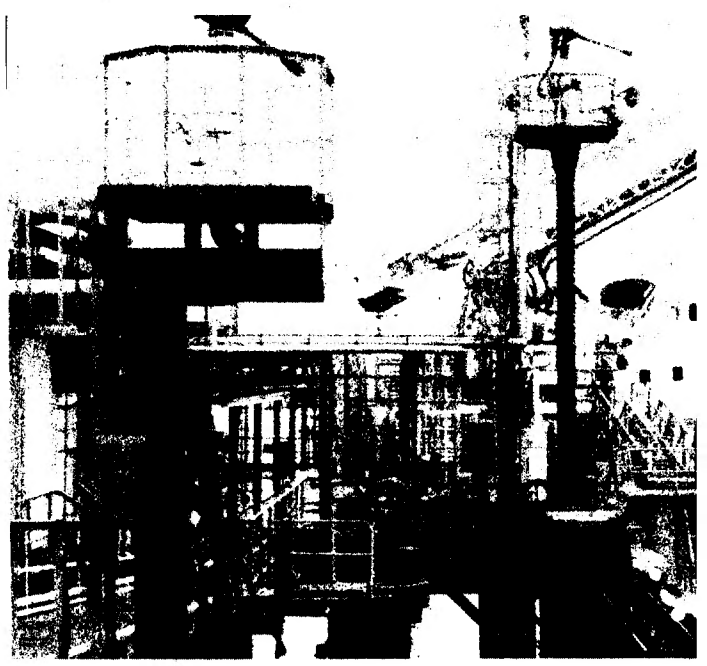
A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

Pelo grau de intervenção dos órgãos comunitários na sua definição e aplicação, pela importância do lugar que ocupa na acção da comunidade (76% do conjunto das despesas da CEE em 1974) (3), a política agrícola constitui um aspecto à parte e de certo modo um aspecto modelo da sua acção. O sector agrícola é também o primeiro em que os países da CEE prescindiram das suas orientações próprias e se submeteram à política comum ditada pelo executivo comunitário de Bruxelas.

Prevista no articulado do Tratado de Roma que enunciava vagamente os seus objectivos, a Política Agrícola Comum (PAC) foi-se concretizando por etapas sobretudo a partir de 1962. É no entanto só em 1971 que o Conselho de Ministros da CEE aprova uma série de medidas inspiradas no plano Mansholt (nome dum antigo vice-presidente da Comissão Europeia) que tentam dar uma forma coerente ao aspecto social e de reforma de estruturas agrícolas da PAC. Este plano, coerente porque abordando globalmente toda a problemática da agricultura (sob uma certa óptica), nunca fez a unanimidade (tal como as medidas nele inspiradas e adoptadas pelo Conselho em 1971) porque não correspondia de nenhuma forma aos interesses de largos sectores da agricultura da comunidade. Com efeito, violentas manifestações de dezenas de milhares de pequenos agricultores, vindos de todos os países membros, marcaram em Bruxelas com mortos e feridos a sua oposição ao plano Mansholt. A cólera dos manifestantes vinha do facto que as traves mestras do plano apontavam, tal como a realidade da PAC exectutada a partir de então, a pretexto da rendabilidade económica, para o desaparecimento de muitas pequenas explorações agrícolas e para uma redução importante do número de pessoas empregadas na agricultura, aumentando assim o desemprego e obrigando à reconversão forçada de muitos trabalhadores. A liquidação de sectores agrícolas inteiros, considerados economicamente inviáveis por uma certa lógica económica, conduziria assim e conduziu frequentemente ao agravamento do êxodo rural em certas regiões ou à degradação das condições de subsistência das pessoas ocupadas nesses sectores.

Os grandes objectivos da PAC resumem-se na unificação e na estabilização dos mercados agrícolas; nas garantias de aprovisionamento; no aumento da produtividade e do nível de vida dos agricultores nos preços «razoáveis» para os consumidores; no desenvolvimento do comércio internacional e na protecção do meio ambiente. Se alguns destes objectivos foram atingidos, principalmente no que toca à organização dos mercados e à política de preços, todos os observadores reconhecem que em muitos domínios se está muito aquém dos objectivos. É um facto incontestável que a produtividade aumentou e as trocas se intensificaram. Alguns mercados estabilizaram-se com os preços mínimos e a garantia de absorção dos excedentes. Certas ajudas fôram concedidas a certos tipos de reestruturação. No entanto a natureza destes ou dalguns destes sucessos não é igualmente compreendida pelo conjunto dos agricultores da CEE. Assim, a aplicação da PAC continua a ser um ponto de conflito entre os Estados membros e entre certas categorias de agricultores e as autoridades comunitárias.

De um modo geral pode-se dizer que a PAC favorece a agricultura do Norte da Europa e as grandes empresas agroindustriais em geral. A diferença de tratamento tão frequentemente denunciada pelos agricultores italianos e do Sul de França, consiste no facto de existirem preços mínimos garantidos, sistemas de absorção dos excedentes e outras formas de intervenção em favor das produções que predominam no Norte (carne, beterraba açucareira, cereais, lacticínios, etc.). Uma das consequências da forma desta intervenção é o incentivo que constitui à superprodução. E o caso do leite e da manteiga que são produzidos fora de qualquer programação, muito para além das possibilidades de escoamento. Outra razão da situação privilegiada da agricultura do Norte é a existência dos Montantes Compensatórios Monetários (MCM), mecanismo monetário que se traduz em subvenções à exportação em taxas à importação de produtos agrícolas nos países de moeda forte, sobretudo Alemanha Federal e Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemdurgo). Ao contrário, os MCM dificultam a exportação e encorajam a importação nos países de moeda fraca. Aliás a recusa do executivo da CEE em suprimir progressivamente este mecanismo, cuja existência tem sido ultimamente denunciada pela França, está em vias de abalar seriamente, senão de matar à nascença o Sistema Monetário Europeu (SME) de que falaremos adiante. Com efeito, durante a semana passada, o ministro francês da Agricultura anunciou que por esse motivo o seu Governo não aplicaria o SME à PAC. O efeito negativo dos MCM no que diz respeito às produções mediterrânicas, assim como a quase inexistência de mecanismos de apoio aos mercados da maior parte dessas produções (vinho, legumes, frutos, azeite, etc.) faz com que a agricultura do Sul da Europa e especialmente os pequenos agricultores se encontrem numa situação desfavorecida. Por outro lado o pouco que é feito com os financiamentos do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) no sentido da adaptação das estruturas agrícolas a uma produção moderna e concorrencial não consegue tirar do impasse as zonas desfavorecidas tais como o Mezzogiorno italiano ou certas regiões da Irlanda ou da França, nem consegue resolver satisfatoriamente o problema da não competitividade económica das pequenas explorações que se vêem forçadas a desaparecer ou condenadas a uma difícil sobrevivência. É por isto que os aspecto social e de estruturas da PAC é fundamentalmente um fracasso e conduz frequentemente ao desvio dos seus objectivos e dos seus fundos em proveito dos «barões» da beterraba açucareira e outros latifundiários da Europa dos Nove.



Além da agricultura e com vista a facilitar a realização do mercado comum, o Tratado de Roma estipulava a execução de políticas comuns no domínio dos transportes e do comércio.

A POLÍTICA COMUM DOS TRANSPORTES E DO COMÉRCIO

A «comunotarização» da política dos transportes tem-se limitado a certas medidas parcelares destinadas a facilitar a livre circulação das mercadorias. A execução de uma verdadeira política comum é ainda do domínio das «boas intenções».

A política comercial é um dos sectores em que a CEE mais se tem desenvolvido, e que mais lhe garantem uma identidade internacional.

É graças a essa política que ela se tem afirmado como a primeira potência comercial da terra com 23,8 % das importações e 20,6 % das exportações mundiais em 1974, contra 16,4 % e 14,7 % dos EUA no mesmo ano (4). O facto dos países membros adoptarem uma política comum num determinado sector significa, entre outras coisas, que estes Estados abdicam da sua soberania a favor dos órgãos da CEE no tocante à conclusão de acordos ou tratados internacionais relativos a esse sector. É no quadro da política comercial comum que dezenas de acordos comerciais de diferentes tipos, têm sido concluídos com grande parte dos países do mundo. É ainda no quadro da política comercial comum que a CEE representa os nove países membros nas actuais negociações em Genebra sobre o GATT (Acordo Geral de Tarifas e de Comércio entre os principais países industrializados).

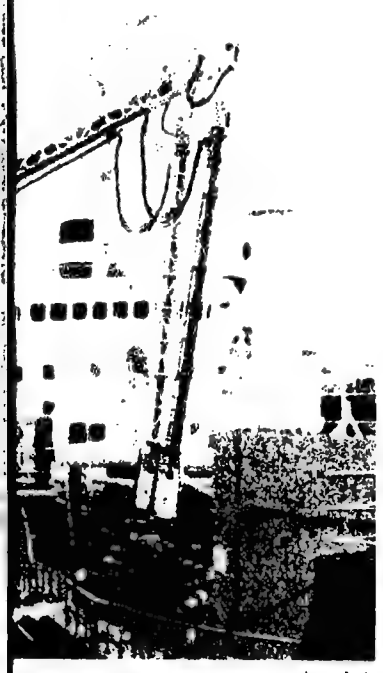
Para lá das políticas comuns e com vista a transformar em realidade a União Económica e Monetária (UEM), principal objectivo desde 1969, os órgãos dirigentes da CEE esforçam-se por coordenar as políticas globais no sentido de realizar entre os Estados uma certa convergência no plano económico e monetário, no plano social e no que diz respeito ao desenvolvimento das regiões, de forma a tornar compatíveis as evoluções económicas dos diferentes países. Por outro lado nos diferentes sectores económicos a acção da comunidade traduz-se na tentativa de harmonizar senão de «comunotarizar» as políticas sectoriais dos diferentes Estados.

A POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

Apesar de já em 1958 existir

um Comité Monetário e em 1960 ter sido criado um Comité de Política Conjuntural, é sobretudo a partir de 1969 que a acção comunitária se precisa no campo da coordenação das políticas económicas e monetárias. Se se quiser fazer um balanço dessa acção os resultados não são brilhantes em relação ao que se pretendia. Os objectivos visados desde 1969 eram entre outros: a convergência das economias em matéria de taxas de crescimento e de preços e em matéria de luta contra a inflação e o desemprego; a redução e fixação das margens de flutuação das taxas de câmbios e a criação de mecanismos monetários a curto e longo prazo que permitissem ajudar os países com dificuldades nas suas balanças de pagamentos. Em 1972 a CEE aprovou mesmo um plano detalhado que fixava as etapas da criação da UEM.

A opinião mais insuspeita em relação aos resultados até agora conseguidos, é a seguinte frase de um discurso de Roy Jenkins, presidente da Comissão da CEE, pronunciado em 13 de Novembro passado em Bale (Suíca):



«No próximo ano festejaremos o décimo aniversário da decisão tomada pelos chefes de Estado e de Governo da Comunidade a fim de trabalhar em favor duma União Económica e Monetária. A progressão em direcção a esse objectivo foi uma desilusão, mas o nosso objectivo mantém-se. (...) A União Económica e Monetária é um meio de chegar à integração política e finalmente à união europeia que os Estados membros da Comunidade se comprometeram a realizar.»

Recorrendo a outro tipo de ilustração dos resultados obtidos, basta constatar a gravidade e a disparidade dos níveis atingidos pela inflação nos diferentes países, de 3 % na RFA, a 18 % na Itália, ou pelo desemprego, de 0,8 % da população activa do Luxemburgo a 8,9 % na Bélgica com uma média para a CEE de 5,5 % o que corresponde a 5 milhões 964 mil desempregados em Setembro último (5). Estes dois indicadores não são senão um exemplo da incapacidade total da CEE de fazer face à crise económica. O crescimento económico acelerado dos seus primeiros 15 anos deve-se mais à conjuntura e à relativa libertação das trocas resultante da União aduaneira que à política económica e monetária, que aliás era quase inexistente e cuja falta se tem feito sentir sobretudo depois do início da crise. No que toca à política monetária o fracasso é visível na «serpente monetária» (6) instituída em 1972 entre os nove países e rapidamente reduzida a uma certa cooperação entre os «ricos» da CEE (RFA, Benelux e Dinamarca). Também são significativas as condições e o ambiente em que foi recentemente criado o Sistema Monetário Europeu.

O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

Recentemente, ao nível da CEE, foram postas grandes esperanças no relance da economia dos nove e dos projectos da UEM a partir da criação do SME que entrará em vigor no próximo dia 1 de Janeiro. Actualmente é uma opinião bastante generalizada que esta construção tão dolorosamente concebida por Giscard e Schmidt (da RFA) tem poucas mais possibilidades de êxito que a defunta «serpente europeia». A não adesão da Grã Bretanha e a difícil entrada da Irlanda e da Itália no sistema, assim como as reticências que a França actualmente põe à sua aplicação, tal como referimos a propósito dos MCM, dá-nos uma ideia das dificuldades com que ele se debate mesmo antes de entrar em vigor. Imaginado a partir da tomada de consciência pelos alemães da falência do dólar e do perigo que faz correr à economia alemã e europeia a dependência do marco e das outras moedas europeias em relação ao dólar e à economia americana, o SME não representa nem poderia representar uma distanciação das moedas e da economia da CEE face aos americanos. Efectivamente não bastam boas intenções e a consciência da gravidade da crise e da responsabilidade que o dólar nela tem, para optar pelas vias da emancipação em relação ao colosso americano que mesmo em crise continua apesar de todo o seu peso na Europa. Como indicador desse peso basta citar as vendas das filiais americanas (com maioria de capital EUA) na CEE, as quais representavam em 1977 mais de 14 % do Produto Nacional Bruto do conjunto dos países membros (7). A dificuldade de adoptar uma verdadeira política económica e monetária comum e a impossibilidade de assumir claras opções políticas comuns, ambas ligadas à natureza da CEE, impede-a de tomar uma atitude global e sem hesitações face aos EUA. As actuais negociações do GATT mostram bem a necessidade e a dificuldade da CEE em afrontar as exigências americanas.

Mesmo que o SME consiga sobreviver não se pode esquecer que o marco alemão é, desde já, rei neste sistema e que o conjunto da economia europeia é cada vez mais dependente em relação ao marco e à RFA.

A POLÍTICA SOCIAL E REGIONAL

Além do domínio económico e monetário as políticas globais dos nove aplicam-se às questões sociais e regionais consideradas básicas para o desenvolvimento da UEM. Ao nível da política social é significativo que apesar do Tratado de Roma falar no «aumento acelerado do nível de vida» e na «igualização no progresso», só em 1971 a CEE se dotou daquilo a que chamou «programa de relance social» e em 1972 criou o Fundo Social Europeu. A incapacidade de pôr em prática um plano comum de luta contra o desemprego é naturalmente o elemento mais negativo da política social. Em relação à situação de certos grupos de trabalhadores dos sectores mais atingidos pela crise, têm sido porém realizadas algumas acções de ajuda económica e de reconversão profissional.

No campo da política regional os êxitos também não têm sido notáveis. Só em 1972 foi criado o seu principal instrumento, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que apenas em 1976 foi considerado pela Comissão da CEE «plenamente operacional». No entanto a mesma Comissão Considera no seu Relatório Geral sobre a actividade das Comunidades em 1976 que esse ano «foi pouco propício ao desenvolvimento regional devido à manutenção do elevado nível de desemprego e do baixo nível dos investimentos». A existência de desequilíbrios regionais acentuados entre as zonas prósperas e as regiões subdesenvolvidas que subsistem em quase todos os países membros são a prova da ineficácia da política regional que aliás está ligada às políticas económica, social, industrial, etc. Não são raros os casos em que ela é mesmo responsável pelo agravamento desses desequilíbrios.

A POLÍTICA INDUSTRIAL

As chamadas políticas sectoriais da CEE consistem numa série de mecanismos destinados a imprimir um desenvolvimento harmonioso a sectores determinados, considerados sectores-chave para o sucesso da UEM. A maior parte dessas políticas encontram-se ainda num estado embrionário, visto que até 1969 a Comunidade viveu à sombra da União Aduaneira. A energia, a investigação, o meio ambiente, a defesa dos consumidores, a educação e sobretudo a indústria são os campos em que o executivo comunitário tenta intervir actualmente. Limitar-nos-emos aqui à política industrial por nos parecer a mais significativa e palpável.

Praticamente até ao início da crise em 1973, não existiu qualquer política industrial. Tudo se resumia em acções para libertar as trocas intercomunitárias, em vigiar a concorrência e as ajudas públicas à indústria e em tomar meeidas de salvaguarda de certos ramos industriais em alguns países. Naturalmente que a crise ajudou a que as coisas mudassem e que mesmo os partidários do liberalismo económico exigissem uma estratégia comum. Um primeiro passo na sua concretização, foi dado em 1970 com a apresentação pela Comissão de um «memorandum» que fixava uma série de orientações fundamentais. Porque nessa altura a crise ainda não tinha rebentado e porque mesmo no seu início os meios industriais ainda esperavam os «efeitos regeneradores do mercado», este «memorandum» não foi seguido de aplicações concretas. Em 1973 a Comissão propôs um programa de acção destinado a estimular a aplicação de uma política industrial que se revelava cada vez mais necessária. As suas características fundamentais que correspondem às linhas gerais da acção desenvolvida posteriormente são: a definição de uma estratégia de conjunto; a reforma do quadro jurídico fiscal e financeiro das empresas e a renovação das estruturas industriais (desenvolvimento das tais «empresas de dimensão europeia», das tecnologias avançadas, etc.). Nos últimos anos bastantes coisas têm sido efectivamente feitas no quadro da política industrial assim preconizada. A inexistência de uma política económica e monetária eficaz e de uma certa «união» política, faz com que a política industrial se ocupe principalmente do fornecimento de tábuas de salvação aos sectores mais tocados pela crise. Em relação à renovação das estruturas tem-se falado muito na criação jurídica das «Sociedades Anónimas Europeias», que ainda se encontram no estádio dos projectos. Uma das razões que tem impedido a sua concretização é o facto de o projecto prever uma tímida forma de participação dos trabalhadores que se reduz à presença dos seus representantes no «Conselho de Vigilância» e no «Comité de Empresa», ambos com funções consultivas. No que toca aos sectores em crise, a siderurgia, os têxteis e a construção naval são os mais atingidos e é neles que mais se manifesta a política industrial da CEE. No caso da siderurgia importa dizer que apenas 60 % das capacidades de produção da CEE são actualmente utilizadas, o desemprego no sector assume proporções dramáticas (só em França entre 1974 e 1980 desaparecerão 50 mil postos de trabalho), os preços de venda diminuiram drasticamente e mesmo as empresas tecnicamente mais avançadas declaram percas enormes. Até agora os resultados mais evidentes da reestruturação prevista no plano comunitário de urgência, são a agravação do desemprego, que se acentuará ainda mais no próximo ano, e um aumento da ordem dos 25% nos preços de venda desde o fim de 1976.

Na construção naval e nos têxteis a acção da CEE é dificultada pela inexistência de poderes e

Continua na pág. 18

ÁSIA

IRÃO: ONDE REINAM O TIRO E A CONFUSÃO

Mortos aumentam, manifestações multiplicam-se

Teerão era esta manhã palco de novas manifestações contra o xá, contra o imperialismo, contra a corrupção, contra o «status quo». Em locais diferentes da capital do Irão foram ouvidos disparos de armas do Exército, enquanto o aeroporto se encontrava praticamente fechado ao tráfego. Entretanto, e num primeiro balanço, seiscentas pessoas morreram e duzentas e quinze ficaram feridas desde domingo de manhã em Machad. Por seu turno, Baktiar, que foi convidado pelo xá a formar o próximo Governo, declarou que esperava conduzir o país «para um regime social-democrata» e que suprimiria progressivamente a lei marcial.

Relativamente ao encerramento do aeroporto, círculos norte-americanos indicaram que um «C-5A Galaxy», da Força Aérea dos Estados Unidos, estava a tentar retirar do Irão os familiares de pessoal militar, ao mesmo tempo que aviões da Força Aérea canadiana se encontram em Teerão para transportar cerca de 900 cidadãos desta nacionalidade. Ao mesmo tempo, a Embaixada britânica anunciou que o Governo está a ajudar a preparar voos comerciais especiais para retirar daquele país os súbditos britânicos residentes em cidades provinciais, podendo vir a fazer o mesmo para os que vivem em Teerão, se necessário.

Por outro lado, milhares de pessoas reuniram-se hoje no Hospital Amir'Aalam, na capital iraniana, para ouvir um discurso do dr. Karim Sanjaby, dirigente da Frente Nacional de oposição ao xá, que, todavia, foi impedido de o proferir pelas autoridades. A multidão seguiu depois para a avenida Xá Reza, cenário das manifestações dos últimos dias.

BAKTIAR EXPULSO DA FRENTE NACIONAL

Voltando ao «reino dos mortos»: um comunicado oficial do Governo anunciava ontem que 106 pessoas tinham sido mortas na cidade santa de Mashad, onde fontes da oposição asseveraram que 700 pessoas pereceram quando tropas dispararam contra manifestantes anti-xá. Centenas de estrangeiros, tentando abandonar o país, acham-se retidos no aeroporto de Mehrabad por uma greve dos controladores aéreos, que exigem o fim da lei marcial.

Ainda sobre as diligências do dr. Baktiar, círculos políticos disseram, porém, que o seu gabinete estava a tomar forma e que o dirigente liberal, da oposição, de 63 anos, se acha ainda a sondar prováveis ministros. O seu discurso de ontem foi um apelo claro de apoio ao povo: apresentou um programa que obterá, provavelmente, a aprovação de iranianos moderados, ansiosos por verem o fim da crise. Contudo, intransigentemente consideram a deposição do monarca como a única solução aceitável e não mudarão, com certeza, de atitude. Recorda-se entretanto que o dr. Baktiar foi expulso da Frente Nacional, o principal partido da oposição, por aceder em formar um gabinete para substituir o governo militar. O primeiro-ministro militar, general Gholamreza Azhari, demitiu-se, no domingo, à noite, numa tentativa para abrir caminho a uma solução política para a crise do Irão, que se agrava de dia para dia.

Espera-se o todo o instante que o xá abandone temporariamente o país, em virtude do acordo que estabeleceu com Baktiar, possivelmente dentro de poucos dias, após o novo gabinete ser nomeado. Contudo, o xá falou ontem de apenas gozar, possivelmente, férias de Inverno no estrangeiro, «quando as coisas o permitirem» Baktiar, ao falar ontem à noite ao país pela Rádio e Televisão afirmou que os seus planos de social-democracia incluíam a libertação de presos políticos, estabelecimento de direitos civis e liberdade de Imprensa. Não se referiu ao soberano, aparentemente para não parecer monárquico, e também para não estabelecer confusão sobre se o xá abandonaria o país.

Irão: xá ainda lá, aeroporto de Teerão fechado ao tráfego, mortos são cada vez mais, e petróleo (torneiras fechadas) cada vez menos

CHINA-EUA: REATADAS RELAÇÕES

Júbilo e protestos

OS EUA e a China reataram formalmente ontem relações diplomáticas ao nível de embaixador, pondo assim ponto final numa situação que remonta a 1940, os patriotas chineses encetaram a revolução que os levou à libertação e à formação da República Popular da China. O encarregado de Negócios dos UEA em Pequim tornou-se automaticamente o primeiro embaixador daquele país na RPC. Quase em simultâneo, o principal representante da missão diplomática chinesa em Washington declarava que as novas relações entre os Estados Unidos e a República Popular da China contribuirão de forma decisiva para a paz mundial, mas frisou (por outro lado) que essas relações constituem «uma séria advertência e um duro golpe» na hegemonia – termo utilizado pelas autoridades de Pequim, para denunciar o «imperialismo soviético».

Chai Tsé-Ming que em 1 de Março próximo se tornará o primeiro embaixador da China nos EUA disse num discurso que as relações diplomáticas entre Pequim e Washington são «um acontecimento de significado histórico. Elas abrirão as perspectivas para o desenvolvimento mútuo e da amizade entre os dois povos e para a promoção de trocas entre os dois países em vários campos e contribuirão também para a paz e a estabilidade na Ásia e no mundo», sublinhou Chai.

Enquanto isto, grupos distintos de manifestantes desfilaram pelas ruas de Washington, de Nova Iorque, e de São Francisco protestando uns, defendendo outros, o reatamento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China. Nas principais ruas da capital, norte-americana centenas de manifestantes ostentavam cartazes onde se lia – «Vietname, Formosa, Israel» – «quem será o próximo?». Simultâneamente, uma organização particular a «União Nacional de Chineses-Norte-Americanos», celebrava o final da guerra fria entre os dois países com uma recepção e manifestações de contentamento popular.

Em Havana, os enviados diplomáticoa dos Estados Unidos, China e Egipto abandonaram a sala quando o presidente Fidel Castro atacou violentamente os seus países num discurso que proferiu ontem à noite. Num dos seus ataques mais acerados, nos últimos anos, contra os Estados Unidos, Fidel Castro acusou esse país de hipocrisia.

AFRICA

Agostinho Neto apela à "unidade nacional"

O presidente da RPA Agostinho Neto afirmou ontem que 1979 será o ano em que todos os angolanos se empenharão no desenvolvimento da indústria para transformar as riquezas imensas do país, segundo revelou a Angop. A agência noticiosa oficial angolana, num telex para a Reuter, disse que o presidente Neto, na sua mensagem do Ano Novo ao povo da República Popular de Angola, notara que essa política estava de acordo com a opção socialista do país, que se opunha à exploração do homem e defendia as riquezas nacionais tão cobiçadas por ex-colonialistas e imperialistas.

Declarou ainda Neto que o socialismo angolano, dentro do contexto das realidades do país, seria inspirado pelas experiências de outros partidos comunistas. Havia a necessidade de reestruturar – observou noutro passo – o MPLA – Partido dos Trabalhadores, de forma a que o verdadeiro poder ficasse nas mãos das classes trabalhadoras, incluindo as rurais citou ainda a Angop como tendo asseverado o dr. Agostinho Neto.

O presidente da RPA manifestou contentamento com as mudanças recentes na estrutura governamental, que incluiu a abolição dos cargos de primeiro-ministro e de vice-primeiros-ministros. Essas mudanças eram fundamentais para o progresso de um partido sólido, prosseguiu. Observou que o princípio básico era a subordinação do aparelho do Estado ao Partido, de acordo com a Angop.

Agostinho Neto afirmou ainda que as Forças Armadas deveriam estar sempre prontas a defender as massas populares e criticou todos aqueles que tendiam para o elitismo. Aludindo à unidade nacional, lançou um apelo a todos os angolanos, incluindo os que vivem no exterior: «A RPA é nossa pátria. Esperamos que a grande maioria de vós regressam à pátria», pois que a actual fase da construção do socialismo precisa de pessoas para cada sector económico – acrescentou o presidente Neto, segundo a Angop.

EUROPA

ESPANHA: DUAS ELEIÇÕES À VISTA

Um Inverno político quente

MADRID, 2 – (do nosso correspondente Fernando Jáuregui) – O chefe do Governo espanhol, Adolfo Suárez, falando pela televisão, convocou na sexta-feira passada eleições legislativas, numa decisão que se esperava desde há semanas.

As eleições gerais para renovar o primeiro Parlamento democrático pós-franquista terão lugar a 1 de Março. Serão seguidas, a 3 de Abril, por umas eleições municipais que sem dúvida terão como vencedora a esquerda, representada pelo PSOE (Partido Socialista) e pelo PCE.

Com a sua decisão Suárez abriu uma etapa de interinidade no complicado panorama político espanhol. As sondagens de opinião atribuem ao seu partido, UCD – União do Centro Democrático, uma relativamente cómoda vitória nas próximas eleições legislativas, mas indicam por outro lado que a esquerda ganhará as municipais.

O actual Parlamento, vigente desde 15 de Junho de 1977, será dissolvido quando esta semana a Constituição, recém-aprovada em referendo, entrar em vigor.

O anúncio do chefe do Governo criou um clima de nervosismo nos meios políticos espanhóis. Os partidos políticos do país começaram logo na sexta-feira a preparar as suas máquinas para o duplo confronto eleitoral (com um mês apenas de intervalo entre as duas consultas).

As listas eleitorais para preencher o segundo Parlamento democrático da era pós-franquista já começaram a ser elaboradas. Toda a gente coincide em que os próximos dois meses terão em Espanha «uma alta temperatura política».

No caso provável de a UCD de Suárez ganhar as eleições legislativas, dá-se como certo que o chefe do Governo formará, nos primeiros dias de Março, um gabinete de coligação centro-esquerda, oferecendo algumas pastas a personalidades socialistas do PSOE. Seria a única possibilidade de Suárez poder governar com uma certa tranquilidade no quadro do novo Parlamento, onde não terá maioria absoluta.

Entretanto, notam os observadores, esse Governo centro-esquerda faria com que a UCD, formada por um conglomerado heterogéneo de ideologias conservadoras e reformistas, viesse a dividir-se. Os membros mais conservadores da UCD poderiam abandonar o partido e dirigir-se para formações políticas mais claramente de direita, como as do conde de Motrico (José Maria de Areilza) ou de Manuel Fraga Iribarne.

De facto os ataques direitistas contra Adolfo Suárez dentro da UCD já começaram. O chefe do Governo espanhol terá de definir a sua linha político-económica, decidindo-se entre os moderadíssimos democratas-cristãos do seu próprio partido e os reformistas sociais-democratas. Em qualquer dos casos parece pouco provável que Suárez consiga evitar a ruptura do partido que formou há quase dois anos.

A «operação política Suárez» realiza-se num momento em que a Espanha ultrapassa largamente o milhão de desempregados e a agitação entre os militares não cessou por completo. O Inverno político espanhol, que agora realmente começa, será sem dúvida quente.

NO PRIMEIRO DIA DO "ANO FRIO"

Gelo e desemprego "varrem" a Europa

Um frio glacial de Moscovo a Chicago, chuvadas nas regiões mais ao sul da Europa, o desemprego, um clima revolucionário no Irão e na Nicarágua, vieram apagar o brilho das festas do fim-de-ano, apesar do calor dos votos tradicionais. Em França, o «Réveillon» foi menos concorrido talvez por espírito de economia ou então devido ao mau estado das estradas cheias de neve e de gelo. Embora os alsacianos tenham gasto mais de 500 contos em foguetes e petardos as restrições estiveram na ordem do dia nas regiões ameaçadas pelo desemprego. Na Lorena, em Longwy, região atingida pelos despedimentos, piquetes de sindicalistas passaram o «réveillon» numa «roulotte» e, juntamente, com uns sessenta operários, partiram e comeram um bolo oferecido por uma pastelaria local, representando um «S.O.S.» endereçado aos poderes públicos. Em Marselha, outras equipas passaram a noite de fim-de-ano em locais de várias empresas ameaçadas pelo desemprego. Em Toulose, um anexo da agência nacional para o emprego foi vítima de um atentado à bomba.

No estrangeiro: na Itália, as festividades da última noite do ano causaram um morto em Génova, e 151 feridos em Nápoles. Na cidade de Génova, um polícia atingiu mortalmente (por engano?) uma mulher. Os ingleses, apesar do frio intenso que se fez sentir viram o último «ovni» do ano, que parece ter-se desintegrado sobre Londres.

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

Um vómito na TV: Breyner. Amália: um fantasma na TV.

As palavras certas neste nascer de mais um ano vieram-nos da boca de Eduardo Cortesão, primeiro, e do astromante Herculano Quintanilha, do Astro, **depois.**

Disse este, a propósito do místico e franciscano Márcio, que não resulta pregar paz e amor a estômagos vazios. **Em que astros ou conjugação deles viu isto, não sei. Em nenhum; pelo que juro tê-lo aprendido na vida aos baldões que foi a sua. Um livro aberto, a vida.**

A vida ou a História. Quem se recusa a ler num livro ou noutro, lixa-se. Perde-se no caminho. Ali jaz.

Assim Eduardo Cortesão nos vem lembrar... que é preciso **lembrar**. Que só podemos entender como será este ano na medida em que soubermos como foram os anteriores a ele. Ou seja: o conhecimento do passado ajuda-nos a ver melhor o futuro. Mutilar a memória, na verdade, é mutilar os braços.

Vimos, durante a sua conversa, muito de nós próprios. Uma conversa talvez não muito fluente, uma voz que se vigia, um homem que se ouve, que se mede, que a todo o momento procura enquadrar-se no território da sua responsabilidade. Mas que, por avanços, por repetições, por recuos, nos ensina a prática da inteligência – a prática de estarmos vivos.

Não basta, mostrou a certa altura, recordar o que fizeram os nazis noutras paragens. Também temos muito que recordar, na terra nossa, se quisermos aprender a levantar o futuro com segurança.

Correcto. Lamentavelmente, a recordação do passado lusitano, para nos purificar a memória, o entendimento e o futuro, faltou ao encontro do fim de um ano e do princípio do outro. A Televisão esqueceu-se.

Quem tirará proveito no esquecimento?

O PREÇO

Há quem friamente, e sem nenhuma convicção, nos venha falar de esperança e de confiança.

Mas já antes Sarsfield Cabral – que não costuma aliás cultivar a palavra directa – nos viera dizer qual o preço que vamos pagar pela política económica seguida até aqui: mais falências, mais desemprego.

Como se vê, a respeito de confiança e de esperança, estamos servidos...

D. ANTÓNIO! D. ANTÓNIO!

Já refeito da sua gripe – Deus vela sempre pela saúde dos seus amados filhos – D. António Ribeiro homiliou em Torres Vedras e a Televisão foi lá.

D. António meteu-se pela política, a propósito de religião. Disse que o 25 de Abril, sim senhor, e tal e coisa, que se acabou com a guerra em África mas que não sei quê, nem cá, nem lá se conseguiu a verdadeira paz.

E depois, Santo Nome!, os debates que tem havido para aí entre certas forças partidárias, não são nada educativos, não ajudam nada a.

Vislumbra-se em todas as suas palavras uma certa nostalgia do passado, quando a única própria de um cristão cuidaria eu que fosse a nostalgia das bem-aventuranças. Homem simples que sou, acho mais educativas as discussões do que as mordaças. Acho mais saudável o direito a falar, de hoje, do que a obrigação de calar, de ontem. A prova da vantagem está em que, hoje, um sacerdote pode lambuzar o 25 de Abril em público, enquanto antigamente os sacerdotes eram julgados e presos por culparem o fascismo, no púlpito.

Longa vida, D. António! Longa vida para Vossa Eminência e para a nossa liberdade.

OS COIROS

Fialho Gouveia. Estatelado numa cadeira de cerimónia. Penteadinho, maquilhadinho e com lacinho. Com todo o aspecto de um confuso marciano recém-chegado.

Televisão provinciana? Televisão ridícula! Televisão imatura? Tudo isso. Mas porquê aquela cadeira? Para quê ressuscitar as conversas em família, nos seus objectos simbólicos?

Para quê os coiros da provocação?

TV SOFRE DE BREYNERITE AGUDA

Ninguém pode saber como tudo aquilo foi possível. Ninguém pode saber que estranhos fados tenham empurrado a Televisão. Ninguém pode saber porquê a Televisão portuguesa tenha preferido iniciar o novo ano – com um vómito.

Breyner é o menino bonito da RTP. Nunca nenhum actor português teve, durante um ano, tantas actuações na TV como Breyner. Prostitutas sofrem de sífilis, RTP sofre de nicolífilis. Chegou a assumir aspectos de escândalo. Breyner é a prostatite da TV.

Parece que o cálice de trampa não estava ainda esgotado. Faltava a última gota. Ela veio – imaginem só! – para festejar o nascimento do ano!

Veio na forma da ausência total de humor. Veio na forma de reaccionarismo político. Veio na forma de mediocre – ou merdiocre, se preferem – representação profissional.

Depois disto, será difícil prever a que extremos poderá descer ainda a Televisão portuguesa.

AMÁLIA: O FIGURINO TV: A FIGURONA

Amália Rodrigues era, como se sabe, a menina querida do fascismo, das forças que apoiaram o fascismo. Amália foi do fascismo, a voz de cerimónia.

Já teve da fama o seu quinhão. Era justo e decente que novas oportunidades fossem dadas a outros. Mas não. Parece que Amália ainda não deu o que tinha a dar, embora tivesse dado muito. Ainda agora, para vestir fato de cerimónia, a Televisão pós-25 de Abril escolheu o figurino da Televisão do 24 de Abril!...

Estamos a vê-la no salão luxuoso, ofensa visual e pública a centenas de milhares de famílias sem pão ou de pão precário. Mal se pode ter em pé, certamente por causa da emoção. Também certamente por isso, a voz entaramelada e fanhosa, os gestos algo descontrolados.

Canta as velhas canções de antigamente. Estremeço. Será que?... Será isto uma viagem ao passado? Ter-se-á de súbito a Televisão transformado na máquina de Wells? Ou será o próprio passado que voltou a instalar-se com bagagens e armas (ferrugentas) na Televisão?

A RTP foi buscar o passado para marcar o futuro. Ficamos agora todos a saber de que espécie é o futuro dela. De provocação em provocação, a TV teima em nos meter pelos olhos dentro que o 25 de Abril está morto...

Engana-se. Engana-se ela e todos os que assim pensam, múmias ou oportunistas dos saldos de ocasião que a História também faz. Podem passear-se na TV os fantasmas do passado, mas o passado dos fantasmas não se passeará mais no nosso País. Nas primeiras horas do novo ano, a TV é um cadáver que apodrece.

E os cadáveres não têm futuro.

MELHOR QUALIDADE ARTÍSTICA
PRÉMIO CAU FERRAT
XI FESTIVAL INTERNACIONAL SITGES
ESPANHA 78

A BARRACA

Subsídio SEC

HOJE 21.30
ÚLTIMA SEMANA
SÓ ATÉ 7 DE JANEIRO
R. ALEXANDRE HERCULANO, 70
TEL. 686300 (m/13) sub. SEC

VENDE-SE
Simca 1000 impecável
Garantia 10.000 km ou 6 meses
Tel. 2182608

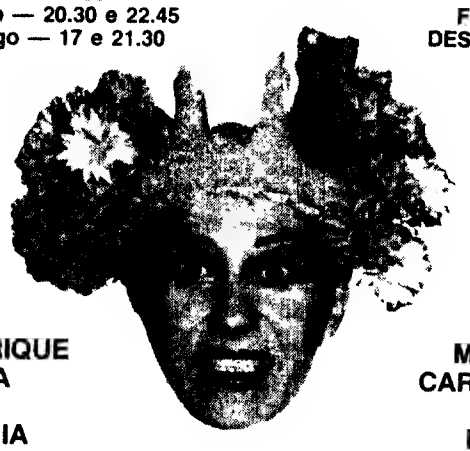
RECENSEAMENTO ELEITORAL 1979
O recenseamento decorre de 4 de Dezembro a 10 de Janeiro

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
hoje às 21,30 h

HOMEM MORTO
HOMEM POSTO
— BRECHT —
Tradução Fiama P. Brandão
Direcção de João Mota

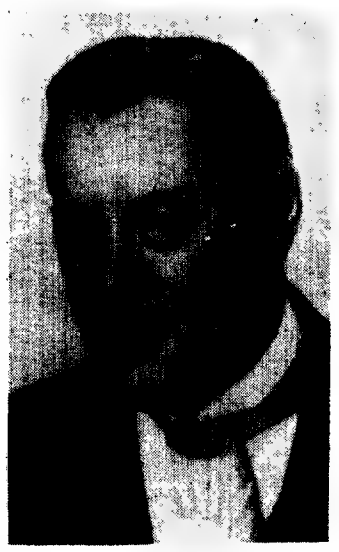
DOMINGO SÓ ÀS 16 H - 2ª FEIRA DESCANSO
PREÇO UNICO 60.00
PRAÇA DE ESPANHA - METRO PALHAVA - MARCAÇÕES TEL 762624
SUBSIDIO DA S.E.C.

SÓ ATÉ DOMINGO
FARDOS E GUITARRADAS
HOJE ÀS 21.30
ADÓQUE teatro
NÃO ACONS. A M/18 ANOS
Telef. 87 44 76
5.ª Feira — 21.30
6.ª Feira — 21.30
Sábado — 20.30 e 22.45
Domingo — 17 e 21.30
4.ª FEIRA DESCANSO



com
HENRIQUE VIANA
MAGDA CARDOSO
LEÓNIA MENDES
ERMELINDA DUARTE
MARIA TAVARES

Hoje



Susan Hayward e Rex Harrison intérpretes principais do filme «O Perfume do Dinheiro»

I PROGRAMA

18.05 **Sumário** – títulos da actualidade nacional e internacional.
18.15 **Torneio Internacional de Basquetebol do Fim do Ano** – transmissão directa do jogo F. C. do Porto-Universidade de Missouri Southern State.
20.00 **Jornal RTP-1** – o País e o estrangeiro através da notícia e da imagem e o Boletim Meteorológico.
20.30 **«O Astro»** – a novela de Janet Clair (57.° episódio).
21.10 **Revista do Ano Internacional**
21.40 **A Comedia e a Vida** – «O Perfume do Dinheiro», intérpretes: Rex Harrison, Susan Hayward, Cliff Robertson, Eddie Adams, Capucine, Maggie Smith e Adolfo Celi.
23.50 **24 Horas** – as notícias mais importantes das últimas 24 horas.
00.05 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

20.32 **Palavras Herdadas** – Camilo Castelo Branco.
21.05 **Espaço Audio-Visual**
22.00 **Informação/2**
22.30 **«Eu, Cláudio»** – série baseada na obra de Robert Graves e adaptada por Jack Pulman. Realização de Herbert Wise.
23.35 Fecho

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA
DESTAQUES
I PROGRAMA
Cinema – «O Perfume do Dinheiro» (21.40)
II PROGRAMA
«Omnibus» (21.05)

Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedêutico; **18.30**: Sumário, **18.35**: Imaginação a Galope; **19.05**: Pais, Pais; **19.25**: Mulher, Mulheres; **20.00**: Jornal RTP-1; **20.40**: «O Astro» – episódio n.? 58; **21.20**: Vamos Jogar no Totobola; **21.30**: Espaço Cultural; **22.20**. Espaço do Perigo – «Os Novos Vingadores»; **23.15**: 24 Horas; **23.30**: Fecho

II PROGRAMA

18.45: Ano Propedêutico; **20.32**. Síntese; **21.00**: Directíssimo; **22.00**: Informação/2; **22.30**: Directíssimo; **23.30** Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Nova cabeça de Gréco

Juliette Gréco mudou de «cabeça», e é de cabelo curto, como a nossa foto a mostra, que se apresentou no palco do Teatro do Ateneu, em Paris, para iniciar a sua série de espectáculos com canções do teatro parisiense. Diz quem a viu e ouviu que o seu «show» é de óptima qualidade, e que a grande cantora ganha, de ano para ano, qualidades

NA COLÓQUIO/LETRAS:

O teatro escrito nos últimos cinco anos

Em edição da Fundação Gulbenkian, está à venda o n.º 46 da revista «Colóquio/Letras», correspondente ao passado mês de Novembro. Dirigida por Jacinto do Prado Coelho, a revista, além de contar com trabalhos de novos colaboradores, insere um interessante e oportuno inquérito sobre «A literatura teatral nos últimos cinco anos» com depoimentos, cheios de interesse, de Bernardo Santareno, Carlos Porto, Carlos Wallenstein, J. A. Osório Mateus, Luís Francisco Rebello e Mário Barradas. Por outro lado, este número da «Colóquio/Letras» publica, na rubrica «Ensaio», um trabalho de João Medina com o título «No centenário de **O Primo Basílio**: Luísa ou a triste condição (feminina) portuguesa» e os trabalhos «A desumanização da arte e da crítica: extrapolações a partir de Ortega, Lukács e Marcuse», por Margarida Losa; «Compreensão portuguesa de Cecília Meireles», por Fernando Cristóvão; «Plotino e Jung na obra de Guimarães Rosa», por Michael Harland; «Viagem e utopia em Herberto Hélder», por Maria Estela Guedes; e «A poesia de Ruy Belo», por Joaquim Manuel Magalhães; na rubrica «Documentos», o jornalista, escritor e pedagogo dr. Rogério Fernandes, apresenta «Duas cartas inéditas de António Sérgio para Afonso Lopes Vieira», com as quais a revista «Colóquio/Letras» assinala o centenário do poeta de «Onde a Terra se Acaba e o Mar Começa»; em «Ficção» é apresentado «Fim de Festa», de Virgílio Godinho; em «Poesia», «Figuração e Morte», de Fiama Hasse Pais Brandão; «Dois Poemas», de Alberto Lacerda; «Correspondência», de Egito Gonçalves; «Poemas», de Jayro José Xavier e «Ocorre que Também o Amor Acaba», de Pedro Paulo de Senna Madureira. Na secção «Notas e Comentários», Jacinto do Prado Coelho apresenta um trabalho sobre «Jaime de Magalhães Lima, discípulo de Tolstoi, e na rubrica «Cartas», Pilar Vasquez apresenta a Carta da Galiza «O Dia das Letras Galegas».A revista abrange ainda a «Crítica de Livros», com um trabalho sobre Linguística e Literatura», «Roland Barthes e outros», por Teresa Amado e «Literatura Portuguesa», «Literatura Angola», «Literatura Guineense» e «Literatura Brasileira», com a colaboração de Álvaro Manuel Machado, Maria Lúcia Lepecki, J. Prado Coelho, Elsa Gonçalves, Gerald Moser, Liberto Cruz, Alberto Pimenta, Benedito Nunes e Luciana Stegagno Picchio, que comentam obras de Vasco Graça Moura, Casimiro de Brito, Joaquim Veríssimo Serrão, Clarice Lispector, etc. Finalmente, na «Informação Literária», a revista apresenta anotações sobre a comemoração no Brasil do Centenário do «Primo Basílio», dois estudos sobre literatura portuguesa contemporânea editados em Espanha; Cases Monteiro e Jorge de Sena numa revista italiana e «Fernando Namora: 40 anos de vida literária» e «Escritores Portugueses no Brasil».

"Tu não Conheces a Música?" 13º espectáculo do TAS

Após 3 anos de actividade o T. A. S. (Teatro de Animação de Setúbal) apresenta diariamente no Museu da Cidade de Setúbal a peça «Tu não Conheces a Música?» de Robert Abirached. Este escritor foi Presidente da Direcção do Festival Mundial de Nancy e Director do Instituto de Estudos Teatrais da Universidade de Caen. «Tu não Conheces a Música?» foi estreada em França em 1973 no Théâtre Odeon. Em Setúbal os intérpretes são: Alexandre Sousa, Carlos Rodrigues, Asdrúbal Teles Pereira, Clara Rocha, Gil António, Carlos César e João Manuel. Os figurinos são de Vasco e a encenação é de Clara Rocha e Carlos Cesar.

As representações têm lugar na Sala Carlos Ferreira no Museu da Cidade de Setúbal diariamente às 21,30h e aos sábados e domingos igualmente às 16h. Segunda-feira descanso da Companhia.

Para as matinées o T.A.S. distribuiu bilhetes aos lares da terceira idade.

Os sócios do INATEL, dos CCDs, CPTs, e Sindicatos beneficiam de 50% de desconto em todos os lugares (não acons. men. 13 anos)

COMPRE AGORA...
...E PAGUE ATÉ 12 MESES
TELEVISORES, FRIGORÍFICOS, ARCAS CONGELADORAS, MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOIÇA, FOGÕES, MAPLES, MOBÍLIAS, ALCATIFAS, ETC.
RÁDIO PRIMAVERA Rua Gomes Freire, 9-B Lisboa - T. 549406 574042

Trabalhadores Estudantes
Externato Séneca
Cooperativa de Ensino e Cultura
- Propedêutico
- Complementar
- Geral/Unificado
- Ciclo Preparatório
- manhã
- tarde
- noite

Av. Almirante Reis, 73-1.º e 2.º (Metro Anjos)
LISBOA 1 Telefone 40092

Caminhos de Ferro Portugueses

AVISO

AOS UTENTES DA LINHA DE SINTRA

NOVOS COMBOIOS E NOVOS HORÁRIOS

A partir de 2 de Janeiro a CP lança na Linha de Sintra mais dois comboios por hora nos períodos de ponta, quer de manhã quer de tarde, o que conduz a uma cadência de circulações praticamente de quatro em quatro minutos.

Daí derivam alterações nos horários, pelo que se pede a atenção dos senhores utentes para tal facto.

Mais se solicita a colaboração de todos na facilitação da rapidez das entradas e saídas nos comboios, para melhor se assegurar a manutenção da cadência acima referida.

INATEL

FÉRIAS DE CARNAVAL NOS CENTROS DE FÉRIAS DE ALBUFEIRA E FOZ DO ARELHO

De 2 a 8 de Janeiro de 1979 estarão abertas as inscrições na Sede do INATEL (Calçada de Santana, n.º 180 — Lisboa) e em todas as Delegações Distritais para os sócios que pretendam passar o período de Carnaval nos Centros de Férias de Albufeira e Foz do Arelho.

NOTA: O período de Carnaval abrange desde o jantar do dia 24 ao almoço do dia 27 de Fevereiro de 1979 (3 diárias).

Lisboa, 28 de Dezembro de 1978
SIRP — SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
Calçada de Santana, n.º 180 — LISBOA-2
Telefone: 53 88 71/5

macorex
REVESTIMENTOS ALCATIFAS
PAPÉIS DE PAREDE
CAMPANHA ESPECIAL DE PREÇOS
DE 12-XII-78 A 30-XII-78
VISITE AS NOSSAS LOJAS:
AV. DE ROMA, 93-B (METRO ALVALADE)
R. MARIA ANDRADE, 60-D (METRO INTENDENTE)
(ABERTO AOS SÁBADOS)

NACIONAIS DE FUTEBOL • NACIONAIS DE FUTEBOL • NACIONAIS DE FUTEBOL • NACIONA

DIVISÃO N.º 1

Três jogos ficaram no tinteiro

A ronda 15 do nacional futebolístico de primeira apanha ficou incompleta: dois jogos não chegaram a iniciar-se (Vitória de Guimarães-Académico de Coimbra e Famalicão-Belenenses) e o Académico de Viseu-Benfica (interrompido aos 35 minutos, quando os «encarnados» levavam a melhor, com um golo de Reinaldo) terá de ser repetido. Motivo deste golpe no torneio: o tremendo mau tempo que, de Norte a Sul, despediu 1978.

NEVES DE SOUSA

Nos jogos que se realizaram, apenas uma meia surpresa: a vitória do Beira-Mar sobre o Sporting de Braga (2-1). No resto, tudo natural, como pode ver-se: Barreirense, 1-F. C. Porto, 2; Sporting, 2-Varzim, 0; Estoril, 0-Marítimo, 0, e Boavista, 2-Vitória de Setúbal, 1. Normalidade absoluta, portanto, e uma escala de valores que está incompleta dados os três jogos que faltam disputar. De qualquer modo e tomando em linha de conta que falta um encontro a seis clubes (Benfica, Vitória de Guimarães, Belenenses, Famalicão, Académico de Coimbra e Académico de Viseu) a tabela está assim ordenada: F. C. Porto, 23 pontos; Benfica, 22; Sporting, 20; Sporting de Braga, 19; Varzim, 17; Vitória de Guimarães e Belenenses, 15; Estoril Praia, Barreirense, Vitória de Setúbal e Boavista, 13; Famalicão, 12; Académico de Coimbra e Beira-Mar, 11; Marítimo, 9; Académico de Viseu, 8.

A próxima rodada indica: Sporting-Boavista (no sábado); Vitória de Guimarães-Varzim, Estoril-Académico de Coimbra, Famalicão-Marítimo, Beira Mar-Belenenses, Académico de Viseu-Sporting de Braga, Barreirense-Benfica e F.C. Porto-Vitória de Setúbal. Os jogos em atraso ainda não têm datas marcadas para a sua realização e competente acerto do calendário.

No Barreiro: Diallo, o árbitro Santos Luís, Oliveira e Lóia

FALÊNCIA DA DEFESA BARREIRENSE

No Barreiro (em jogo a que assistimos) nunca esteve em dúvida a superioridade portista que foi sabiamente conduzida pelos flancos, dada a facilidade prodigalizada pelos donos da casa às contínuas progressões de Gabriel e Teixeira que, brilhantemente acompanhados por Oliveira e pelo poder de concretização de Marco Aurélio (autor dos dois golos **azuis-brancos**), mais pela segurança de Simões, apoiaram o esquema táctico brilhantemente idealizado por José Maria Pedroto.

Manuel de Oliveira, sem defesa à altura da sua tentativa para bater o pé aos nortenhos, pode lamentar-se da tarde deficiente de Lóia, Veiga, Serra e Araújo, praticamente nulos em todo o tempo de trabalho. Valeu aos barreirenses a disciplina táctica de Trindade, a capacidade técnica do veterano Arnaldo (embora à velocidade de dez à hora), o espírito de sacrifício de Coentro Faria e, muito especialmente, o talento de Carlos Manuel que é, indubitavelmente, dos melhores e mais esperançosos valores do nosso futebol.

A arbitragem de conimbricense Santos Luís estaria impecável se (como se impunha) tivesse assinalado uma grande penalidade contra o F.C. Porto, visível a olho nu por quem estava a 100 metros do lance.

Santos Luís maculou, aí, aquilo que poderia ter sido um modelo de direcção de jogo.

Resta dizer que o talento barreirense, logrado já após os 90 minutos regularmente, foi obra de um mau desvio de Lima Pereira, a desviar a trajectória de um remate de Arnaldo, de molde a fazer ruir a defesa que Joaquim Torres se preparava para realizar nas calmas.

FRAGUITO: UM ANO DEPOIS ESTÁ DE VOLTA

Em Alvalade, os «leões» tiveram no (finalmente) regresso Fraguito (um ano ho «estaleiro») e em Keita os homens da vitoriosa manobra. Uma grande penalidade concretizada por Meneses e um disparo do jogador do Mali fizeram o «placard» de um jogo constelado de cartões amarelos (Ailton, Cacheira, Albino e Montóia) dirigido pelo setubalense José Luís Tavares que teve dois erros de palmatória: o «penalty» marcado contra o Varzim e um golo mal anulado a Keita. Enfim: repôs a verdade do espectáculo à custa de lazer gregos e troianos...

NIROMAR: PERIGO PÚBLICO

Niromar, um dos melhores jogadores brasileiros que têm vindo para estas áreas (contratado por intermédio do empresário José da Gama) abriu o «placard» em Aveiro, para o colega Germano elevar para 2-0: veio então o (habitual) autogolo beiramarense, desta feita a cargo de Manecas, o que não chegaria para macular o belo triunfo dos homens da ria frente aos bracarenses, que acusaram a falta de Chico Faria.

AMOREIRA: PRÉMIO MADEIRENSE

O nulo (em branco) verificado na Amoreira é prémio para o apego com que os pupilos de Fernando Vaz encararam mais esta digressão ao continente. Boa arbitragem do santareno António Rodrigues e saliência para as actuações de Fonseca (um óptimo jogador em evolução), Fernando, Abrantes, Fernando Martins e dos funchalenses que, em bloco, mostraram tenacidade para resistir ao mau momento na tabela pontual.

BESSA: 30 CONTOS NA BILHETEIRA

Quanto ao Boavista-Setúbal, o resultado é o único possível, face ao realizado pelas turmas em cotejo. Os axadrezados jogaram sempre ao ataque: o canhoto Silvino e seus pares preocuparam-se quase só em defender. Tentos portuenses de Jorge Gomes, Júlio e de Mário João (na própria rede) foram momentos que entusiasmaram a fraca assistência (apenas 30 contos na bilheteira...) que não foi vencida pela RTP que, por 450 notas de mil, levou o jogo ao Continente e Ilhas. Pedrinho, Jorge Gomes, Silvino, Vítor Madeira, José Mendes, Barbosa e Taí foram os jogadores que se evidenciaram sobre um lençol de água a exigir dotes natatórios aos profissionais de futebol.

Na Tapadinha: Atlético volta a desiludir e Portimonense (de Mário Lino) confirma estar na grande galopada

DIVISÃO N.º 2

Atlético e CUF em queda livre

Resultados dos jogos da 2.ª divisão na zona Norte: Salgueiros, 1-Riopele, 1: Chaves-5-Vianense, 3; Espinho, 3-Penafiel, 1; Leixões, 2-Fafe, 3: Paredes, 1-Lusitano de Lourosa, 1; Aves, 2-Paços de Ferreira, 1: Gil Vicente, 4-Tadim, 1 e Aliados, 1-Rio Ave, 3. Classificação: Espinho e Rio Ave, 21 pontos: Riopele, Panafiel e Fafe, 20; Leixões, 18; Salgueiros, 17: Paços de Ferreira, 16: Lourosa e Gil Vicente, 14 (ambos com menos um jogo) Paredes, 14; Chaves e Vianense, 11; Aves, 10; Aliados de Lordelo, 7; Tadim, 6.

Próxima jornada: Aliados de Lordelo-Sporting de Espinho (1.ª volta: 0-2); Desportivo de Chaves-Rio Ave F. C. (2-3); Desportivo das Aves-Sport Clube Vianense (0-6); Sport Comércio e Salgueiros-F. C. Paços de Ferreira (1-1); Leixões Sport Clube-Desportivo de Riopele (2-2); Gil Vicente F. C. A. D. Fafe (0-2); União de Paredes-F. C. Tadim (2-0) e Lusitânia de Lourosa-F. C. Penafiel (1-2).

Zona Centro: Peniche, 0-Oliveira do Bairro, 0; Marinhense, 2-Estrela, 0; União de Coimbra, 1-Torriense, 1; Agueda, 0-Caldas, 1; Sporting da Covilhã, 4-Feirense, 2; União de Lamas, 1-Alba, 1; União de Santarém, 1-União de Tomar, 1 e Portalegrense, 3-União de Leiria, 1. Classifica ão: União de Lamas, 25 pontos (menos um jogo); União de Leiria, 21; Estrela de Portalegre e Sporting da Covilhã, 16; Feirense, 16 (menos um jogo); União de Santarém, 15; Desportivo de Peniche e União de Coimbra, 14; Marinhense, 14 (menos um jogo); Oliveira do Bairro e Recreio de Águeda, 13 (menos um jogo); Desportivo Portalegrense, e União de Tomar, 13; Alba, 11; Torriense, 10; Caldas, 10 (com menos um jogo).

Próxima jornada: Desportivo de Peniche-União de Lamas (1.ª volta: 0-2); União de Santarpem-Oliveira do Bairro Sport Clube (0-0); Atlético Marinhense-União de Tomar (1-0); Desportivo Portalegrense-Estrela de Portalegre (0-1); União de Coimbra-União de Leiria (2-4); Recreio Desportivo de Agueda-Sport União Torriense (1-0); Sporting da Covilhã-Caldas Spport Clube (0-2) e Desportivo Feirense-Sport Clube de Alba (1-1).

Zona Sul: Juventude, 3-Sarilhense, 0; Seixal, 1-Cuf, 0; Elvas, 3-Odivelas, 1; Almada, 2-Olhanense, 1; Atlético, 1-Portimonense, 2; Farense, 0-Sacavenense, 1; Nacional, 1-Cova da Piedade, 2 e Montijo, 2-Amora, 2. Ordenação pontual dos clubes: Juventude e Portimonense, 24; Amora, 21; Montijo, 19; Cova da Piedade, 17; Farense e Nacional, 16; Sacavenense, 14; 0 Elvas, Olhanense e Seixal, 13; Almada, 12; Cuf, 11; Atlético e Sarilhense, 10; Odivelas, 7.

Próxima jornada: Juventude de Évora-Seixal, F. C. (1.ª volta: 1-1); Almada Atlético Clube Sarilhense (0-1); Atlético Clube de Portugal-Sporting Olhanense (1-2); Nacional da Madeira-Portimonense S. C. (1-3); Sporting Farense-Desportivo da Cova da Piedade (0-1); «O Elvas»-Sport Grupo Sacavenense (0-0); Desportivo do Montijo-Odivelas (3-0) e Amora F. C.-Desportivo da Cuf (1-1).

DIVISÃO N.º 3

Desportivo de Beja: o mais isolado

A 3.ª divisão deu, igualmente, um passo em frente. Resultados na série A: Bragança-Monção, 0-2; Forjães-Merelinense, 0-3; «Os Limianos»-Vizela, 4-3; Abambres - Vila Real, (a); Joane-Ribeirão, 2-3; Cabeceir. -Mondinense, (a) Prado - Mogadourense, (a); e Tirsense - Mirandela, 1-2; (a) adiados, devido ao mau tempo.

Mirandela comanda a classificação com 23 pontos, seguido do Bragança, com 21.

SÉRIE B:

Infesta - Bustelo, 3-0; Avintes -P. Brandão, 0-0; Valong. - Oliveirense, 0-2; Freamunde - Régua, 3-0; Lamego - Valecambrense, 2-0; Leça - Avanca, 2-0; Sajoanense - Leverense, 2-0; e Vilanovense - Amarante, 1-0.

Amarante e Oliveirense comandam a classificação com 23 pontos. O Leça é o terceiro com 21.

SÉRIE C:

Alcains-Naval, 0-1; Anadia -Ançã, 5-2; Molelos - Tocha, 6-2; Vilanov. - AD Guarda, 1-1; Acurede - Gouveia, 1-0; Quiaios -Tondela, 1-0; Febres - Viseu e Benfica, 4-2; e Mangualde - Vildemoinhos, 0-2.

O Naval comanda com 23 pontos seguido do Viseu e Benfica com 19.

SÉRIE D:

Alcobaça-DC Branco, 0-0; Mirense - Bombarral, 3-2; Mantrena - Cartaxo, 1-3; Torres Novas - Nisa, 4-0; Marrazes -Alcanenense, 1-1; Amiense -Eléctrico, 4-1; Rio Maior - Campomaior, 4-1; e B.C. Branco -Nazarenos, 1-0.

O Rio Maior comanda com 24 pontos seguido do Benfica e Castelo Branco com 23.

SÉRIE E:

Lusitânia-E. Amadora, 0-0; Olivais - Pero Pinheiro, 0-1; União Madeira - Bucel. 1-1; Vendas Novas - Alcochet. 0-1; D. Olivais - Vitória C.L. 1-0; Loures - Sintrense, 0-1; Casa Pia - Oriental 1-2; Os Unidos - F.C. Alverca, 2-0.

O Oriental vai à frente com 20 pontos. O Vitória de Lisboa é o segundo com 18.

SÉRIE F:

C. Indústria-P. Pires, 8-1; U. Santiago - L. de Évora, 1-3; Esperança - F. C. Serpa, 3-0 Sesimbra - Odemirense, 1-1; Silves F.C. - União Sport, 2-1; Lusitano - Quarteirense, 2-0; Aljustrelense - V. da Gama, 1-0; D. Beja -Luso FC, 2-0.

Desportivo de Beja, com 26 pontos, segue à frente. Lusitano de Évora é o segundo com 23.

TOTOBOLA *jogue connosco*

SPORTING-BOAVISTA	X X 2
GUIMARAES-VARZIM	1 X 2
ESTORIL-ACADEMICO	X X 2
FAMALICAO-MARITIMO	X X 2
BEIRA-MAR-BELENENSES	1 X 2
A. VISEU-BRAGA	1 X 2
BARREIRENSE-BENFICA	1 X X
PORTO-SETUBAL	X X 2
A. LORDELO-ESPINHO	1 X X
LEIXÕES-RIOPELE	1 X 2
PENICHE-U. LAMAS	1 X X
U COIMBRA-U LEIRIA	1 X X
ATLETICO-OLHANENSE	1 X 2

JUNIORES

Quatro comandantes impecáveis

Nova etapa do Nacional de Juniores, com os seguintes números na Série A: Leixões-F. C. da Foz, 1-1; Monção-V. de Guimarães, 0-4; Mirandela-Vizela, 1-0; Rio Ave-F. C. do Porto, 1-1; Braga-Abambres, 4-0; e Varzim-Boavista, 0-1.

Série B: Tondela-Celoricense, 2-0; A. de Viseu-Oliveirense, 1-0; Mortágua-Candal, 1-0; Espinho-Lourosa, 2-1; Marialvas-Vildemoinhos, 1-0; e A.D. Guarda-U. de Coimbra, 0-0.

Série C: Alfarrarede-Coruchense, 4-2; Académico-U. de Santarém, 4-0; Bucelenses-Alcains, 2-1; U. de Leiria-Alter do Chão, 1-1; S. L. e Marinha-Alverca, (a); e Bombarralense-Campomaior, (a). (a) Disputam-se no dia 6.

Série D: Ferreirense-Benfica, 0-6; Estoril-Belenenses, 1-1; Lusitano-Zona Azul, 0-2; Portimonense-Farense, 1-2; Cova da Piedade-CUF, 1-0; e V. de Setúbal-Sporting, 0-1.

Comandantes nas várias séries: F. C. do Porto (A), Sporting de Espinho (B), Alverca (C) e Sporting (D).

TV unital INFORMA

Futebol: perspectivas-79

O futebol segue o ciclo dos anos pares, no que concerne às grandes competições: campeonato do Mundo, Jogos Olímpicos e campeonato da Europa das Nações.

Também o ano de 1979 preparará 1980 que, no plano internacional, comportará os Jogos Olímpicos e o campeonato da Europa das nações. Não será, no entanto, um ano «vazio» e a agenda comporta a bagatela de perto de 400 jogos internacionais oficiais.

Os 88 países comprometidos no torneio pré-olímpico realizarão em cada um dos seus continentes, uma longa «série». Mais de 200 encontros serão necessários para designar 14 das dezasseis equipas qualificadas para o torneio olímpico-1980 (20 Julho-2 Agosto, em Moscovo, Leninegrado, Kiev e Minsk) para o qual a RDA, detentora do título, e a URSS (organizadora) estão já qualificados.

Quanto às equipas nacionais europeias, prosseguirão as eliminatórias (70 encontros) de que sairão as sete equipas «eleitas», que irão juntar-se à Itália, organizadora da fase final do campeonato da Europa das Nações, que se desenrolará em Junho de 1980.

Uma única competição internacional conhecerá em 1979 a sua «final»: o segundo «Torneio Mundial de Juniores», que reunirá no Japão (Tóquio, Kobe, Omiya e Hiroshima), de 25 de Agosto a 9 de Setembro, 16 equipas representativas. Onze já são conhecidas: Japão (organizador), URSS, Polónia, Jugoslávia, Hungria, Espanha e Portugal (pela Europa); Coreia do Norte e Coreia do Sul (pela Ásia); México e Canadá (pela Concacaf). As outras virão de Africa (duas) e da América do Sul(2). O último país qualificado será o vencedor dum torneio que reúne a Austrália, Israel e a equipa sul-americana classificada em 3.º lugar no seu grupo.

O ano de 1979, igualmente preparatório da 12.ª «Taça da África das Nações», que se desenrolará em Março de 1980, na Nigéria, comportará (também) as provas anuais habituais.

«Taças Europeias de Clubes»: apresentam a particularidade de vir a coroar uma equipa inédita na lista de vencedores. Todos os detentores e principais favoritos foram eliminados. As finais disputar-se-ão em 9 e 23 de Maio (para a «Taça UEFA»), em 16 de Maio (em Bale para a «Taça dos Vencedoeres de Taças»), e em 30 de Maio (em Munique, para a «Taça dos Campeões).

Torneio de juniores da UEFA: fase final de 24 de Maio a 2 de Junho, na Áustria. Estão já qualificados: Áustria, Noruega, Holanda, Escócia e Dinamarca.

Suportando todas as contingências climatéricas, pagando cada vez mais caro o seu bilhete, o público ainda vai indo ao futebol

FUTEBOL●FUTEBOL●FUTEBOL●FUTE

TIRSENSE EM FRENTE

Artur Quaresma é o novo técnico do Tirsense, clube que recrutou o médio brasileiro Geraldo Filho («Toni»).

BAIXA EM LORDELO

Helder Ernesto, dianteiro do Aliados do Lordelo, fracturou uma perna.

SELECÇÃO DE JUNIORES

Para os jogos com a Alemanha Federal (amanhã, em Faro; 6.ª feira, em Portimão) 18 juniores começam hoje a concentração: Rui e Quim (Belenenses); Carraça (Alverca); Quinito e Silva Pinto (F.C. Porto); Paquito (Rio Ave); Pinho (Vila Real); Teixeira, Lobo, Ângelo, Vassalo, Parente e Márinho (Benfica); Dito (Sporting de Braga); Malheiro (Sporting de Espinho); Justino, Gago da Silva e Alberto (Sporting).

Portugal integrará o grupo «A» da fase final do torneio internacional de juniores da União Europeia de Futebol, se derrotar a Suiça no encontro da 2.ª «mão» da fase de apuramento, em 28 de Março, na Suiça. Portugal e Suiça empataram a duas bolas no desafio da 1.ª «mão», efectuado a 22 de Novembro último em Lisboa.

A fase final do 32.º torneio da UEFA, da categoria, desenrolar-se-à, na Áustria, de 21 de Maio a 3 de Junho. Participam nessa fase países, distribuídos por quatro grupos:

Grupo «A» (Linz) – vencedor da eliminatória Espanha-França, Irlanda do Norte - República da Irlanda, Portugal - Suiça e Holanda.

Grupo «B» (Obertraun, a 60 quilómetros de Salzbourg) – vencedor da eliminatória Itália -Inglaterra, Grécia - Checoslováquia, Malta - Liechenstein, Luxemburgo ; Alemanha Federal.

Grupo «C» (Schielleiten, a 50 quilómetros de Graz) – vencedor da eliminatória Chipre - Jugoslávia, Hungria - Roménia -URSS, Noruega e Áustria.

Grupo «D» (Lindabrunn, a 35 quilómetros de Viena) – vencedor da eliminatória Polónia - Turquia, RDA - Bulgária, Escócia e Dinamarca.

«TORNEIO FIM DE ANO-1978»

O Sporting (1-0, golo de Vítor) venceu o Vitória de Lisboa, conquistando o 1.º lugar no Torneio Fim de Ano- 1978, em futebol infantil. Num lance infeliz, o defesa «verde-branco» António Aguiar chocou com o seu guarda-redes, fracturando a tíbia e perónio da perna direita.

REIMS EM DERROCADA

O clube mais famoso e o que obteve mais êxitos no futebol francês do pós-guerra, o FC Stade Reims, encontra-se ante a bancarrota e o descalabro total.

Seis vezes campeão de França, duplo vencedor da «taça», e por duas vezes finalista da Taça dos Clubes Campeões Europeus, o Reims viu-se forçado a colocar o seu destino nas mãos da justiça e na cidade do mesmo nome. Uma dívida de mais de um milhão de dólares (cerca de 46 mil contos), escreve o jornal «L'Equipe», colocou o tradicional clube francês na posição de «fora-de-jogo».

No caso de não se verificar um desses «milagres» que por vezes sucedem nos clubes desportivos, o Stade de Reims, em cujas fileiras militaram jogadores como Just Fontaine e Raymond Kopa, bem como o actual treinador da selecção francesa Michel Hidalgo, deverá declarar falência.

A época de glória do clube ocorreu há 20 anos: hoje em dia, o Reims luta pela permanência na divisão principal do futebol francês.

Espanha semifecha portas a jogadores estrangeiros

MADRID (por Arturo Perez de Lucia, da EFE) – Os máximos dirigentes do desporto espanhol semicerraram as portas à contratação de jogadores estrangeiros para equipas de futebol até 1 de Janeiro de 1983.

Um documento entregue à Real Federação Espanhola de Futebol pelo director-geral do Conselho Superior de Desportos (Benito Castejon) expõe uma série de pontos relacionados com a disputa do «Mundial-82» (em Espanha) frisando a necessidade de adoptar medidas que facilitem o trabalho do técnico nacional Ladislao Kubala. Nesta base, entra em vigor uma norma elaborada em 1975, pela qual os clubes da 1.ª e 2.ª divisões não poderão ter, para a temporada 1979-80, mais de dois jogadores que não possam alinhar na equipa nacional espanhola, sejam eles estrangeiros ou «oriundos». Os clubes que tenham mais de dois jogadores nessas condições, cujos contratos terminem no termo da actual temporada, terão de prescindir deles sem renovarem o contrato. Os clubes que tenham já fechado contrato com esses jogadores por mais temporadas respeitarão os compromissos.

Os futebolistas sul-americanos que militam em clubes espanhóis com contratos reconhecidos pela Federação Espanhola e que adoptaram a nacionalidade espanhola verão respeitados os direitos adquiridos, apesar de não poderem jogar na selecção nacional.

Para não prejudicar os interesses dos clubes, estes gozarão igualmente dos direitos adquiridos, mas não poderão aumentar (para mais de dois) os lugares de jogadores não utilizáveis para a equipa nacional. Isto é: se no fim da presente temporada, o Real Madrid renunciar aos argentinos com nacionalidade espanhola Guerini ou Wolff, a baixa de qualquer deles não poderá ser coberta com nenhum outro «oriundo» que já tenha sido «internacional» no seu país.

Os princípios gerais expostos no documento para a inscrição de jogadores em clubes de categoria nacional são os seguintes: 1. Possuir a nacionalidade espanhola; 2. Ter possibilidades de ascender à selecção espanhola pelo facto de não ter jogado nunca na de outro país; 3. Ter obtido a sua primeira licença de futebolista na Federação Espanhola.

Com base nestas normas, nenhum clube espanhol poderá contratar jogadores procedentes do exterior que não satisfaçam os requisitos enunciados. Excepcionalmente, os clubes de categoria nacional poderão inscrever um só jogador que, embora satisfazendo os pontos 1 e 2, não cumpra o exigido no 3.

Por outro lado, os dois lugares de estrangeiro continuarão em aberto, pelo que o Atlético de Madrid poderia conratar um alemão ou um belga para cobrir a ausência do brasileiro Leivinha, o Real Madrid a do dinamarquês Jensen e o Barcelona a do holandês Neeskens.

Estas disposições têm por objectivo obrigar os clubes a formar e desenvolver escolas futebolísticas e, em geral, toda uma infra-estrutura técnica necessária para lograr a contínua promoção de jogadores formados em Espanha, através de uma política a médio prazo.

No fundo, isso só beneficiará a selecção pois haverá maior quantidade de jogadores seleccionáveis à disposição dos responsáveis.

NACIONAL DE ANDEBOL

Empate belenense ajuda ao Benfica

Deu mais um passo (o 14.º) o Campeonato Nacional de Andebol, verificando-se os seguintes desfechos na Zona Norte: S. Bernardo, 24 - Francisco Holanda, 18; FC Porto, 38 - Beira-Mar, 17; FC Gaia - Vilanovense, adiado para quinta-feira às 21.30; Académico - Desportivo da Póvoa, adiado; Padroense -FC Maia, adiado para amanhã às 20; Sporting de Espinho - S. Mamede, adiado.

Zona Sul: Vitória de Setúbal, 15 - Sporting, 22; Oriental, 36 -Sismaria, 20; Benfica e Castelo Branco, 17 - CDUL, 14; Passos Manuel, 15 - Belenenses, 15; Paço de Arcos, 22 - Caramão, 14.

Tal como já tínhamos noticiado, em encontro antecipado, o Benfica venceu o Almada, por 14-13.

Classificação na Zona Norte: 1.º FC Porto, 42 pontos; 2.º FC Maia, 32; 3.º Espinho e S. Bernardo, 30; 5.º D. Póvoa, 29; 6.º Padroense, 28; 7.º S. Mamede, 26; 8.º Académico, 24; 9.º Vilanovense e B. Mar, 23; 11.º F. Holanda, 17; 12.º FC Gaia, 16. FC Porto, S. Bernardo, Beira-Mar e F. Holanda têm um jogo a mais.

Zona Sul: 1.º Sporting, 40 pontos; 2.º Belenenses e Benfica, 37; 4.º Almada, 30; 5.º P. Manuel, 29; 6.º Caramão, 28; 7.º V. Setúbal, 27; 8.º Oriental e P. Arcos, 24; 10.º C. Branco, 23; 11.º CDUL, 19; 12.º Sismaria, 16.

A jornada do Nacional da 1.ª Divisão em andebol de sete, foi assinalada pelo adiamento de quatro jogos no Norte, devido ao temporal que se tem feito sentir. A chuva provocou fendas nas coberturas dos pavilhões e alagou alguns recintos que ficaram impraticáveis. Por essa razão foram adiados os quatro encontros. Ainda na zona nortenha, os dois desafios efectuados resultaram em êxitos fáceis do S. Bernardo e do FC do Porto, prosseguindo a turma «azul e branca» totalmente invicta no comando nortenho.

Ao Sul enquanto o Sporting encontrava algumas dificuldades para bater o Vitória (em Setúbal) o Belenenses sacrificava mais um ponto diante do Passos Manuel. O Benfica esteve em grande evidência no seu jogo (antecipado, como noticiámos) em que venceu o Almada na margem Sul do Tejo, onde baqueara o Belenenses e onde «caiu» a longa invencibilidade do Sporting.

A luta mais emotiva, nas duas zonas, será a do 2.º lugar que também apura para a fase final, em que se decidirá o título.

MODALIDADES EM DESFILE

XADREZ

Fernando Sequeira suspendeu a sua partida com Nasir Mohamed (dos Emiratos Árabes Unidos) na 4.ª jornada do campeonato mundial de xadrez de cadetes (menos de 17 anos) que se está a disputar em Sas-Van-Gent, na Holanda. Fernando Sequeira (que jogou com pretas) ocupa agora o 22.º lugar com 1,5 pontos, mas com menos uma partida.

O torneio é comandado por José Huergo (Cuba) e Paul Motwani (Escócia) com 3,5 pontos.

O sueco Matts Carlson comanda o «Torneio Internacional de Xadrez» da Suécia, que se está a disputar em Hallsberg, com 5,5 pontos ao fim da 6.ª jornada. O português Sílvio Santos tem a sua partida da 6.ª jornada suspensa com o sueco Peter Backe, mas tem grandes possibilidades de vencer.

Nas jornadas anteriores, Sílvio Santos derrotou Robert Hardasson (da Islândia) e Mats Lingren (da Suécia) a revelação do torneio de 1977.

José Pereira dos Santos venceu o grego Triphon Natsis na 10.ª jornada do Campeonato da Europa de Xadrez para Juniores, que se disputa em Groningen, na Holanda. A partida, caracterizada pela abertura catalã, teve 36 lances e Pereira dos Santos ocupa agora o 16.º lugar, com mais cinco xadrezistas, entre 28 participantes.

O guia é o holandês John Van Der Wiel, que na 10.ª ronda venceu o húngaro Todor Karolyi. Van Der Wiel tem oito pontos, sendo seguido pelo soviético Sergei Dolmatov (7,5 pontos) e pelo inglês Jim Plaskett (7).

TÉNIS

Para a Taça da Europa das Nações, a selecção nacional de ténis confronta-se, a 7 do corrente, em Dublin, com a representação da Irlanda.

HÓQUEI EM PATINS

Jogos para o Torneio de Abertura da 1.ª divisão lisboeta: Benfica, 4-Belenenses, 3 e Cascais, 3-Salesiana, 0. Jornada marcada para hoje: Benfica-Oeiras e Sesimbra-Salesiana (em Sesimbra): Sporting-Belenenses e CACO-Cascais (em Campo de Ourique).

HÓQUEI EM CAMPO

Encontros de hóquei em campo para o campeonato lisboeta: F. Benfica, 0-Palmenses 0 e Cascais, 1-Atlefico, 0.

BADMINTON

Realiza-se no próximo dia 6, no pavilhão gimnodesportivo da Pedrulha (em Coimbra) um torneio de divulgação de badminton, para jovens dos 8 aos 17 anos. Esta iniciativa insere-se num vasto plano de dinamização da modalidade que se prolonga por todo este ano.

Integradas, naquele plano, estão já em funcionamento várias escolas de Badminton para jovens, designadamente no «Centro Recreativo Norton de Matos», Pavilhão da Pedrulha e, ainda, na Figueira da Foz.

ATLETISMO

«Corta-mato dos dez» nos terrenos do Jamor, a 7 do corrente, para todas as categorias (a partir de infantis, que percorrem apenas 2000 metros).

O clube «Estrelas de Campolide» promove, a 21 deste mês, uma prova de estrada, denominada «Os três reis magos».

POR 6840$50

Poderá adquirir a CARTA DE CONDUÇÃO.

Dirija-se à:
ESC. CONDUÇÃO MONUMENTAL
Av. Manuel da Maia, 11, r/c
LISBOA

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA – Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D – Rua Infantaria 16, 55-C – LISBOA

PRCISAM-SE 6 PESSOAS
PART-TIME 12 600$00

Companhia inglesa admite imediatamente 6 pessoas de ambos os sexos, com mais de 18 anos e o curso geral dos liceus — 5.º ano. Contactar pessoalmente dia 3 pelas 15 horas na Av. Miguel Bombarda, 133-7.º D.

POR AI FORA: CORRIDAS DE S. SILVESTRE

Mamede: 4.º em São Paulo

Foi verdadeiramente brilhante a presença de atletas portugueses em corridas de «S. Silvestre» desenroladas fora das nossas fronteiras. Mamede classificou-se em 4.º lugar na prova paulista, Aniceto e José Sena foram (respectivamente) 2.º e 3.º em Madrid e João Campos alcançou o 2.º posto em Houilles (França). Por seu turno, a luta na Madeira foi curiosa, com Cidálio Caetano a dar boa réplica ao finlandês triunfante. Vejamos as diferentes competições e a posição dos portugueses:

BRASIL

O francês Radhouane Bouster conseguiu pôr termo à supremacia latino-americana que se registava na «São Silvestre» de São Paulo, de há sete anos a de França dos cinco mil metros, com o tempo de 13 minutos e 24 segundos.

A alta temperatura que se fez sentir em São Paulo na noite da prova (aproximadamente 28 graus centígrados) era apontada como mais um factor desfavorável à corrida dos europeus: e, foi-o para alguns. No entanto, os latino-americanos surgiram aparentemente menos bem preparados este ano, não conseguindo, com excepção de Tibaduiza, competir com os europeus.

Os representantes do Velho Continente situaram-se em seis dos primeiros dez lugares e, entre os seis melhores, apenas Tibaduiza conseguiu intrometer-se entre os europeus. Em 7.º e 10.º lugar classificaram-se atletas brasileiros, o que foi simultaneamente surpresa e alegria para os locais, pois o Brasil de há muito que não conseguia uma presença tão boa, apesar do elevado número de brasileiros que participa na corrida. Este ano (por exemplo) eram brasileiros quase 80 por cento dos 663 concorrentes de 51 países que correram na «São Silvestre».

Ordem de chegada: Bouster (França), 23-51,6; 2.º Rik Schoofs (Bélgica), 24-11,5; 3.º Domingo Tibaduiza (Colômbia), 24-22,1; 4.º Fernando Mamede (Portugal), 24-24,6; 5.º, Franco Fava (Itália), 24-24,8; 6.º Gerard Tebroke (Holanda), 24-40,0; 7.º, Eloi Schleder (Brasil), 24-43,0; 8.º, Maretti Vainio (Finlândia), 25-00,0; 9.º Aloísio de Araújo (Brasil), 25-01,0; 10.º, José Maria Nunes (Brasil), 25-02,0; 11.º Poschmann (RFA); 12.º, Johnny Perez (Bolívia); 13.º Greg Meyer (EUA); 14.º Rafael Parra (Colômbia); 15.º, Jaime Velez (Porto Rico); 16.º Alfredo Santos (Colômbia); 17.º, Dirk Sander (RFA); 18.º Octávio Guadarrama (México); 19.º Mário Morales (Equador); 20.º Juvenal Chibiaque do Canto (Brasil).

Prova feminina: 1.ª Dana Slater (EUA); 2.ª Eleonora Mendona (Brasil); 3.ª Eliana Reiniher (Brasil); 4.ª Mary Rogas (Bolívia); 5.ª Rosa Genoveva Domingues (México); 6.ª Esperanza Bardo (Colômbia).

Ainda da corrida paulista: Elísio Rios (que tinha viajado até ao Brasil a expensas de compatriotas emigrantes) classificou-se em 125.º lugar, entre 700 concorrentes.

Benfica: a melhor equipa na Amadora

esta parte, mercê de um «sprint» final (qualificado por muitos de «desesperado») que lhe permitiu cortar a meta em 1.º lugar.

Nos últimos cem metros, Bouster ultrapassou Domingo Tibaduiza (o colombiano «super-favorito») e o belga Rik Schoofs. Bouster vinha lançando ataques sucessivos desde a entrada na Avenida Paulista a 500 metros da meta.

O francês, que só para alguns europeus era tido como favorito, poucas vezes tendo sido apontado como tal pela Imprensa brasileira ou latino-americana, derrotara já Tibaduiza há cerca de um mês: isso aconteceu no «cross» organizado em França, no dia 3 de Dezembro, pelo jornal «Le Figaro», onde foi 2.º.

Bouster (24 anos) é recordista

MADRID

Nat Muir (Escócia) ganhou a «S. Silvestre» madrilena, que se disputou num circuito urbano de dez quilómetros na capital espanhola. Os melhores: 1.º Muir (Escócia), 2.º Aniceto Simões (Portugal); 3.º José Sena (Portugal); 4.º Dingwall (Escócia) e 5.º Brown (Grã-Bretanha).

HOUILLES (FRANÇA)

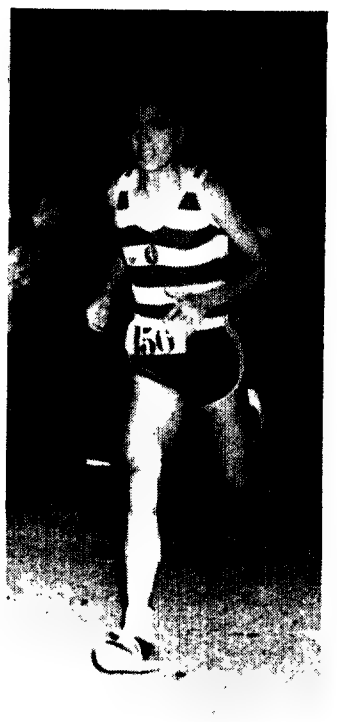
O sportinguista João Campos foi 2.º na «S. Silvestre» de Houilles (França) onde triunfou Jacky Boxberger.

FUNCHAL

O finlandês Jouni Kortelainen venceu a XX Volta à Cidade do Funchal, ao percorrer os 7400 metros do percurso em 21 minutos e 19 segundos. O benfiquista Cidálio Caetano foi o melhor português em prova, classificando-se em 2.º lugar com o tempo de 21 minutos e 23 segundos.

Carlos Cabral, do Sporting, considerado o favorito ficou em 4.º lugar, com mais 26 segundos que o primeiro classificado.

É a seguinte a classificação dos primeiros atletas: 1.º Jouni Kortelainen (Finlândia), 21 minutos e 19 segundos; 2.º Cidálio Caetano (Benfica), 21.23; 3.º Michael Spoettel (Alemanha), 21.24; 4.º Carlos Cabral (Sporting), 21.45; 5.º Bo Nytofie (Dinamarca), 21.15; 6.º Karste Hald (Dinamarca), 22.06; 7.º Werner Gromisch (Alemanha), 24.09; 8.º Rolf Karevit (Suécia), 24.16; 9.º Luis Horta (Sporting), 24.17; 10.º Manuel Dionísio (Nacional/MAD), 24.22.



Rafael Marques vence na Amadora

AMADORA

Rafael Marques (Sporting), foi o vencedor da Corrida de São Silvestre da Amadora: gastou 18 minutos e 43,5 segundos a cobrir os 6600 metros do percurso.

No 2.º lugar classificou-se Carlos Carlos Capítulo (C.R. Mercês), que gastou 18 minutos e 57,0 segundos, e que triunfou pela 4.ª vez consecutiva na categoria de «populares».

O 3.º atleta a cortar a meta, 2.º da categoria de filiados, foi Fernando Reis (Benfica) com o tempo de 19.12,0 minutos. Artur Pinto (Benfica) foi o 4.º (terceiro na categoria de filiados). O Benfica foi o vencedor por equipas.

Em veteranos triunfou Vladimiro Raposo (Clube de Veteranos de Lisboa) com 20.29,2 minutos, enquanto o júnior a cortar a meta foi Vítor Santos (Benfica) com o tempo de 20.30,5 minutos.

PORTO

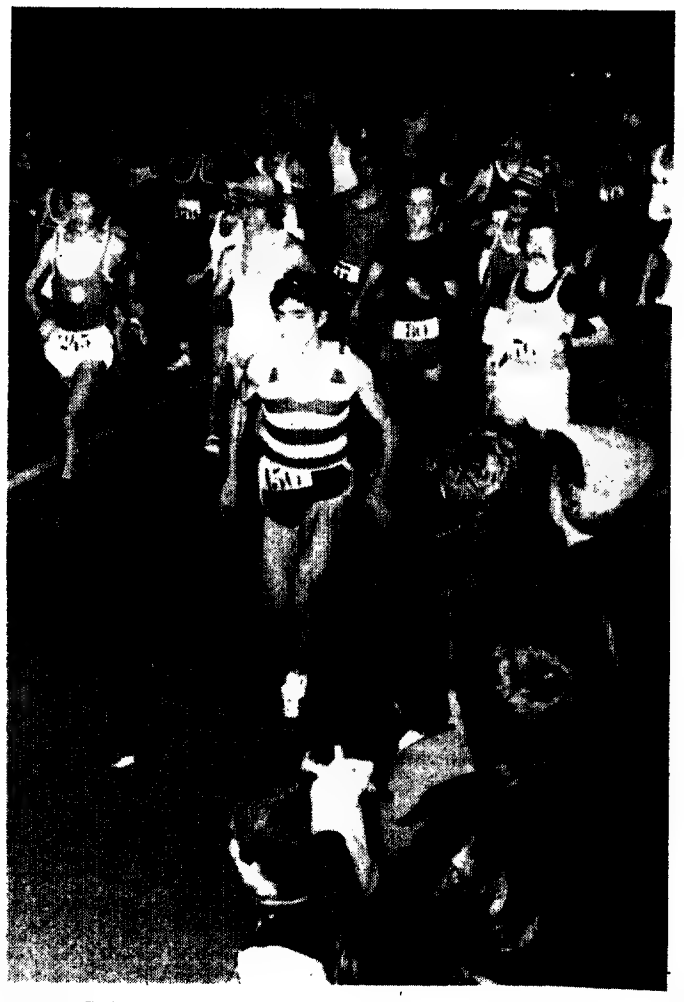
António Monteiro (União de Bancos Portugueses) e a equipa dos Leões Valboenses triunfaram na «S. Silvestre» do Porto, organizada pelo INATEL.

COIMBRA

Na competição desenrolada em Coimbra, triunfou Mário Maia (Sobral de Ceira) cabendo o êxito por equipas à representação da Casa do Povo de Sobral de Ceira.

BRAGANÇA

Também em Bragança se correu uma «S. Silvestre»: ganhou Carlos Cunha (Macedo de Cavaleiros) com triunfo global da turma do Arcozelo.



Pelas ruas da Amadora, desfilam os corredores

NA SUA AGENDA

SPORTING CLUBE DE PORTUGAL

Melhoramentos no Estádio José Alvalade: inauguradas instalações de bastú, a funcionarem em novos horários (de 2.ª a 6.ª: 11-15 e 17-21 horas); aos sábados: (10-14 horas).

Bibliografia

CADERNOS DE MEDICINA DESPORTIVA

Encontra-se em distribuição o n.º 4 da série «Cadernos de Medicina Desportiva», com um texto da autoria do dr. Marcos Barroco denominado «A mulher, as actividades físicas e o Desporto». Editado com responsabilidade da Direcção-Geral de Apoio Médico, este volume tem apresentação rubricada por Manuel Sérgio

BASQUETEBOL

Selecção trisa vitória em Marrocos

O interregno das provas nacionais e regionais de basquetebol, durante a quadra festiva, possibilitou a realização de torneios particulares de Natal e de fim de ano, tendo-se disputado no pavilhão das Antas (organizado pelo F.C. do Porto) e em Lisboa (por iniciativa do Queluz) os torneios mais importantes e nos quais participaram equipas estrangeiras.

Entretanto, a selecção nacional foi de abalada até Marrocos onde defrontou (em Rabat e Casablanca) a equipa nacional marroquina e a turma de «esperanças» do mesmo país. De tão desabituados que estamos a êxitos da equipa nacional (em preparação para o campeonato da Europa, a realizar em Abril) foi bom, muito bom o camportamento da nossa selecção que venceu por sete pontos (como noticiámos) a turma nacional marroquina, bateu depois por quase cinquenta pontos (com «centena») a formação de esperanças do mesmo país e concluiu com outro triunfo: 94-67, novamente do grupo A de Marrocos. Claro que estas vitórias, embora sempre saborosas, são relativamente pouco significativas atendendo ao atraso (maior ainda do que o nosso) do basquetebol marroquino.

SPORTING GANHA EM LISBOA

Terminou o «Torneio Internacional do Queluz», iniciativa arrojada que, do ponto de vista económico, deve ter sido encorajadora. Sob o aspecto desportivo, também a prova agradou: o êxito final do Sportingg (vitorioso em todos os jogos) foi merecido, porquanto a turma leonina bateu os adversários mais difíceis, que eram o Benfica (venceu por um ponto) e a turma francesa (ultrapassada com clareza pelos «leões). Na última jornada pertenceu ao Sporting descansar, depois de ter assegurado o êxito na prova.

Resultados: Queluz, 78 - Estrelas de Alvalade, 79 e Benfica, 74 - Stade Français, 92. Classificação final: 1.º, Sporting; 2.º, Stade Français; 3.º, Benfica; 4.º, Estrelas de Alvalade e 5.º, Queluz.

TRIUNFO PORTISTA

No pavilhão das Antas, concluiu-se o «Torneio de Fim de Ano». Vecedores nas duas anteriores «rondas», o Porto e a equipa representativa da Universidade do Missouri, disputaram o jogo para o 1.º lugar.

No encontro entre o Oriental e o Académico, os lisboetas triunfaram com certa dificuldade, após terem usufruído de uma vantagem de 15 pontos.

No segundo embate, houve fases de excelente nível técnico. Acentuadamente mais alta (possui três jogadores com mais de 2 m) a turma americana dominou a luta das tabelas. O americano do F.C. do Porto (Crawford) só para o final «apareceu», mas ainda a tempo de fazer à sua conta 30 pontos e ser o obreiro da vitória «Azul e Branca». Nos últimos minutos o F.C. do Porto encetou uma notável recuperação (chegou a estar a perder por 11 pontos) e obteve uma vitória justa, num desafio de alta qualidade ténica, viril na luta das tabelas e disputado para o final em clima de grande emoção.

Resultados da última jornada: Oriental, 75 - Académico, 71 (42 - 27 ao intervalo) e F.C. do Porto, 71 - Missouri, 69 (39 - 45 ao intervalo).

Marcaram:

Oriental: Pinto (9), Conceição, M. Sousa (5), Abrantes (6), Jóia (7), Taborda (24), J. Cardoso, Paixão, Galvão (12) e Barbosa (12).

Académico: Aguiar, Paulo (14), Ribeiro (7), Alberto, Loureiro (14), Dinis (18), Redondo (3), Jorge (8), Miranda (7) e Perdigão.

F. C. Porto: Rui Pereira (8), Mário Costa, Tó Henriques (9), Robalo, Crawford (30), Gomes (12), Aniceto (5), Zé Henriques (7) e Filipe.

Missouri (69): Shurtz (4), Brewster (9), Shult (6), Chambers (2), Close (22), Brown (8), Shrun (6), Weaterly, Parker (8) e Starkei (4).

Classificação final: 1.º, F.C. do Porto, 3 jogos e 6 pontos; 2 º, Missouri, 3-5; 3.º, Oriental, 3-4 e 4.º, Académico, 3-3.

CADETES PORTUGUESES TRIUNFARAM

A equipa representativa do Porto, ao vencer a de Coimbra (55-45) ganhou o torneio inter-selecções de cadetes da zona Norte, através do seu melhor «cesto - average» directo. No outro jogo, a equipa de Aveiro bateu (51-48) a de Castelo Branco. Este torneio, que decorreu em três jornadas, realizou-se segundo o plano de observação do seleccionador nacional (Carlos Portugal) com vista à formação da equipa de cadetes que, em Abril, tomará parte no campeonato da Europa da categoria, a realizar na Alemanha Ocidental.

HOJE HÁ TV

As equipas do F. C. do Porto e da Universidade Americana do Missouri, defrontam-se num jogo exibição, ao fim da tarde de hoje (18 e 15), no pavilhão gimnodesportivo do Estádio das Antas. O embate será transmitido directamente pela Televisão.

Melhores do ano

«SPORT»

A Holanda foi designada a melhor selecção europeia de futebol de 1978 pelo diário jugoslavo «Sport» que deu a conhecer os resultados do seu tradicional inquérito de fim de ano. Sessenta jornalistas da imprensa europeia especializada participaram na votação, que teve o seguinte resultado: 1 – Holanda, 301 pontos; 2 – Itália, 244; 3 – Áustria, 108; 4 – Alemanha Federal, 100; 5 – Polónia, 73; 6 – Inglaterra, 46; 7 – França, 30; 8 – Espanha, 23; 9 – Suécia e Checoslováquia, 2; 11 – Hungria, 1.

Assinale-se que, das equipas que fazem parte do grupo 2 do campeonato da Europa (em que está integrado Portugal) só a Austria foi mencionada na votação. Bélgica, Escócia, Noruega e, também Portugal, não surgem entre os países votados.

O jornal apresentou o «onze» ideal da Europa: Hellstroem (Suécia), Gentile (Itália), Krol (Holanda), Tresoe (França) e Cabrini (Itália), Keegan (Inglaterra), Haan (Holanda) e Platini (França); Krankl (Áustria), Rossi (Itália) e Resenbrink (Holanda).

ITÁLIA

Paulo Rossi foi designado «futebolista do ano» em Itália, numa votação efectuada pelos treinadores das 16 equipas da 1.ª divisão.

Rossi (21 anos), que ganhou as atenções dos adeptos do futebol no campeonato do Mundo da Argentina, obteve 50 votos contra 20 do defesa António Cabrini, também ele membro da «squadra azurra» que esteve no «Mundial».

ISRAEL

O futebolista argentino Mário Kempes foi designado o «desportista de 1978» pelo jornal israelita «Yedionoth Ahronoth».

O Brasil pós-eleições

Continuação da pág. 3

de vida, que já recolheu 2 milhões de assinaturas só nos bairros de periferia de São Paulo e também o Movimento pela Defesa dos Direitos Humanos, que tem tido vigorosa participação na denúncia das arbitrariedades do regime militar. Em segundo lugar, o Movimento das oposições sindicais, tentanto e conseguindo em muitos casos, resgatar os sindicatos sob intervenção estatal para a defesa dos interesses dos trabalhadores e levantando, para além das reivindicações económicas, a bandeira da liberdade sindical e do direito à greve.

Constituem ainda a oposição democrática os Comités pela Aministia Geral, espalhados por todo o país e que em Novembro realizaram seu primeiro Congresso Nacional, com cerca de 2 mil participantes e diversos observadores estrangeiros; a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que sempre se destacou na defesa dos direitos humanos e que no seu 7.º Congresso realizado no dia 15 de Dezembro em Porto Alegre exigiu o retorno ao Estado de Direito e às liberdades democráticas.

Para o MDB a questão que se põe não é somente o que fazer, mas também o que foi e **o que não foi** desde o expressivo triunfo eleitoral de 1974 que deu 13 milhões de votos de vantagem para o MDB, que se mostrou incapaz de auferir todos os rendimentos políticos que o resultado das urnas poderia propiciar.

Seja pelo comodismo característico dos partidos brasileiros tradicionais, que uma vez terminada a apuração se recolhem a uma discreta actuação parlamentar, à espera passiva do pleito seguinte, seja pelos condicionalismos impostos pelo regime ou ainda pela existência no interior do MDB de uma tendência adesista (adeptos disfarçados do regime), o facto é que o MDB não respondeu à esperança popular que lhe havia sido depositada através da votação massiva de 1974.

Esta pode ter sido talvez a explicação do aumento de votos nulos e brancos, que em 15 de Novembro de 1978 rondaram os 6 milhões e também do aumento das abstenções, que no seu conjunto fizeram diminuir a vantagem do MDB sobre a ARENA para pouco mais de 5 milhões de votos, no lugar dos 13 milhões de vantagem em 1974.

Outro elemento que reforça a ideia de uma certa desilusão com a passividade do MDB foi a expressiva votação obtida pelo sector autêntico do partido (deputados mais combativos) que foi o grande vencedor das eleições, passando de 35 para 80 deputados nas bancadas oposicionistas no Parlamento.

A QUESTÃO DOS NOVOS PARTIDOS

Este problema já tem dado muitas voltas, desde que o regime, antes de conhecer o resultado das eleições, anunciava o possível fim do bipartidarismo, caso a Arena não obtivesse a maioria na Câmara e no Congresso, objectivando o fraccionamento da oposição. Esta ideia é curiosa, partindo do mesmo regime que dissolveu todos os partidos, quando lhe convinha, criando a Arena e o MDB em 1965. Pelo seu lado, e por outras razões, a oposição sempre lutou pela liberdade de organização partidária e pelo fim do sistema de bipartidarismo imposto arbitrariamente pelo governo militar, como forma de legitimar sua política antipopular e antinacional.

As reformas da Constituição realizadas por Geisel e Golberi, e que entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1979, prevêem a possibilidade de formação de novos partidos, desde que cumpram uma série de condições: possuir 7 senadores (do actual Senado), 65 deputados, etc, etc, e contém uma série de elementos ambíguos e imprecisos, que serão definidos por um Regulamento da Lei, a ser feito posteriormente, o que garante uma confortável margem de manobra para o Governo Figueiredo, que poderá moldar este Regulamento às necessidades do seu governo e as características e composição dos deputados e senadores eleitos.

O que é a CEE

Continuação da pág 11

instrumentos de acção comparáveis aos que no caso da siderurgia lhe são fornecidos no quadro da CECA. De toda a forma as bases da política industrial nesses ramos são as mesmas que no caso da siderurgia: modernização, reconversão (diminuição da capacidade de produção) e reclassificação dos trabalhadores enviados para o desemprego. O grande problema que aqui se põe é naturalmente o saber em que sectores colocar a mão-de-obra «sacrificada» à reestruturação industrial. Na opinião dos membros da Comissão, expressa em Julho passado em Bremen, as possibilidades de colocação dessa mão-de-obra estão na produção de bens de equipamento para o Terceiro Mundo, na protecção do meio ambiente, na investigação ligada às novas energias, nas tecnologias de ponta (electrónica, etc.) assim como em produtos novos nos sectores industriais clássicos. Pelo estado de desenvolvimento da maior parte destes sectores pode-se perguntar se as soluções assim previstas se destinam aos actuais desempregados ou aos seu descendentes.

Em próximo artigo tentaremos abordar os principais problemas relacionados com o alargamento da CEE a Portugal, à Espanha e à Grécia.

(1) Brochura da CEE – «L' Union Douanière», 1977 série «Documentation Europeenne».
(2) Idem
(3) «La Comunité Economique Europeenne», de H. V. Mallard, colecção «Le Droit en Poche»
(4) Brochura da CEE «Le Commerce exterieur de la CEE», 1976, série «Documentation Europeenne»
(5) «Telegramme Statistique» da CEE, Setembro 1978
(6) Nome por que é conhecido o sistema de flutuação das taxas de câmbios estabelecido em 1972 entre os países da CEE e alguns outros países europeus e no qual as moedas de cada país membro não poderiam flutuar para além duma margem de 2,25 % acima ou abaixo da sua paridade
(7) Cf. «Problemes Economiques», n.º 1554 de 4-1-78

ROTEIRO CULTURAL

Acabaram as festas – não sabemos se felizmente se infelizmente e uma coisa é certa: durante dois dias e duas noites os teatros estiveram cheios. Na noite do ano novo foi impossivel encontrar um lugar nos principais teatros de Lisboa e a passagem de ano foi ruidosamente celebrada por actores e espectadores em algumas salas de Lisboa. Isto, depois de um período de salas vazias que ia fazendo desesperar os responsáveis pelas companhias. Oxalá o panorama não venha a alterar-se rapidamente, isto é, oxalá estes dois dias de «salas cheias» venham a habituar o lisboeta a frequentar habitualmente os teatros. Bem vistas as coisas há razão para que isso aconteça, porque apesar da subida do custo de vida que nos tem vindo a vitimar a todos, os preços dos teatros, têm-se mantido relativamente acessíveis. Sobe o peixe, sobe a carne, sobem as batatas – os preços dos cinemas tem subido, e de que maneira – e sobe o preço dos livros, mas, apesar do espantoso aumento do preço das matérias-primas, os bilhetes de teatro não têm subido na mesma proporção. É possível ir hoje ao teatro por 100$00 e quem tiver em linha de conta o que custa uma refeição modesta, o que custa uma corrida de táxi, e o que custa um bilhete de cinema, tem de reconhecer que isto não é caro!

Para além desta razão há outra que nos parece importante: Lisboa tem bons espectáculos em cena neste momento. «Homem morto, homem posto» (Comuna), «A crónica atribulada de Esperançoso Fagundes» (Teatro Aberto), «Ninguém-Frei Luís de Sousa» (Trindade) e «As alegres comadres de Windsor» (Nacional) são peças que merecem a atenção dos lisboetas.

Não são só os lisboetas, porém, que podem ir ao teatro. O caso do T. A. S. (Teatro de Animação de Setúbal) é típico do que se pode fazer quando há gente disposta a trabalhar, e quando as autoridades não fecham os olhos à cultura. Este grupo que já conta no seu activo com três anos de actividade, tem agora em cena no Museu da Cidade de Setúbal, a peça «Tu não conheces a música?» de Robert Abiached (antigo presidente do Festival de Teatro de Nancy e professor de Estudos Teatrais da Universidade de Caen). Trata-se de uma peça que foi estreada em Paris em 1973 e que a gente do vale do Sado tem agora a oportunidade de ver, por um preço irrisório, na sala Carlos Ferreira do Museu de Setúbal, diariamente às 21.30 e, aos sábados e domingos às 16 h. Trata-se de um espectáculo a não perder.

Carlos Rodrigues, do TAS no papel de «O Chocolate» da peça «Tu Não Conheces a Música?», em sena no Museu de Setúbal

Para pormos termo ao nosso noticiário teatral, duas notícias sobre peças que estão a sair de cena. Referimo-nos a «O Pecado do saiote» e a «As aventuras de Till Eulenspiegell». Estas duas peças terminaram as suas carreiras e as companhias que as levaram à cena (Teatro Estúdio de Lisboa e Teatro de Campolide) já estão a preparar outras. Gostaríamos de ter muitas notícias a dar sobre o sector das belas-artes, mas, infelizmente, não há nada de novo nesta frente. O fim-de-ano não trouxe exposições novas, pelo menos, por enquanto, nem se vislumbram, para já, acontecimentos susceptíveis porém este Roteiro em sobressalto. Continua patente ao público a exposição de serigrafias e gravuras de Vieira da Silva na S. Mamede – onde se vendeu praticamente tudo o que estava à venda desta artista, onde o espaço aliás, amplo, não chegou para acolher todos os visitantes. No dia 5 abre, na SNBA, uma exposição de pintura de Maria Fernanda Igrejas (Nanda) que estará patente ao público até ao dia 14. E é tudo, por enquanto.

rádio

1.º Programa

17.00 Música variada; 18.10 Hoje respondemos por música, por António Vitorino de Almeida – orquestras; 19.00 Poemas e poetas – música portuguesa; 20.00 Jornal da noite; 20.30 Conjuntos; 21.00 13.º episódio do folhetim «A Vida de S. Paulo», original de Judite Navarro; 21.30 Contraponto; 24.00 Último jornal; 00.20 Jazz; 00.30 Vozes na noite; 01 00 Música na noite (RDP/Centro);

2.º Programa

17.40 Canções de Ravel; 18.10 Música de Câmara; 19.00 Música Portuguesa; 20.00 Ciclo Haydn; 21.20 ópera; 22.30: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; 23.00 Intercâmbio musical: 0100: Fecho

3.º Programa-Nacional e Regional (294 m)

18.20: Prevenção e Saúde, pelo dr. José Matildes; 19.05: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; 19.30: Vertical – trânsito; 21.30: Quando o telefone toca; 22.00: Suplemento – Quando o telefone toca; 23.05: Novas de Alegria; 24.00: Suplemento (continuação); 00.05: Suplemento desportivo, por Jorge Schnitzer; 00.15: Dia a Dia com o Passado; 01.05: Tempo internacional; 02.00 Fecho

3.º Programa – Local (187,5 m)

16.00: Convite; 18.00: Compasso, 18.15: Sal e pimenta (repetição), 18.45: Oiça o que não leu; 20.40. Serviço de agenda.

4.º Programa –Emissão Total em Estereofonia

17.00: Hora de ponta; 19.00: Em Órbita; 20 00: Forum, realização de Jorge Lopes; 22.00: Auditório; 00.00: Prisma, realização de Fernando Quinas – O Homem no Tempo, programa de antropologia, produção de João de Sousa Monteiro e João David Nunes; 02 00: Fecho.

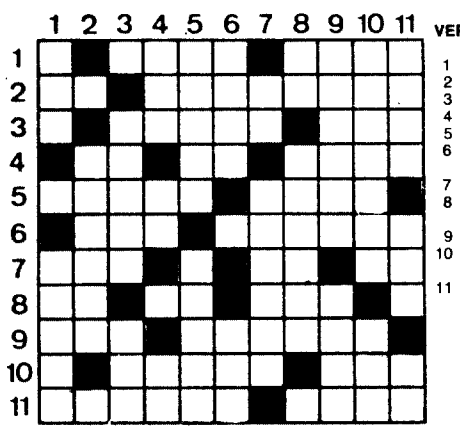
RÁDIO RENASCENÇA

18.08: Apelo; 18.15: Igreja em Notícia, palavra do dia, 18.30: Transmissão do Terço da Igreja de S João de Brito; 19 00: Programa da Liga dos Amigos de RR; 20 00. Objectivo; 20 54 Apelos; 21 30: Ao encontro da grande música; 22.00: Qaudno o telefone toca; 22.30: Temas vivos; 23.30: Dicionário de economia; 23.55: Fecho.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 12 226



HORIZONTAIS:

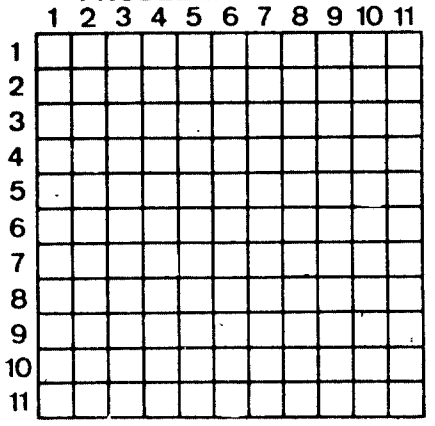
1 Lodo. Bilha para maluvo, na Lunda.
2 Preposição e artigo. Crestaras.
3 Freguesia do concelho de Belmonte. Acreditei.
4 Plutónio (s.q.). Em a. Um dos Estados do Brasil.
5 Circuito. Rosto.
6 Curso de água natural e abundante. Tornais cor de rosa.
7 Mediana. Item. Apelido.
8 Laço (inv.). Em o. Nome de astro.
9 Obrigação. Sairas frequentemente à rua.
10 Pesquisas. Conjunção.
11 Poisou no mar (o avião). Chupo.

VERTICAIS:

1 Utensílios domésticos. Humedece.
2 Artigo definido. Perpétuo.
3 Tribunais pontifícios. Levanta.
4 Prende. Cobalto (s.q.). Aparência.
5 Tépido. Talho.
6 Uma das partes do Mundo. Letra árabe.
7 Basta. Factos.
8 Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Guia (fig).
9 Arqueara. Sacerdote budista.
10 Untais. Figura que simboliza o povo americano.
11 Parte do mundo a que pertence o Japão. O mesmo que bonzo. Solitário.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 8 286



HORIZONTAIS:

1 Diriam em voz alta.
2 Estime. Rio de França e da Alemanha.
3 Amofinara. Camada fina.
4 Uma das ilhas Jónias. Nivelar.
5 Batráquio. Sufixo que designa estado. Anei.
6 Sua Majestade. Artigo definido (ant.).
7 Terreno murado.
8 Atmosfera. Filtrara. Berilo (s.q.).
9 Ponderar. Avivar o lume.
10 Naquele lugar. Liga.
11 Sádios. Rates.

VERTICAIS.

1 Descerrar. Coberturas.
2 Prendes. Armadilha para pássaros.
3 Moi. Mil e cem em romano. Fecho as asas para descer mais depressa.
4 Reuno em maço. Dá aviso de alguma coisa em voz alta.
5 Criar. Grande quantidade.
6 Época. Prata. (s q.).
7 Campeão. Esmagaram.
8 Mordiscar. Indicar a data de.
9 Furioso Herdade delimitada por marcos.
10 Cidade da Úmbria. Criança francesa célebre pelo seu heroísmo
11 Dividira ao meio. Simples.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 225

HORIZONTAIS:

1 Apor. QUEM.
2 Cós. Rum. É
3 Ab Sua. Atai
4 Mr. Ain Taça.
5 Aer. Adão
6 Ia. Oravas.
7 Nata Criva
8 Aa Erra. Cás
9 Botara. Cl.
10 Eras Roca.
11 Roma. Acesas.

VERTICAIS:

1 Acamas. Abir.
2 POBRE NAO
3 Os Ria. TEM
4 Sa Ateara
5 Ruia Arrá.
6 Quando. Rasa
7 Um Arca.
8 Atoaf. Cré.
9 Meta. VÍCIOS.
10 Acuava. Ca.
11 Baía. Sassas.

Provérbio: QUEM É POBRE NÃO TEM VÍCIOS

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8 285

HORIZONTAIS:

1 Faria. Berna.
2 Ruína. Idoso.
3 Arm. Sás
4 Go. Canadá.
5 Armamar. Nós.
6 Au. Ébano.
7 Gola. Ao
8 Asi. Aram. Cm.
9 Rera. Abelha.
10 Amen. Saa. Ar.
11 Mau. Irara.

VERTICAIS:

1 Fraga. Marão.
2 Aurora. Sem.
3 Rim. Mugirem.
4 In VA. Ama.
5 Aas Mela.
6 Acabaras
7 Bisara. Abai.
8 ED. Nomear
9 Romano.
10 NS. Dó. Achar.
11 Ao. Assomara.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco, choviscava em algumas regiões do Sul e havia neblina ou nevoeiro em vários locais.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	10º
BRAGANÇA	6º
VILA REAL	5º
PORTO	8º
P. DOURADAS	2º
COIMBRA	8º
PORTALEGRE	9º
LISBOA	11º
ÉVORA	10º
SINES	14º
BEJA	13º
SAGRES	15º
FARO	16º
PONTA DELGADA	–
FUNCHAL	16º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.30	4,4 m	11.18	0,8 m
18.50	4,1 m	23.33	1,1 m
Dia 3			
6.18	4,3 m		
18.50	3,9 m	12.10	1,0 m
Dia 4			
7.10	4,3 m	0.27	1,3 m
19.45	3,7 m	13.08	1,2 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco; agravamento a partir da noite com céu muito nublado; vento fraco ou moderado de sudoeste e períodos de chuva ou chuvisco.

AMANHÃ

NASCER AS 7.55
OCASO AS 17.26

DIA 5 DIA 13 DIA 21 DIA 28

farmácias

Lisboa

TURNO 59
Até às 22 horas

ANDRADE RIBEIRO — Av. Infante Santo, 66-B Tel.666971; **ASCENSO** — Pr. Norte, 11-A (Bº Encarnação). Telefs. 311216-310172; **BELO** — Av. de Roma, 53-A Tel. 776314; **CENTRAL** — Rua de S. Paulo, 108. Tel. 320389; **DOURO** — Alameda Linhas de Torres, 93-A-B Tel. 791131; **FRAZÃO** — Rua Cruz Santa Apolónia, 90-92. Tel. 847019; **GARANTIA** — Av. Pe. Manuel da Nóbrega, 54-A-B. Tel. 727300; **GONÇALVES, LDA.** — Rua da Rosa, 176-178. Tel. 362687; **IMPARCIAL** — R. General Taborda, 28. Tel. 680931; **LEMOS** — Rua Cidade da Beira, lote 19-A (Olivais Sul).T.331692; **LINAIDA** — Rua Ferreira Borges, 30. Tel. 660955; **MACEDO** — Estr. Poço do Chão, 69-C. Tel. 703697; **MAGALHÃES** — Av. Almirante Reis, 4-D Tel. 549479; **MARBEL** — Av. de Roma, 131-A. Tel. 776235; **MARLUZ** — Cª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395; **MORÃO** — Largo da Graça, 63.Tel.860700; **NEVES** — Rua Bela Vista à Lapa, 35 Tel. 661251; **SALDANHA** — Av. Praia da Vitória, 53-55 Tel. 43938; **S. BARTOLOMEU** — Vª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969; **S. JOÃO** — Est. da Luz, 124-A Tel. 783179; **S. SEBASTIÃO** — Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1-9 Tel. 548642; **SEREJO** — Rua Rui de Sousa, lote 65 (Chelas); **SIMÕES PIRES** — Rua da Prata, 115. Tel. 362350; **TANARA** — Rua Rodrigo Reinel, 3-A. Tel. 611814; **TELES** — R. João de Barros, 2-Frente Tel. 638176; **UNIVERSITÁRIA** — Rua Alfredo R. Gameiro, 29-D Tel. 778953; **VALE** — Av. Marquês de Tomar, 45-49. Tel. 773043; **VITÁLIS** — Rua Morais Soares, 69. Tel. 841779.

Permanente

BELO — Av.de Roma,53-A T.776314; **CENTRAL** — Rua S. Paulo, 108 Tel. 320389; **NEVES** — Rua Bela Vista à Lapa, 35 Tel. 661251; **S. BARTOLOMEU** — Vª Paulo Jorge, 1 Tel. 790969; **S. JOÃO** — Estrada da Luz, 124-A Tel. 783179; **TANARA** — Rua Rodrigo Reinel, 3-A. Tel. 611814; **VALE** — Av. Marquês de Tomar, 45-49 Tel. 773043; **VITALIS**— Rua Morais Soares, 69 Tel. 841779; **LINAIDA** — Rua Ferreira Borges, 30 Tel. 660855; **SIMÕES PIRES** — Rua da Prata, 115 Tel. 362350; **LEMOS** — Rua Cidade da Beira, lote 19-A Tel. 331692.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA – Nuno Álvares – Av. Nuno Álvares Pereira, 39 (Telef. 2750504); **COVA DA PIEDADE – Louro** – R. Alexandre Herculano, 6-B (Telef. 2763517); **LARANJEIRO – A. Araújo** – Laranjeiro de Fora; **COSTA DA CAPARICA – Carlos** – Av. do Mar, 34-A, Quinta de St.º António; **SESIMBRA – Lopes** – R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028); **BARREIRO – Central** – Av. Alfredo da Silva, 48 (Tel. 2073207); **SEIXAL – Godinho** –,L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580); **MONTIJO – Diogo** – R. Almirante Reis, 50 (Tel. 2310032); **MOITA – Silva Rocha** – P. da República, 16 (Tel. 239029); **ALHOS VEDROS – Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250); **ALCOCHETE – Nunes** – L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)

Linha de Cascais

ALGÉS – Branco – Av. Comb. G. Guerra, 29 (Tel. 2112081); **ALCABIDECHE – Carvalho** – Até às 21 horas; **PORTO SALVO – Ferreira Bastos** – Até às 21 horas; **CARCAVELOS – Central** – Até às 22 horas; **Vilar** – Até às 24 e das 0 às 9 horas; **S. DOMINGOS DE RANA – Godinho da Silveira** – Av. Sabóia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS – Godinho** – Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039) Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAÇO DE ARCOS – Godinho** – Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039), Até às 24 e das 0 às 9 horas;**OEIRAS: Central,** R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058). Até às 22 horas; **NOVA OEIRAS, Leal, Até às 21 horas;PAREDE: Alair,** Av. Gago Coutinho – B.º das Caixas de Previdência (Telf. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas. **Junqueiro,** até às 21 horas. **AMOREIRA: Amoreira,** (Telefs. 262313/267314). ASté às 24 e das 0 às 9 horas.**CASCAIS: Cordeiro,** Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170) Até às 21 hora s. **A. Costa, R. Freitas Reis, 24– C (Telef. 280214). Até às 24 e das 0 às 9 horas.**

Linha de Sintra

AMADORA – Amadora – P. 28 de Maio, 3-A. Tel. 935518. Permanente; **Clabel** – R. António Sardinha, 23-D. Tel. 933303. Até às 22 horas; **DAMAIA – D. João V** – Av. Gurgel do Amaral, 2-A. Tel. 970461; **QUELUZ – Queluz** – Av. Miguel Bombarda, 123-A. Tel. 951841; **CAMARATE – Batalha** – R. Avelino S. Oliv.ª, 5. Tel. 2518669; **CACÉM – Central** – R. Elias Garcia, 55. Tel. 2940034; **MEM MARTINS – Química** – Est. Mem Martins, 285. Tel. 2914103. Permanente; **AGUALVA-CACÉM – Mira Sintra** – P.N Torre, 310. Até às 20.30; **MERCÊS – Claro Russo** – Até às 21 horas; **RIO DE MOURO – Riomouro** – Av. Óscar Mont.º Torres, 8. Tel. 2960194. Até às 23 horas; **SINTRA – Misericórdia** – Vila. Tel. 2930391. Permanente; **COLARES – Abreja** – Tel. 299088.

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

MARTINO, SUCR. — Pr.ª Marquês de Pombal, 122 Tel. 480747; **POMBEIRO** — Campo dos Mártires da Pátria, 152 Tel. 311295; **PRELADA** — Rua Central de Francos, 316 Tel. 64312, **AMEAL** — Rua do Ameal, 1227 Tel 483550; **CAMPO ALEGRE** — Rua do Campo Alegre, 723 Tel. 62245, **PENISULAR** — Rua Chã, 100 Tel. 20707, **S. LÁZARO** — Av. Rodrigues de Freitas, 297 Tel. 27043.

(De dia e toda a noite)

MELO TAVEIRA — Rua Alcaide de Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua de S. Roque da Lameira, 1111 Tel. 51739; **SÁ DA BANDEIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236 Tel. 22164; **FERREIRA DA SILVA** — Rua dos Mártires da Liberdade, 150 Tel. 24023.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

S. JOSÉ — Arcos do Jardim Tel. 24697; **M. NAZARÉ** — Av. João das Regras, 132 Tel. 23033.

cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade
SALA A
14.30, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45 h
Não acons. men. 18 anos
HOLOCAUSTO 2000
SALA B — (M. 13 anos)
Às 15, 17, 19, 21.30 e 23.45 horas
A VINGANÇA DA PANTERA

ALVALADE 897480
Av de Roma
15.15, 18.15 e 21.30 horas
Não ac. men. 13 anos
Eles estão de volta
TRINITÁ COWBOY INSOLENTE
Com: Terence Hill e Bud Spence
3.ª semana

APOLO 763319
Av Julio Dinis 10-A
Atenção: 5 sessões diárias
13.30, 16.15, 19, 21.30 e 24
Peter Ustinov, Jane Birkin e Mia Farrow em:
MORTE NO NILO
Int. men. 13 anos
Um filme de John Guillemin
Technicolor

AVIS 547163
Av Duque D Avila 45
Às 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Ele odiava a guerra mas combateu dois exércitos!
Com: Rossano Brazzi e John Saxon

BERNA 776098
Av Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Música original escrita e interpretada poe Bee Gees
12.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite

CASTIL 580194
Rua Castilho
Às 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos
BECO SEM SAÍDA
Com: Dustin Hoffman e Theresa Russel

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30
Int. men. 18 anos
«Premiado com a Palma D'Ouro no Festival de Copenhaga em 1977» Pornográfico
PRAZERES SUPREMOS
Às 24 h. Grupo D Maiores 18 anos
O HERÓI DO ANO 2000

CINE CAMÕES 324194
Rua do Loreto 15
As 14.15, 16.30 e 21.30 horas
Para todos (M. 6 anos)
Um filme de Franco Rossi
OS DOIS MISSIONÁRIOS
Com: Terence Hill e Bud Spencer
Às 19 h. N. ac. m. 13 anos
ONDE FICA A GUERRA

CITY CINE 549999
Rua Tomas Ribeiro 34
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
Para todos
SOU TÍMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione
Às 23.45 horas
LIGAÇÕES PERIGOSAS

CONDES 322523
Av da Liberdade 2
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Para todos
É uma loucura de rir sem parar!
O INCORRIGÍVEL TEIMOSO
Com: Louis de Funés e Annie Girardot
3.ª semana

DOIS MIL 2100055
Av Bombeiros Voluntarios
Lote 113 Alges
Às 15.30, 18 e 21.30 h.
AS RODAS DA FORTUNA
Não acons. men. 13 anos

D. JOÃO V 971794
Praça Centro Comercial Damaia
Às 21.15 h.
POEMA DE AMOR
Não acons. men. 13 anos

EDEN 320768
P dos Restauradores 21
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h.
Não acons. men. 18 anos
Com: Roy Scheider, Lorraine Gary e Murray Hamilton em:
TUBARÃO 2
Um filme de Jeannot Szwarc

ESTÚDIO 555134/5
Av Afonso Henriques 35
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Filme de qualidade de Luigi Comencine
DELITO DE AMOR
A sessão da noite de 31 termina antes das 23.30 horas

ESTÚDIO 444 779095
Av Defensores de Chaves 83
15.30, 18.30 e 21.30 h.
Int. men. 13 anos
MORTE NO NILO
Com: Peter Ustinov, Jane Birkin, Mia Farrow e David Niven
O filme começa 5 minutos após o início do espectáculo
3.ª semana

EUROPA 661016
R Almeida e Sousa 35
Às 15.15 e 21.30 horas
Grupo B m/10 anos
O filme que fez a comédia avançar 100 anos!
OS GLORIOSOS MALUCOS DAS MÁQUICAS VOADORAS
Sarah Miles, Alberto Sordi, Terry-Thomas e Irina Demick
Quinta-feira à tarde
LOVE STORY
Não acons. men. 18 anos

IMPÉRIO 555134/5
Al Afonso Henriques, 35
15.15, 18.30 e 21.30 h.
3.ª semana
É uma loucura de rir sem parar!
Louis de Funés e Annie Girardot em:
O INCORRIGÍVEL TEIMOSO
O grande divertimento das festas
Para todos

LONDRES 801313
Av de Roma 7-A
Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.45 h
A GRANDE DECISÃO
de Herbert Ross
com Anne Bancroft e Shirley MacLaine
Não acons. a men. 13 anos
6.ª semana

MONUMENTAL 555131
P Duque de Saldanha
15.15, 18.15 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
A mais explosiva aventura!
OS COMANDOS DE NAVARONE

MUNDIAL 538743
R Martens Ferrao 12-A
Às 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos
A VERDADEIRA HISTORIA DE FRANKENSTEIN
(The True Story)
Com: James Mason, Leonard Whiting e David MacCalum

NIMAS 574362
Av 5 de Outubro 42-B
às 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Galardoado com 7 Óscares
PROVIDENCE
A obra-prima de Alain Resnais com Dirk Bogard e Ellen Burstyn
8.ª semana

NOVOCINE 840678
Av General Roçadas 7
As 15.15 e 21.15 horas
Um Western diferente
A COLINA DOS SARILHOS
Com: Terence Hill e Bud Spencer
Não acons. men. 18 anos

ODEON 326283/4
R Condes 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.15 h
Não acons. men. 13 anos
A DEUSA DO AMOR
ATENÇÃO: O filme é projectado no início da sessão
4.ª semana

PATHÉ 821933
R Francisco Sanches 122
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
Para todos
Ele aí está Bud Spencer
O MURRO ATÓMICO
Com Ciherbert e Lom e James Colo Colorido
2.ª semana

POLITEAMA 326305
R Portas de St.º Antao
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
(Maiores 6 anos)
Cantinflas em
O POLÍCIA 777
(O mais giro polícia do Giro...)
NOTA: TODOS os espectadores ficam habilitados a uma motorizada Honda Camino oferta da IBA, LDA, a sortear no último espectáculo

QUARTETO 771378
R Flores do Lima 16
SALA 1 — Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 23.30 horas (18 anos)
ALTA ANSIEDADE
SALA 2 — As 15, 17, 19, 21.15 e 23.30 horas (13 anos)
DELITO DE AMOR
SALA 3 — As 15, 17, 19, 21.15 e 23.30 horas (Int 13 anos)
ISABEL E O DESEJO
SALA 4 — Às 14.30 , 16.45, 19, 21.15 e 23.30 horas (Int. 18 anos)
O EXPRESSO DA MEIA-NOITE

RESTELO 610375
Av. Torre de Belém e 21.30 horas — Às 15 18.15 — Não ac. m 18 anos
Um filme de desespero e coragem!
Uma produção de excepcional categoria!
O EXPRESSO DA MEIA-NOITE
Um filme de Alan Parker
Com: Brad Davis, Randy Quaid, Bo Hopkins

ROMA 887778
Av de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30 e 21.30 horas
M. 6 anos
O CANTIFLAS EM O POLÍCIA 777
O agente irresistível, vive e deixa viver...

ROXY 548560
Av Almirante Reis, 20
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 h.
O filme mais genuinamente divertido do ano!
FEIRA DO RISO
Um filme de Jamie Uys – Colorido
Maiores de 10 anos
3.ª semana

SÃO JORGE 579144-579344
Av da Liberdade 175
Às 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Boas Festas para todos com o INSPECTOR E A PANTERA
A VINGANÇA DA PANTERA
Com: Peter Sellers e Dyan Cannon
2.ª semana

SATÉLITE 562632
Av Fontes Pereira de Melo 61
Às 13.30, 16.15, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos
A mais célebre história de amor e mistério de Agatha Christie
MORTE NO NILO
Peter Ustinov, Jane Birkin, Mia Farrow,
3.ª semana

STAR 804210
Av Guerra Junqueiro 14 C
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.45
Não acons. men. 13 anos
Um filme de Billy Wilder
O SEGREDO DE FEDORA

TERMINAL 371573
Estação do Rossio
as 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 horas
OS NOSSOS 15 ANOS (DIABOLO MENTHE)
Um filme de Diane Kurys
Não acons. m. 13 anos

TIVOLI 570595
Av da Liberdade 188
às 14, 16.30, 19 e 21.30
Para todos
Um maravilhoso conto do Natal!
A DAMA E O VAGABUNDO
Falado em português
Um filme Walt Disney Productions
Technicolor

VOX 880808
Av Fr Miguel Contreiras Lote 879
Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.45 h
Para todos
SOU TÍMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione

PALÁCIO FOZ 367031
P Restauradores
RETROSPECTIVA FEDERICO FELLINI
Às 15.15, 18.15 e 21.15 horas
Não acons. men. 18 anos
OS INÚTEIS
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural com a colaboração do Instituto Italiano de Cultura em Portugal

OUTROS CINEMAS

Lisboa

BARRACA — «Zé do Telhado», às 21.30 (13 anos)
A.B.C. — «Direita Volver», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
COLISEU — «Circo de Natal», às 21.30 (6 anos)
TEATRO ABERTO — «Crónica Atribulada de Esperançoso Fagundes», às 21.45 (13 anos)
VASCO SANTANA — «O Pecado do Saiote», às 21.30 (13 anos)
COMUNA — «Homem Morto Homem Posto», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE — «Ninguém», às 21.30 (13 anos)
MONUMENTAL — «Um Zero à Esquerda», às 21.15 (13 anos)
LAURA ALVES — «Meninos Vamos ao Vira», às 20.30 e 22.45 (18 anos)

OUTROS CINEMAS

Lisboa

OLÍMPIA — «O Mundo do Sexo», Sessões Permanentes (18 anos
JARDIM — «Cães de Palha», às 21.15 (18 anos)
MOSCAVIDE — «Violência e Paixão», às 21.30 (13 anos)
LUMIAR — «A Garota do Gangster», às 21.30 (18 anos)
CINEARTE — «O Soldado Aventureiro», às 21.30 (6 anos)

PROMOTORA — «O Regresso de King-Kong», às 21.15 (13 anos)

SACAVÉM – S. José, «As Balas Nunca se Perdem», às 21.30 (13 anos).
ALHANDRA – Salvador Marques –«Violência em Nápoles», às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

PAREDE – Royal-Cine – «O Comboio do Terror», às 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Casino – «As Grandes Esperanças», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL – Palácio – «O Juiz Assassino» às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Impala – «Colapso» às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

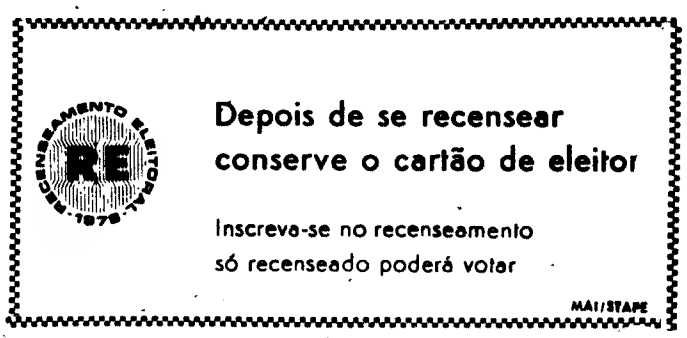
AMADORA – Lido – «Capricórnio Um», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «A Feira do Riso» às 21.30 (13 anos)

Outra Banda

ALMADA – Academia – «O Monte dos Vendavais», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Incrível – «Prestígio Real», às 21.15 (13 anos)

Porto

LUMIERE-L – «Negócios à Italiana», às 21.30 (13 anos)
COLISEU — «O Cão», às 21.30 (18 anos)
S. JOÃO — «Morte no Nilo», às 21.30 (13 anos)
CHAPLIN — «Paulo o Frio», às 21.30 (13 anos)
OLIMPIA – «O Murro Atómico», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO — «E a Recompensa Chegou», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO — «Tubarão 2», às 21.45 (18 anos)
CARLOS ALBERTO — «O Polícia 777», às 21.30 (6 anos)
ESTÚDIO 400 — «7 Contra Todos», às 21.30 (6 anos)
CHARLOT — «Os Nossos 15 Anos», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «A Dama e o Vagabundo», às 21.30 (6 anos)
BATALHA — «Os Canhões de Navarone», às 21.30 (13 anos)
SALA BEBÉ — «Uma Vida Difícil», às 21.30 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA — «É! A Vida é Assim!», às 21.30 (13 anos)
FOCO — «Saturday Night Fever», às 21.45 (13 anos)
JÚLIO DINIS — «Prestígio Real», às 21.15 (13 anos)
RIVOLI — «O Espírito do Ladrão», às 21.30 (18 anos)



DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
• ADMINISTRAÇÃO RUA CASTILHO 185 1.º TELEFONES 654531/2/3
• REDACÇÃO PUBLICIDADE E SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
TELEFONES 321154/5 320271/2/3 320279 372781/2
PUBLICIDADE 368749
• SERVIÇO NOITE (DEPOIS DAS 21)
PORTEIRO 321154
• ENDEREÇO TELEGRAFICO DIBOA TELEX 12383 LISBOA PORTUGAL
• DELEGAÇÃO DO PORTO
RUA DO ALBADA 38 2.º TELEFONES 29984/5

29 mortos e desaparecidos no desastre do petroleiro

Continuação da pág 1

carga de 110 mil toneladas de ramas.

Círculos diplomáticos gregos em Madrid informaram que o mar tempestuoso causara, segundo se crê, o rombo no casco do «Andros Patria».

Após o rombo se abrir, registou-se uma explosão, seguida de incêndio, possivelmente devido a um curto circuito, e a maioria dos tripulantes abandonou o barco, prosseguiram as fontes.

Contudo, o fogo extinguiu-se por si e os três tripulantes, que se recusaram a embarcar nos salva-vidas, foram salvos.

O contra-mestre do barco, Evangelos Milas, que veio para a Corunha de helicóptero, disse a repórteres que nunca acreditara sair vivo do petroleiro.

«Ocorreu uma segunda explosão e o navio começou a meter água. As ondas atingiram cinco metros acima do tombadilho», disse.

«Sabíamos que nada podíamos fazer a bordo, embora tentássemos ainda fazer navegar o barco. Tínhamos realmente medo e pensávamos que nunca nos salvaríamos», acrescentou.

Quando a tragédia se registou, o «Andros Patria» levava 208 mil toneladas de ramas do Golfo Pérsico para Teerão.

11 mortos na estrada desde o meio-dia de 29

Desde as 12 horas do dia 29 até ao momento, registaram-se nas estradas 204 acidentes, os quais provocaram 11 mortos, 116 feridos graves e 112 feridos ligeiros, segundo informação da Brigada de Trânsito da GNR.

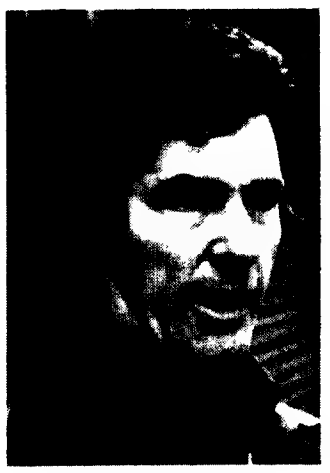
Entretanto, é de registar que o movimento de entradas e saídas em Lisboa, por altura da passagem do ano, não chegou a causar os habituais grandes engarrafamentos. Também nas estradas do Norte o movimento foi inferior ao habitual na «quadra».

(Hoje 28 Páginas)

SWEET YOUNG LONDON
DESDE 5500,00
INCLUI: Voo de ida e volta
1 noite em Hotel de Jovens
1 guia de Londres para Jovens
(Necessario Cartão Int. de Estudante ou Jovem)
TURISMO JUVENIL
P. de Londres 9 B Lisboa Tel 88 49 57
Sede R. Eça de Queiras 20 A Lisboa Te 54 86 85
Tagus

Vítor Serpa

Vítor Lima



Joaquim Maria Paquete

Manuel Guerreiro

Lídia Maria dos Santos Francisco

Irmã Otilde

Que espera de 1979?

Depois de um ano, marcado por mudanças que afectaram a maioria do povo português (no sentido negativo), começou um novo ano que se anuncia talvez pior. As previsões, tendo em conta as condições políticas, apontam para um agravamento do custo de vida, do desemprego, do problema da habitação.,. Enfim! Este ano de 1979 surge sob os auspícios de um futuro turvado por ameaças. Os «astros» parecem não lhe ser favoráveis. No entanto enquanto há vida, há esperança...

E às vezes a força do povo pode mudar o curso da linha traçada pelos astros. Quem sabe?

Num inquérito, na rua, ouvimos algumas pessoas sobre as esperanças que as animam para o ano de 79. A tónica geral das respostas coincide com um certo pessimismo, embora também tivéssemos encontrado em algumas delas aquela **força** que nos faz pensar: perder uma batalha não significa perder a guerra...

MAIS UM ANO

Vítor Serpa, empregado de escritório:

«Não espero absolutamente nada do ano de 79. Sou descrente das resoluções rápidas. Acho que no aspecto político e económico as coisas têm tendência a piorar. No respeitante à vivência penso que não é num ano que as pessoas vão realizar os seus anseios. Existe-se. Vive-se. Para mim o ano de 79 é mais um ano...»

Vítor Lima, licenciado em Finanças, funcionário público:

«Não espero nada de especial. Acho que o ano de 79 vai ser igual ao de 78... ou pior. Vai, certamente, haver mais desemprego, mais dificuldades para as classes trabalhadoras. Penso que se nota uma certa tendência para a desmobilização – para o acomodar a uma situação. E tenho esta impressão porque não acredito nas forças políticas que estão no Poder. Também não acredito que as pessoas estejam interessadas em arriscar seja o que for...»

Joaquim Correia Paquete, operário metalúrgico:

«Tenho esperanças que o ano de 79 seja melhor que o anterior. A organização dos trabalhadores, a CGTP-Intersindical e os partidos que defendem os seus interesses, ou seja o PCP, certamente saberão encontrar uma saída. O processo é irreversível. Não acredito que o tempo volte para trás. O actual Governo não satisfaz as necessidades do povo português mas os trabalhadores têm uma palavra a dizer. Espero que para meados do ano em curso o andamento das coisas se clarifique e que os trabalhadores vejam os seus problemas resolvidos.»

TRABALHAR! TRABALHAR!

Manuel Guerreiro, gerente de uma empresa de construção civil:

«Isto está cada vez pior. Se os trabalhadores não trabalharem como deve ser não é possível uma melhoria de vida. O povo para vencer tem de trabalhar. Se não produzirmos nada feito... Não podemos viver de esmolas. Quem dá uma vez não dá segunda... Enquanto os chamados trabalhadores não aumentarem o seu ritmo de produção o País vai continuar na miséria. Política? Não percebo nada. Mas penso que mais valia terem deixado tudo como estava antes do 25 de Abril.»

Lídia Maria dos Santos Francisco, empregada da panificação:

«Espero que este ano seja melhor que o passado. Tenho dois filhos – um de 19 e outro de 17 anos – para quem espero um futuro razoável. Claro que as coisas não podem mudar de um momento para o outro. Tudo leva o seu tempo. Apesar da política estar muito complicada julgo que vamos ainda viver bons tempos. É verdade que a vida está cada vez mais cara, que abrimos o porta-moedas e chegamos a casa sem nada no cesto de compras. Mas antes do 25 de Abril cheguei a querer comer e não ter dinheiro para comprar comida. Agora eu e o meu marido ganhamos muito mais. Ainda que a vida esteja cara sempre temos dinheiro para comprar o que nos faz falta.»

NAS MÃOS DE DEUS

Irmã Otilde, freira:

«Não tenho esperanças nenhumas. Cada vez há mais gatunagem: roubam, incendeiam, matam. Nunca se viu Portugal como agora. Dantes havia mais segurança. O futuro está nas mãos de Deus. O ano passado não foi bom... Se Deus quiser este ano talvez haja uma mudança para melhor, embora me pareça que isto já não tem emenda...»

DESAIRE PARA A FRETILIN

Morte de Lobato anunciada em Jacarta

Fontes oficiais anunciaram em Jacarta a morte do presidente da FRETILIN, Nicolau dos Reis Lobato, após combate com unidades das forças de ocupação indonésias, em Timor-Leste. A notícia não foi confirmada pelo movimento de libertação de Timor que se opõe pelas armas ao domínio estrangeiro na ex-colónia portuguesa. A ocupação foi declarada recentemente ilegal pelas Nações Unidas e constitui fonte de tensão nas relações Lisboa-Jacarta.

A morte de Reis Lobato foi anunciada em comunicado das forças armadas indonésias. Segundo este, Lobato fora abatido com outros companheiros de armas nos montes Maubese, a cerca de 70 quilómetros de Dili. O seu corpo teria sido posteriormente transportado para a capital daquele território sob dominação estrangeira e identificado, na presença do ministro indonésio da Defesa, Mohamad Ysuf, por antigos combatentes da Fretilin e familiares. A sua arma pessoal, uma carabina automática M-16, encontrar-se-ia agora a caminho de um museu militar, em Jacarta, segundo as mesmas notícias.

O comunicado militar não especificava quantos camaradas de Lobato teriam sido abatidos na mesma altura

Antifascistas formam comissão para defesa da liberdade de informação

A formação de uma Comissão Nacional para a Defesa da Liberdade de Informação, integrada (e a integrar) por personalidades antifascistas «das mais variadas tendências e quadrantes políticos sem qualquer espécie de descriminação», foi esta manhã anunciada no decorrer de uma reunião com os jornalistas, realizada na Casa da Imprensa. Na mesa encontravam-se os advogados António Goucha Soares e Jorge Fagundes, o padre Jardim Gonçalves e os jornalistas João Espada e João Paulo Oliveira.

João Espada, antes de se debruçar sobre os objectivos imediatos da Comissão, revelaria já terem igualmente aderido à iniciativa Alcina Bastos (do Conselho Nacional do MDP), Luísa das Neves, Manuel Pina e os jornalistas Cesário Borga, Acácio Barradas e Manuel Geraldo. Tendo também já sido estabelecidos contactos, entre outros como Ruy Luís Gomes, José Morgado, Goullart Marchado e Vasco da Gama Fernandes.

De acordo com João Espada, na origem desta Comissão estariam os recentes atentados à liberdade de expressão consubstanciados nas apreensões e buscas aos semanários «Voz do Povo» e Página Um», efectuadas pela Polícia Judiciária, na sequência da publicação de um cartaz da OUT, de crítica à actuação do general Ramalho Eanes, o processo de desintervenção no «Diário de Lisboa», e as ingerências de Proença de Carvalho na RDP e RTP, que levaria nesta última à demissão de Miguel Graça Moura. João Espada consideraria estas acções «como um grave atentado contra as vozes democráticas» susceptíveis de augurarem novas atitudes arbitrárias do poder, pelo que urge alertar a opinião pública para os perigos e ameaças que pairam sobre um dos mais importantes direitos constitucionais, vitória de Abril, que é a liberdade de expressão.

Referindo-se «aos dois pesos e duas medidas» que as autoridades civis e militares deste País parecem ter para pautar a informação dos jornais democráticos e de direita e extrema-direita, João Paulo de Oliveira teria oportunidade de se referir ao horóscopo e a uma notícia vindos a lume no último número de «O País», relativamente à polémica entre Salgado Zenha e Kaúlza de Arriaga, em que se faz claramente alusão à necessidade «de uma acção militar patriótica destinada a delapidar os traidores». «Isto poderá ser apenas um delírio, como poderá também ser o noticiar de um golpe de direita em preparação, já em Janeiro de que o jornal estaria assim perfeitamente informado. Ora estes casos, que se poderiam multiplicar por mil, e que subvertem claramente a ordem constitucional, parecem não preocupar as autoridades, o mesmo já não acontecendo em relação à Imprensa democrática», frisaria João Paulo Oliveira.

João Paulo de Oliveira afirmaria achar, entretanto, oportuno «para evitar interpretações menos correctas» focar o facto desta Comissão, enquanto «movimento cívico de opinião pública» não vir interferir com o Sindicato de Jornalistas, dado «serem órgãos diferentes que não se confundem nem se complicam».

A terminar, João Espada revelaria já existirem, neste momento, vários comités de apoio, integrados nesta Comissão Nacional, na Holanda, França e Bélgica.

As relações com Conakry

Continuação da pág. 1

amizade e de cooperação frutuosa» entre os dois povos.

Após a assinatura do acordo, o representante português e o embaixador Barry Biro (que acumulará, em Bissau, a representação diplomática do seu país com Lisboa e ex-Guiné portuguesa) proferiram algumas palavras, tendo o representante de Skou Touré exaltado a importância do 25 de Abril para a libertação dos povos português e dos novos estados africanos.

Barry Biro referiu também a «disponibilidade total» do seu país para o desenvolvimento das relações bilaterais aos mais diversos níveis, salientando, a propósito, a importância de uma «nova ordem económica internacional» que beneficie europeus e africanos. Registe-se, a propósito, que Sekou Touré, visitou já no decorrer do ano findo uma vintena de países, parecendo interessado numa maior abertura na política externa de seu país. Admite-se, por outro lado, que a intensificação das relações com a França (Giscard visitou em Dezembro Conakry) terá pesado na nova orientação.

Oficial assassinado em San Sebastian

Indivíduos armados mataram a tiro esta manhã, no centro de San Sebastian, o ajudante do governador de Guipuzcoa, uma das quatro agitadas províncias bascas. O oficial, major do Exército, de nome Jose Maria Herrera, foi abatido com vários tiros na nuca no momento em que saía de casa. Os atiradores lograram escapar.

O Governador Civil da província de Guipuzcoa, de que o major Herrera era adjunto, é o representante hierárquico supremo de Madrid na província. O major Herrera é a primeira vítima de um atentado terrorista em Espanha no ano de 1979. No ano passado, 97 pessoas foram assassinadas no país.

Menos de duas horas depois do tiroteio em San Saebastian, um sapador da polícia morreu numa explosão em Pamplona – capital da quarta província basca, Navarra.

AMANHÃ NO "DL"
Portugal: transição para "nova" dependência
por MÁRIO MURTEIRA

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO

Síntese da vida internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 1/79

Terça-feira, 2 de Janeiro de 1979

África Austral: Análise de Samora Machel - 2

Turquia : A beira da guerra civil?

São Tomé: Organizações populares

Árctico: Através dos gelos

Venezuela: País com futuro solicita capital

A REVOLUÇÃO CUBANA TEM 20 ANOS

Fez ontem vinte anos que os guerrilheiros barbudos entraram triunfalmente em Havana, varrendo o regime ditatorial de Batista e instaurado pela primeira vez na História do continente americano uma sociedade socialista. De 26 de Julho de 53 a 1 de Janeiro de 59, os revolucionários cubanos, sob a orientação de Fidel Castro, e com a participação heróica de homens de outros países (o mais destacado dos quais foi o argentino Che Guevara), empenharam-se no combate armado contra uma das ditaduras mais sangrentas e corruptas da América Latina.

Quando entraram em Havana, fizeram-no como vencedores absolutos, porque contavam com o apoio decidido das massas populares. Devido a esse apoio, nunca desmentido, e, graças à ajuda dos países irmãos, Cuba pôde vencer o bloqueio imperialista, as agressões as tentativas de invasão, os actos terroristas, as dificuldades de uma economia de monocultura, os problemas da dependência.

A diferença entre o regime socialista e o regime capitalista tem no Estado cubano uma ilustração exemplar. Esse pequeno país não tem analfabetos, nem favelas, nem prostituição, nem fome.

Na próxima semana, o «Exclusivo» fará um número especialmente dedicado à Revolução Cubana, destacando algumas das conquistas mais importantes do regime há vinte anos implantado num pequeno arquipélago situado junto dos Estados Unidos. ●

A nova face da economia americana

■ **Jacques Attali**

□ **Le Monde**

A primeira coisa que o jovem industrial do Michigan fez, quando foi nomeado director do Ministério do Interior na administração Carter, foi despedir um quarto dos funcionários da sua administração central, mostrando-se assim consequente com aquilo que pensava saber sobre a burocracia washingtoniana. Dois meses mais tarde, ao ser chamado a responder perante uma comissão de inquérito do Senado, sobre os perigos para o meio ambiente das explorações petrolíferas no Alasca e tendo tomado conhecimento da importância do aparelho de inquéritos de que dispõe o Congresso, pretendeu para preparar a audiência, convocar os peritos do Ministério em questões de petróleo. Mas foi impossível encontrá-los pois faziam parte do pessoal cujos serviços haviam sido dispensados. Actualmente o jovem director procura reconstituir os seus serviços.

Exemplos deste género abundam na actual administração americana. Não se trata de episódios anedóticos mas de factos que ilustram uma nova realidade que é ainda mal compreendida porque se encontra deformada por análises superficiais e tendenciosas. É por isso que é possível afirmar que os mitos divulgados na Europa acerca de uma pretensa renovação liberal e o regresso a um capitalismo sem Estado, não só não assentam em nenhuma base real como são prejudiciais (porque podem levar os que neles acreditam a graves erros de análise em relação à estratégia económica dos Estados Unidos e às suas consequências na economia mundial e em particular europeia).

Caminha-se para um reforço do aparelho de Estado

É certo que se houve falar muito actualmente de «desregularização». É verdade que a «proposta 13» que reduz os recursos fiscais do Estado californiano e uma lei semelhante no Tenessee, constituem a base eleitoral de numerosos candidatos conservadores à fase primária das eleições senatoriais e governamentais de Novembro próximo. É finalmente exacto que os homens de negócios ultraliberais fazem ouvir as suas opiniões. Mas, na realidade, tudo isto constitui a aparência e não a estrutura da mutação actual dos Estados Unidos.

A «desregularização» nunca foi entendida como um ingénuo regresso ao mercado mas, pelo contrário, como um processo de aumentar a eficácia das despesas públicas. A «proposta 13» conduz a uma reprivatização de vários serviços públicos e, talvez sobretudo, a deslocar o poder financeiro das autoridades locais para o Governo Federal. O principal debate sobre as despesas públicas incide, não sobre a sua redução mas sobre as formas de generalização da segurança social.

O próprio contexto ideológico não é exactamente igual ao que nos tem sido descrito: onunca o pensamento radical esteve tão florescente, tão sério, tão enraizado na comunidade científica e universitária, enquanto os mestres americanos dos autoproclamados «novos economistas» franceses, tais como Buchanan, Tullock ou Becker, estão completamente esquecidos pelos principais círculos académicos e dirigentes americanos.

Nunca o poder das grandes empresas americanas se apoiou tanto no Estado, para organizar esta imensa transformação de estruturas de produção e dos princípios de política económica, exigida pela crise.

Se quisermos fazer um prognóstico sobre as tendências actualmente existentes podemos afirmar que estamos na véspera de um considerável reforço do aparelho de Estado americano. Não no sentido europeu e clássico do termo, isto é, por um aumento do número de funcionários federais ou um crescimento da percentagem de P.N.B. socializado, nem por uma centralização do poder económico nas mãos do presidente, mas pela construção de um novo Estado que dispõe de poderes de natureza radicalmente nova. A tradicional dinâmica conflitual entre o legislativo e o executivo conduz hoje a um reforço recíproco dos tecnocratas do Parlamento e dos Ministérios no terreno dos novos poderes suscitados pela crise. Apresentamos, em seguida algunsexemplos escolhidos entre os muitos que poderíamos apresentar:

– A Repartição de Análise Tecnológica criada junto do Senado para controlar todas as grandes inovações tecnológicas depois do caso SST (1) encorajou os ministérios a dotarem-se de novos meios, por vezes realmente poderosos, de análise de avaliação do impacto dos progressos técnicos no sector. É assim, por exemplo, que os notáveis estudos que a repartição publicou o ano passado sobre a influência dos sistemas informáticos nas despesas da saúde e da educação levaram o Ministério respectivo a montar a sua prórpia estrutura de controlo tecnológico e de orientação das indústrias de material médico educativo.

– Está em curso uma imensa reorganização do poder nos domínios mais avançados, a saber nas telecomunicações (bancos de dados, satélites de comunicação, mini-informática) provocada pelo relatório de uma subcomissão do Senado. O controlo político deste sector esteve centralizado, até ao presidente Nixon, numa Casa Branca que possuia poucos meios para o fazer. Actualmente a centralização está repartida, com muito amaior competência humana e capacidade financeira, entre o Senado e o departamento do comércio.

Washington, um centro financeiro

– O sistema de financiamento das despesas públicas é desde há cerca de quatro anos objecto de uma imensa e silenciosa reorganização em torno do Estado Federal. Por exemplo, no domínio da saúde, são criadas instituições de planificação dos investimentos hospitalares e um sistema semi-centralizado, único no mundo, de definição de normas nacionais de qualidade, de tratamento e de medicamentos.

– Os estímulos às exportações deixaram de ser meras declarações de boa intenção ou simples subvenções globais desenvolvendo-se agora sob a forma de financiamentos selectivos e de agências de ajuda às PME, sob a égide do Ministério do Comércio, principal beneficiado com a nova evolução dos poderes.

É assim que os centros de decisão se deslocam cada vez mais para Washington. Ninguém tem ilusões a esse respeito. O número de grandes sociedades com sede social em Washington não cessa de aumentar e o valor locativo dos imóveis existentes na capital federal cresce rapidamente.

É frequente ouvir actualmente a seguinte «boca»: «em vez de jogar golfe com o banqueiro e apanhar o comboio para ver o senador, é pre-

▶ 2

O Petróleo e o dólar

5

QUE SAÍDA ESCOLHER?

Este imbróglio de problemas monetários, financeiros e económicos obriga os países da OPEP a procurar outra saída.

Um dos meios encarados é reduzir a produção, para que a procura ultrapasse de novo a oferta. Se os países da OPEP escolhem esta via, o petróleo do mar do Norte e do Alaska não bastará para suprir a eventual brecha. Isto não convém de modo nenhum ao ocidente e, muito menos, aos Estados Unidos. Por isso Washington pressiona a Arábia Saudita para obrigar a aumentar a produção anual até aos 800 milhões de toneladas anuais, até ao meio dos anos 80. Tal nível, pensam os americanos, permitiria satisfazer as necessidades dos EUA e cortar cerce com todas as tentativas dos outros países da OPEP de elevar os preços.

Outro meio possível é renunciar ao cálculo dos preços em dólares, cuja depreciação reduz os rendimentos reais dos países da OPEP. Mas que outra unidade monetária vira substituí-lo?

AS VARIANTES MONETÁRIAS

Primeira variante: utilizar os direitos de saque especiais, moeda artificial do Fundo Monetário Internacional (FMI), criada em 1970, com o objectivo de equilibrar as reservas de divisas. O curso dos DSE é actualmente calculado através duma média ponderada do curso dos câmbios de 16 países capitalistas industrializados, tendo em conta o volume do seu comércio externo (em meados de Fevereiro, um DSE equivalia a 1,21 dólares). E a dita «cesta de divisas», de que também faz parte o dólar americano, e que serve de base de cálculo às divisas de todos os países membros do FMI.

Se o curso do dólar continuar a baixar, em relação às outras divisas ocidentais, os rendimentos dos países exportadores em moeda americana baixarão menos, visto que o dólar apenas representa um terço do «cesto de divisas» de DSE. Isto proporcionar-lhes-á alguns dólares a mais por cada tonelada de petróleo vendido. Embora o lucro comercial não seja importante, não desperdicemos a ressonância política duma tal operação, que seria uma expressão de desconfiança para com a divisa capitalista número um. Mas pode acontecer que ao fim de algum tempo o curso do dólar suba e o das outras moedas ocidentais baixe. Então, se eles calcularem o preço do petróleo em DSE, os membros da OPEP receberão menos dólares.

Os países da OPEP compreendem isto. Os seus especialistas financeiros propuseram então uma outra variante: criar um sistema de estabelecimento de preços com base na «cesta de divisas», mas sem o dólar americano. A comissão económica da OPEP estuda a questão e está pronta a submeter as suas conclusões à próxima conferência. Esta solução do problema monetário corresponderia objectivamente à repartição geográfica das exportações dos países produtores. Não são os Estados Unidos, mas os países da Europa Ocidental e o Japão que compram o grosso do petróleo da OPEP. Por isso o cálculo das receitas na divisa de cada país em separado ou da «cesta» dos seus cursos ponderados, corresponderia melhor ao lugar ocupado por cada país importador no comércio da OPEP. Segundo as previsões, uma baixa de cinco a seis por cento do curso do dólar levaria, se os preços fossem calculados segundo a «cesta de divisas», a uma alta de preços do petróleo em dólares.

Também é preciso não esquecer que os países do Mercado Comum e o Japão gostariam bastante de se libertar da tutela do dólar, quanto mais não fosse quanto ao pagamento das facturas petrolíferas. A CEE possui já uma unidade de conta europeia e Tóquio utiliza largamente o yen nos seus cálculos internacionais.

O comércio mundial do petróleo representa perto dum quinto da totalidade do comércio internacional. Por isso o abandono pela OPEP do cálculo dos preços do petróleo em dólares e a passagem para outras divisas ou para a «cesta» de divisas europeias ocidentais e do yen criaria uma relação de forças monetárias e financeiras absolutamente nova no mundo capitalista. Compreende-se perfeitamente em Washington que tal decisão da OPEP provocaria uma perda considerável de prestígio para a moeda americana e reduziria a influência dos bancos do Wall Street nos mercados monetários. Nada de espantar, portanto, que Washington procure oficialmente acalmar os seus «amigos» na OPEP, prometendo-lhes que manterá a estabilidade do dólar. Mas estas garantias não lhes parecem muito convincentes.

A nova face da economia americana

1 ▶

ferível, nos tempos que correm, fazer o contrário». A imbricação da política económica com as grandes firmas tende a susbstituir a dependência dessas firmas em relação ao sistema bancário.

Não se trata apenas de mudanças de carácter institucional: a uma nova política corresponde uma nova estratégia económica. Com efeito (e ainda que não totalmente explicíta ao nível do executivo, devido a traumatismos recentemente verificados) está em curso uma grande mutação, que se torna evidente através de uma análise dos comportamentos dos poderes da administração, que tende a colocar o Estado ao serviço da realização de uma tripla transformação económica.

–Nas suas técnicas da produção que serão cada vez mais automatizadas reduzindo massivamente o emprego industrial.

–Na produção, que se concentrará nos sectores de elevada tecnologia e nos materiais de base (carvão, agricultura).

–Na procura, que se orientará no interior para novos produtos, tais como a informática individual, incorporada nos bens de consumo e no exterior para os mercados mundiais de amplo consumo.

É assim que podemos afirmar que o objectivo explicito de certos altos responsáveis públicos e privados consiste em passar em cinco anos, a percentagem do comércio externo, em relação ao PNB de 8 para 10 por cento, centralizando a produção nos Estados Unidos em detrimento das próprias filiais americanas na Europa e transferindo para o sector privado uma parte crescente das despesas públicas. A recente evolução relativa das moedas melhorou a competitividade americana.

Num ano os preços dos televisores fabricados nos Estados Unidos

baixaram de cerca de um terço nos mercados japoneses. A General Motors prevê um aumento das exportações para a Europa das viaturas queproduz nos Estados Unidos (aumento, que deverá ser da ordem dos 50 por cento, em dois anos) continuando, no entanto, a ocupar uma parte extremamente fraca do mercado total (1,2 por cento).

Depois da crise

É com esta estratégia que se vai formando a imagem do que será a nova economia americana depois da crise.

No plano interno, teremos uma economia em crescimento medio com um elevado número de desempregados e uma redução muito sensível do emprego industrial e da duração do trabalho; uma sociedade com as normas tradicionais alteradas e caracterizada pela solidão apesar da proliferação dos meios de comunicação; um estado federal mais regulador cibernético do que administrador burocrático, governando mais através da qualidade da lei do que pela força da burocracia, concentrando poderes exercidos até agora pelos Estados, orientando sob a pressão dos grandes grupos de interesses, mas à margem das leis do mercado, os elementos estruturais do crescimento económico, isto é, a tecnologia pesada, as redes de comunicação e a comercialização internacional.

No plano externo o império do dólar será substituído pelo dos dados. A nova economia americana terá cada vez menos interesse em que o dólar desempenhe o papel de moeda de transacção internacional de modo a poder utilizar a arma monetária como instrumento de competitividade e sobretudo para criar mecanismos de auto-constrangimento que permitam melhorar as exportações e fazer economias no plano energético. Contudo, os Estados Unidos não perderiam o seu poder económico internacional. Este ficaria assegurado através do controlo dos principais bancos de dados financeiros e técnicos e das principais redes mundiais de comunicação.

Esta nova economia não vai surgir de um dia para ooutro. A sua realização passa pela ultrapassagem de uma contradição: por um lado a inflação tem de baixar porque depois de ter ajudado à diminuição das dívidas das empresas, prejudica agora a competitividade internacional e a orientação dos investimentos. Por outro lado, o dólar deve manter-se fraco para manter a competitividade. É por isso que a estabilização dos preços não deve acarretar uma alta do dólar.

Um futuro temível

A América parece hoje sem projecto. O que não quer dizer que não tenha futuro. Um futuro temível que deveria conduzir desde já a Europa a tomar posição sobre as questões essenciais levantadas por esta evolução. Ou pelo menos sobre três delas:

1) Deverá a Europa assumir uma parte do fardo económico relacionado com o padrão de trocas internacionais?

2) Deverá a Europa renunciar a uma orientação autónoma da tecnologia e do modelo de consumo, para funcionar como uma filial do sistema centrallzado nos Estados Unidos?

3) Será necessário transformar a administração no mesmo sentido do que se verifica nos Estados Unidos e fazer aparecer um Estado mais cibernético do que mecânico, mais legislador que gestor, submetido tanto ao Parlamento como ao Executivo?

Num momento em que os Governos europeus se obstinam em políticas a curto prazo e em que o executivo americano vagueia sem projecto surge uma administração discreta, eficaz e competente. É ela que instala as bases de uma nova economia americana, elemento essencial do nosso futuro, Se não respondermos aos desafios que nos lança, se continuarmos a acreditar nas virtudes nostálgicas de um liberalismo anacrónico, porque não se preocupa com as causas profundas da crise, a Europa tornar-se-á em breve periférica, no novo sentido que a informática dá a essa palavra.

Pelo contrário, se aprendermos a dirigir essas mutações para as colocarmos ao serviço de um projecto de sociedade, se não nos contentarmos mais em gerir as formas de Estado cada vez menos adaptadas a este fim do século, o tempo poderá avançar de novo na Europa no sentido de uma maior liberdade. ●

(1) – O avião supersónico civil.

A Turquia à beira da guerra civil?

■ **«Le Monde»**

Não podem qualificar-se simplesmente de «terrorismo» os incidentes que durante dias puseram a ferro e fogo a cidade turca de Kahramanmaras, na Anatólia, a 630 quilómetros a sueste de Ankara. Desde o princípio do ano que no conjunto do país os atentados isolados causaram entre 800 a 1000 mortos. Mas estes dias de verdadeiros combates traduziram-se por um balanço de 100 mortos (fontes oficiais) ou 200 (fontes da oposição) e mil feridos. Estaremos a assistir a um princípio de guerra civil? E se assim é, entre quem se trava essa luta?

Quando se trata da Turquia, e, sobretudo, das suas províncias orientais, cujas populações são muito mescladas do ponto de vista étnico e religioso, o conteúdo das lutas é muito difícil de definir, pois vários combates se entrecruzam. As rivalidades das seitas podem provocar confrontos políticos, e o nacionalismo turco, tão vigilante em todos os campos, pode inspirar-se em ideologias marcadas, ora pelo marxismo ora pelo anti-marxismo.

O desenrolar aparente dos combates de Kahramanmaras assemelha-se ao dos incidentes idênticos que se têm produzido em seis cidades do Leste e Sueste da Anatólia desde o princípio do ano. Dois professores progressistas são assassinados no dia 21. No dia seguinte, militantes de extrema-direita impedem a cerimónia religiosa, e, nos seus «slogans» identificam comunistas com «alevitas» (isto é, muçulmanos chiitas). A agitação vai crescendo até que as ruas ficam dominadas pelos homens de mão. No dia 23 são assaltados os estabalecimentos públicos e as sedes dos partidos de esquerda. A 24, um milhar de militantes de direita, entoando «slogans» religiosos, ateia incêndios e pretende dirigir-se à prefeitura e ao hospital para dar cabo de várias centenas de feridos. A chegada de um batalhão de pára-quedistas restabelece a calma.

Como se estivesse à espreita desta oposição para jogar a sua cartada, Suleiman Demirel, chefe da oposição de direita, pede imediatamente a demissão do primeiro-ministro Bulent Ecevit. Ora, Demirel que esteve no poder até Janeiro de 1978, só se manteve na chefia do Governo graças à aliança com as duas formações cuja responsabilidade (pelo menos ideológica) se perfila atrás da anarquia que vêm agora denunciar.

O Partido do Movimento Nacionalista do coronel Türkes dispõe dos seus «camisas negras», comandos de extrema-direita cuja base operária não se pode negar. O Partido de Salvação Nacional de Necmettin Erbakan desenvolve, ao lado dos nacionalistas, uma campanha que associa a industrialização da Turquia, a sua transformação em nação moderna ao desenvolvimento do Islão pela revogação das medidas de laicização de Kemal Ataturk. Demirel, reduzido às forças do Partido da Justiça, não teria qualquer peso político. E assim aí o temos coagido a explorar os tumultos para tentar o regresso ao poder. Não será este o primeiro homem de Estado moderado a manter amizades perigosas.

Não é apenas o acaso que entra em jogo. Este agravamento dos incidentes ocorre justamente, na altura em que Ecevit, regressado de uma viagem pela Escandinávia, obteve uma considerável assistência económica. Há cerca de um ano que ele tenta recompor um país mergulhado em crise profunda, enquanto a Turquia parece ter-se transformado numa base de serviços secretos estrangeiros e organizações clandestinas internas encarniçadas em explorarem as suas divisões para a impedirem de ser senhora do seu próprio destino.

Há demasiados parceiros nos bastidores para que se possa discernir qual deles comanda o jogo. Será que se pretende fazer intervir o Estado-Maior apesar de este se afirmar neutro? É do seu apoio que depende a sorte do gabinete Ecevit. Mas não é de excluir que os chefes militares estejam divididos. No imediato, é difícil compartilhar o optimismo do primeiro-ministro Ecevit. ●

SÃO TOMÉ

Organizações populares enfrentam a agressão

SÃO TOMÉ – Homens, mulheres e crianças de São Tomé e Príncipe fizeram da vigilância popular uma tarefa quotidiana capaz de enfrentar as ameaças de agressão imperialista contra o seu país.

Milhares de habitantes de São Tomé encontram-se já integrados nos recém-criados Grupos de Vigilância e Defesa Popular (GVDP) organização que surgiu em Março do ano corrente, face à iminência de um ataque exterior contra esta nação africana.

Nessa altura o mundo teve conhecimento, através das denúncias efectuadas pelo governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de que a reacção internacional tinha preparado grupos de mercenários destinados a invadir o país.

Barcos e aviões desconhecidos violaram por várias vezes a soberania territorial e os limites marítimos do jovem estado e foi registado o desembarque de indivíduos desconhecidos em zonas afastadas da ilha de São Tomé, uma das integrantes do arquipélago.

O Governo alertou a comunidade internacional para essa situação, explicando que o objectivo da acção era entravar o processo de nacionalização dos meios de produção e das principais actividades económicas, empreendido após a independência (Julho de 1975).

Foi também solicitada a ajuda de outros estados africanos que tinham obtido a sua independência lutando contra o colonialismo português e que foram companheiros de luta de São Tomé e Príncipe naquela etapa histórica.

Os habitantes de São Tomé conseguiram essa solidariedade para reforçar a sua capacidade defensiva. Porém, o factor que mais contribuiu para o malogro dos planos imperialistas foi a mobilização popular para a defesa do país.

De forma espontânea, o povo saíu para a rua para manifestar o seu apoio às medidas do Governo e defender as suas conquistas.

Empunhando paus ou simplesmente desarmados, mas com grande entusiasmo e decisão, militantes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe ou simples cidadãos, ocuparam posições estratégicas para a defesa e centros de trabalho vitais.

Foi, portanto, por vontade própria da população que os grupos de vigilância e defesa popular, institucionalizados pouco depois pela direcção política da nação, se formaram.

Os GVDP, constituídos no país, atravessam agora uma etapa de fortalecimento e organização interna para cumprir eficientemente os seus objectivos.

Ao tornarem-se instrumentos mobilizadores de grande valor para o processo revolucionário, aliaram ao seu trabalho fundamental de vigilância e combate aos inimigos internos e externos a actuação contra os sabotadores do aumento da produção e da produtividade, indispensável para o progresso de São Tomé e Príncipe.

Combater a indisciplina no trabalho, impedir a utilização incorrecta dos bens do povo e contribuir para o desenvolvimento da solidariedade e ajuda mútua entre os habitantes de cada localidade, são tarefas a que os GVDP se dedicaram.

Menos de um ano após o seu aparecimento, representam uma manifestação decisiva da participação directa do povo na defesa das suas conquistas. ●

FOTO EXCLUSIVO

Pesa 278 quilos, chama-se George MacAree e é o homem mais gordo do Reino Unido. Com 55 anos, este peso pesado causa o espanto dos transeuntes, como aconteceu neste dia ensolarado em que ele foi apanhar ar à célebre praia de Brighton (Foto Feriaque)

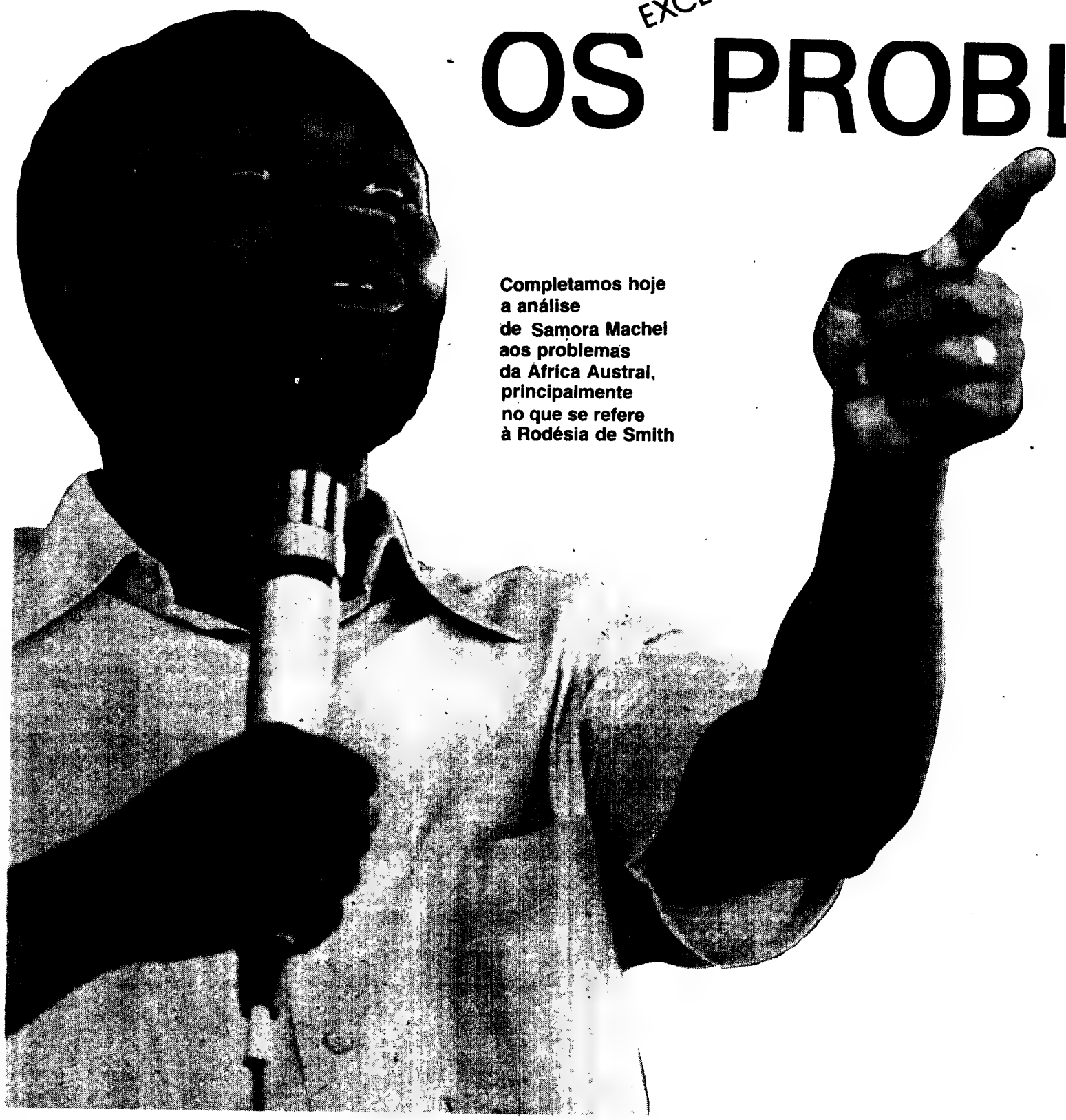
●

Com a aproximação da quadra natalícia, em Leninegrado, surgiram estes três Pais Natal, para a distribuição de brinquedos às crianças da cidade. Repare-se que já não chegam no tradicional trenó, mas de automóvel...

●

Nesta foto Keystone, obtida numa granja do Estado no norte da China, observa-se o trabalho de secagem da soja, que no ano que findou atingiu uma produção recorde

OS PROBLEMAS VISTOS



Completamos hoje a análise de Samora Machel aos problemas da África Austral, principalmente no que se refere à Rodésia de Smith

III

O aliciamento de dirigentes nacionalistas, levando-os à traição, ao suicídio político, é uma das constantes da acção do imperialismo, principalmente através do regime de Smith. No actual governo de Smith, que prossegue a sua política de discriminação e de crimes, participam personalidades que, ainda há dois anos pertenciam à direcção do movimento de libertação do País. Qual foi o itinerário político que os conduziu à posição actual de inimigos do próprio Povo e parceiros de Smith?

O bispo Abel Muzorewa fora escolhido pelos dirigentes nacionalistas na prisão para conduzir a campanha contra as propostas de Smith e Home que a Comissão Pearse submeteu ao Povo do Zimbabwe em 1971/72. O ANC, sob a direcção do bispo, conseguiu na realidade mobilizar o Povo e frustrar este plano do imperialismo.

Contudo, uma vez terminada a missão que lhe fora atribuída, o ANC não se dissolveu e, na prática, tornou-se um partido político. Apesar de terem sido banidos todos os partidos e presos os seus dirigentes, o regime permite a continuação da actividade de Muzorewa. O ANC, em declarações do seu dirigente, toma posição contra a luta armada. É esta a primeira manifestação da contradição entre Muzorewa e a luta de libertação nacional. É este o primeiro sinal de um processo que visa fazer de Muzorewa uma personalidade com audiência internacional, alternativa à luta de libertação. Quando, mais tarde, participa nas várias manobras divisionistas e, finalmente, assina o «acordo interno», Muzorewa não faz mais do que fechar o círculo da sua traição.

O reverendo Ndabaningi Sithole, também membro do Conselho Executivo saído do «acordo interno», foi um dos fundadores e presidente da ZANU. EM 1964 é preso com os outros dirigentes e o seu partido banido por preconizar a via da luta armada. Na prisão, Sithole compromete-se directamente com Derek Robinson, chefe da polícia de segurança rodesina. Com o objectivo de ser libertado mais cedo, Sithole condena publicamente a via da luta armada e os combatentes que lutam e morrem em nome do partido de que ele é presidente. Esta traição de Sithole é o início duma trajectória que o levou, após a libertação, a manobras constantes para destruir a ZANU e, finalmente, à aliança com Smith.

James Chikerema é o «black minister» da Energia, Minas e Obras Públicas do regime. Após intensa actividade política em organizações juvenis nacionalistas, ele junta-se à ZAPU onde ocupa o cargo de presidente em exercício e representante de Joshua Nkomo que se encontrava preso.

As suas tendências regionalistas e a ambição do poder tornam-no facilmente menobrável pelo inimigo. Inicia uma acção divisionista sistemática para destruir a ZAPU. Culmina ZANU e, finalmente, à aliança com Smith.

James Chikerema é o «black minister» da Energia, Minas e Obras Públicas do regime. Após intensa actividade política em organizações juvenis nacionalistas, ele junta-se à ZAPU onde ocupa ão cargo de presidente em exercício e representante de Joshua Nkomo que se encontrava preso.

As suas tendências regionalis-Culmina esta acção desertando do partido que desorganizara e dividira para criar a FROLIZI. Nos últimos anos, junta-se ao ANC de Muzorewa. Ao lado do bispo e com o Acordo Interno completa-se o processo da sua traição.

Entre todos, Muzorewa, Sithole e Chikerema são os mais conhecidos traidores. Com eles estão Nyandoro, Gabela, Maudaza, Malindi e outros. A acção de aliciamento e descrédito de nacionalistas prossegue. Para isso o regime utiliza os mais diversos agentes, chefes religiosos, chefes tribais, homens de negócios, simples cidadãos e colaboradores directos de Smith como Derek Robinson, Ndiweni e Chirau.

Derek Robinson, o recrutador de Sithole na prisão, é o chefe da polícia de segurança do regime.

Ndiweni, promovido a chefe tribal quando exercia funções de agente da polícia, foi ministro no governo da Frente Rodesiana. Chirau, promovido a chefe tribal quando exercia funções de guarda prisional, foi deputado e ministro da Frente Rodesiana.

Estes dois chefes tribais, por ordem de Smith, fundaram em fins de 1976 a ZUPO, na realidade uma subsecção da Frente Rodesiana. Trata-se de uma grosseira tentativa de organizar mais uma força de oposição à influência da Frente Patriótica no seio da população do Zimbabwe. No seio da população negra, a ZUPO actua como departamento da polícia de segurança do regime.

São assim os colaboradores que Smith usa para recrutar agentes e renegados no nosso seio. São assim os lacaios que se atrevem a vir falar em nome do Povo e se pretendem apresentar como defensores da paz e liberdade no Zimbabwe. São assim os traidores a quem o imperialismo quer atribuir a estatura de homens dignos, capazes, e animados de boa vontade para um acordo sólido com a Frente Patriótica.

Quanto a Smith, as suas credenciais são bem conhecidas em Nyazonia, Chimoio, Tembué, conhecem-nos bem as populações fronteiriças do Botswana, Moçambique e Zâmbia, zimbabweanos nos campos de concentração, as viúvas e os órfãos dos mártires diariamente enforcados.

É Smith que cinicamente fala em nome do Povo. É Smith que cinicamente vem junto de nós passar certificados de incapacidade a Muzorewa e Sithole. É Smith que nos insulta ao pensar que pode encontrar no nosso seio o herdeiro do seu regime. É Smith que, com o maior desprezo pela ONU e OUA, pela Comunidade Internacional que apenas reconhece a Frente Patriótica, arrogantemente pretende falar com um único indivíduo. É Smith que, chefe do exército bárbaro dos mercenários estrangeiros, se pretende apresentar perante nós como o defensor da unidade e da paz, o garante da estabilidade e da ordem, o interlocutor razoável que procura o diálogo. É este Smith que tenta com que sejam a Frente Patriótica e os Países da Linha da Frente a legitimar o seu regime racista, rebelde e ilegal, aceitando-o como interlocutor.

IV

Analisando os sucessivos projectos de solução interna da questão do Zimbabwe e a política de aliciamento de antigos dirigentes nacionalistas, é possível compreender os grandes objectivos do mais recente plano de que Smith é porta-voz.

Ao tentar recrutar Nkomo, o imperialismo visa fundamentalmente provocar o fim da luta armada popular, esvasiar a luta de libertação do seu conteúdo verdadeiro. Para isto e coincidindo com a eventual liquidação política de Nkomo, pretenderia criar a divisão da Frente Patriótica, lançar a confusão no seio do Povo e desvirtuar a definição correcta do inimigo.

Ao tentar recrutar Nkomo para o governo de Smith, o imperialismo pretende integrar a ZAPU e receber o seu exército , na perspectiva formulada por David Owen segundo a qual os que são crianças voltam para as escolas, os trabalhadores voltam para as minas, os camponeses voltam para os campos. Na realidade, isto significa desactivar o exército do Povo, desmobilizando os combatentes, os camponeses, operários e jovens, e manter o exército de Smith.

O imperialismo, com a divisão da Frente Patriótica, pretende também isolar Robert Mugabe e apresentá-lo perante a opinião pública como o intransigente , o racista, o extremista, o rebelde. Ao eliminar a Frente Patriótica, ao travar o processo da luta de libertação, o imperialismo garantiria as condições para preservar, no essencial, as estruturas políticas e económicas do capitalismo colonial. No plano internacional, o imperialismo tem por objectivo fomentar contradições entre os Países da Linha da Frente e lançar a confusão no seio da OUA, para eliminar este importante instrumento da causa da libertação da África.

Tentando aliciar Nkomo, o imperialismo quer fazer surgir a luta de libertação como uma guerra civil entre facções do movimento de libertação, confundindo a comunidade internacional e desmobilizando o seu apoio. Estariam criadas, assim, as condições para propor na ONU o levantamento das sanções económicas.

A manobra para o aliciamento de Nkomo visa o envolvimento directo do imperialismo na região. Ao desmobilizar a comunidade internacional, ao colocar no poder um governo fantoche e ao criar um estatuto de guerra civil para a luta de libertação, o imperialismo criaria o pretexto para intervir militarmente na zona e generalizar o conflito ar-

DA AFRICA AUSTRAL
POR SAMORA MACHEL — 2

mado segundo a fórmula que apli-ou já no Vietname e na Coreia, para citar apenas dois exemplos.

Há dois factores determinantes para a intervenção que o imperia-ismo prepara na África Austral. Um é a importância económica e estra-égica da região. A chamada Rota lo Cabo e os grandes recursos minerais existentes começam a ser decisivos para o domínio de secto-es vitais à manutenção da hege-monia imperialista. O outro factor é predominantemente cultural e está igado à natureza racista do impe-ialismo. O destino dos colonos ro-desianos e dos seus bens é um elemento muito importante para a estabilidade interna na República da África do Sul, bastião dos inte-esses do imperialismo na África Austral. Portanto ele precisa de ga-antir e salvaguardar os privilégios los colonos brancos.

O imperialismo ainda usa o re-ime racista de Smith na execução a sua estratégia porque o Zim-abwe não produziu um líder ne-colonialista com prestígio sufi-iente para ser aceite pelo Povo mbabweano e pelo mundo. Foi ara resolver este problema que o mperialismo tentou aliciar Joshua komo. Ao recusar discutir o con-e de Smith sem a presença de obert Mugabe, Nkomo frustrou a portunidade desta fase do plano.

O objectivo fundamental da in-tervenção do imperialismo é de-estabilizar e travar o processo de desenvolvimento dos países pro-gressistas da zona, impedindo que es se libertem da sua dependên-a e garantir a sobrevivência do stema de exploração.

V

As várias propostas apresenta-s pelo imperialismo, quer atra-s da Grã-Bretanha ou dos Esta-s Unidos da América, quer atra-s de Smith ou Chirau, contêm uns aspectos sempre presen-s.

1. Recusam que elas próprias jam o resultado da luta armada. as são apresentadas como via cífica para solucionar o que a via rmada não consegue. O imperia-mo está consciente de que a luta mada é o factor decisivo de evo-ção e das transformações da si-ação no Zimbabwe. Por isso, uando a luta armada se intensi-a, o imperialismo intensifica a a actividade diplomática. O im-erialismo tem consciência de que uta armada é o acto cultural mais evado que liberta o povo dos mplexos derivados da sua explo-ração, opressão e humilhação. Para impedir este profundo pro-cesso libertador, os imperialistas ngajam-se na divisão sistemática Movimento de Libertação, na aminação física ou política dos eus dirigentes.

2. As propostas visam legitimar o regime rebelde e ilegal de Smith considerando-o como parte im-prescindível para qualquer solu-ção. Assim procuram legitimar também os direitos dos colonos. Smith é, para os meios de comuni-cação de massa do imperialismo, o representante dos colonos. A uni-de dos interesses dos colonos é tetizada na unidade em torno de Smith. É significativa e metodolo-gia utilizada pela propaganda im-perialista. Quando, por exemplo, Sithole entrou em dissidência com a ZANU, passou a ser considerado como uma nova parte interessada. Quando aparecem os dois ANC, Muzorewa e Nkomo são conside-rados imediatamente como mais duas partes interessadas. Os im-perialistas vão ao ponto de consi-derarem parte interessada os pró-prios Chirau e Ndwieni organiza-dos numa ZUPO que eles sabem ser criada e financiada por Smith. No que se refere à Frente Rode-siana a atitude do imperialismo é diversa: as várias dissidências que se verificaram no Partido não foram consideradas partes inte-ressadas nas negociações por não representarem ninguém.

Em contrapartida, Sithole e Mu-zorewa, ainda que considerados pelo próprio Smith como não re-presentativos, incapazes e politi-camente inúteis continuam a ser para os anglo-americanos partes interessadas. A finalidade é con-trapor à divisão dos Zimbabwea-nos, a unidade dos colonos.

3. As propostas procuram de-fender a manutenção das estrutu-ras do poder e, portanto, das estru-turas sociais de privilégio. Agi-tando a bandeira do perigo do caos económico e social, o imperialismo pretende na realidade evitar que as transformações politico-sociais do Zimbabwe independente determi-nem um colapso da economia co-lonial e capitalista. É nesta pers-pectiva que recusam sistematica-mente a libertação pela luta ar-mada e procuram transferir o poder das suas mãos manchadas de sangue para aquilo a que chamam «mãos seguras».

4. As propostas procuram salvar os interesses dos colonos e reve-lam a obsessão do imperialismo pela sua segurança. Para o impe-rialismo os colonos são os repre-sentantes da Cultura, da Ciência e do Progresso, o factor da estabili-dade social e a garantia da Civili-zação, a civilização ocidental. Esta é a atitude racista que todas as iniciativas do imperialismo mani-festam.

Para essa civilização crita e oci-dental, a morte de uma dezena de colonos, mesmo que membros de uma organização paramilitar, me-rece maior destaque do que o mas-sacre de 600 zimbabweanos refu-giados.

A sorte dos mercenários conde-nados em Angola mobilizou chefes de Estado. O assassinato quoti-diano dos zimbabweanos nas for-cas do regime ou nas masmorras da polícia merece, quando muito, escassas linhas nas páginas inte-riores dos jornais. Qual seria a reacção da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos da América se os seiscentos e cinquenta refugiados massacrados em Nyazonia fossem ingleses? Qual seria a sua atitude se as dezenas de enforcados e as-sassinados pelo regime fossem norte-americanos brancos? A África está repleta de exemplos re-centes que permitem responder.

5. As propostas tentam fazer com que a independência apareça como concedida, pela Grã-Bretanha ou por Smith, para que não surja como conquistada pelo Povo. É assim que todas elas sur-gem como resultado de gestos de boa vontade e não como determi-nadas pelo avanço da luta. Dimi-nuir a importância da luta armada e desprezar a existência da Frente Patriótica, são objectivos do impe-rialismo para conseguir o cessar-fogo sem negociar.

6. As propostas consideram a República da África do Sul como factor imprescindível na implemen-tação de qualquer acordo que venha a ser estabelecido para a independência do Zimbabwe. A RAS é o gendarme local do impe-rialismo, é a força que garante a defesa dos seus interesses e a de-fesa dos colonos.

VI

Analisámos como o imperia-lismo acciona a sua estratégia das duas alternativas como uma coor-denação impecável. A Grã-Bretanha e Smith são duas faces duma mesma moeda, a moeda do imperialismo.

Smith é apenas o representante dos colonos estabelecidos no Zim-babwe. A sua força, a capacidade de sobrevivência do seu regime residem, desde a proclamação uni-lateral da independência, no apoio do imperialismo. O regime de Smith é um regime anacrónico, um eco de soluções do século passado que o imperialismo sustenta para ganhar tempo, para procurar o seu substituto, a solução neocolonial. Smith é ainda útil para o imperia-lismo. Mas só provisoriamente. Po-rém, o imperialismo é imprescindí-vel para Smith.

É por isso que quando definimos como interlocutor para as negocia-ções a Grã-Bretanha, quando a forçamos a assumir as suas verda-deiras responsabilidades, estamos a fazer uma coisa justa. E, exacta-mente por essa solução ser cor-recta, a Grã-Bretanha mobiliza toda a sua infuência para deixar, de novo, o papel de protagonista. Ela só aparece quando a situação de Smith é desesperada.

A Grã-Bretanha, sendo a po-tência destacada pelo imperia-lismo para zelar pelos seus inte-resses no Zimbabwe, é o único e verdadeiro interlocutor para as ne-gociações.

VII

Quando a nossa economia es-tava em crise de tranformação, quando técnicos estrangeiros abandonavam as nossas unidades de produção, quando os agricul-tores mais importantes matavam o gado, sabotavam as máquinas e deixavam os campos por cultivar, quando o nosso Povo enfrentava a acção enraivecida dos colonos, nós aplicámos as decisões da co-munidade internacional, encer-rando as fronteiras com o regime ilegal. Para o nosso Povo engajado na reconstrução nacional, esta decisão representou um pesado sacrifício económico e financeiro.

Invadidos e agredidos conti-nuamente pela brutalidade assas-sina do regime racista, mantivémo-nos firmes e resolutos no apoio ao Povo zimbabweano. Hoje, com a nossa capacidade de-fensiva reforçada, a nossa firmeza é ainda maior, a nossa determina-ção ainda mais intransigente. O in-ternacionalismo do nosso povo forjou-se e desenvolveu-se na luta armada de libertação nacional alicerça-se em princípios sólidos, vive na nossa prática quotidiana, é um elemento essencial da nossa cultura, da personalidade Moçam-bicana.

Nascida da Luta Armada de Li-bertação Nacional, a República Popular de Moçambique, como País livre e soberano, apoia hoje, e continuará a apoiar, a heróica luta do Povo do Zimbabwe pela sua libertação. Recusamos firmemente a concepção de que a via da luta Armada e a via das negociações sejam, quer alternativas, quer con-traditórias no processo de Liberta-ção Nacional.

Nós não amamos a guerra mas acreditamos que, quando a con-tradição é antagónica e insolúvel, só a guerra traz a paz. O nosso Povo costuma dizer que «para tomar chá é preciso aquecer a água». As conversações são um factor importante da vitória mas não são um factor decisivo.

Estamos certos de que, nestas circunstâncias, as negociações são sempre um resultado da luta armada vitoriosa. A República Po-pular de Moçambique considera que a luta armada é o factor princi-pal e decisivo da vitória. A Repú-blica Popular de Moçambique apoia o povo zimbabweano na sua justa luta armada pela Libertação da Pátria. A República Popular de Moçambique apoia resolutamente a Frente Patriótica, representante legítimo das aspirações do Povo do Zimbabwe.

Zimbabwe será independente. O Povo do Zimbabwe vencerá.

A África triunfará.

A LUTA CONTINUA».

Nkomo

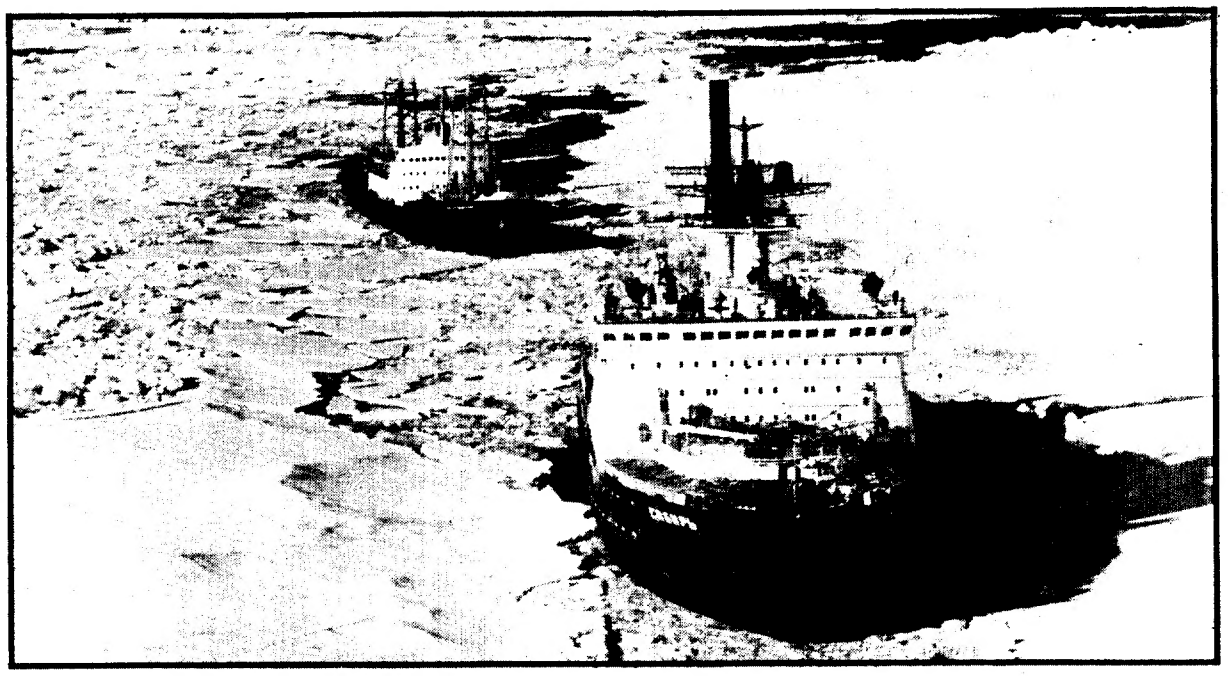
Ian Smith

O bispo Muzorewa

ATRAVÉS DOS GELOS RUMO AO SÉCULO XXI

■ **Novosti**

Nenhuma zona geográfica do nosso planeta resistiu tanto ao homem como o Árctico. No entanto, fizeram-se recentemente experiências no Oceano Glacial, cujo resultado permite confiar no abrandamento de tão duro confronto.



Actualmente, está a decorrer mais uma etapa do programa «Conquista do Arctico». As tripulações dos navios «Capitão Mishevski» – que se move a diesel e a energia eléctrica – e do quebra-gelos atómico «Sibéria», tinham como missão atravessar esse gigantesco campo gelado que se estende de Murmansk, no mar de Barents, até ao estreito de Bering, no Pacífico.

Até então, nenhum navio conseguido passar ao largo das costas setentrionais da URSS em tal época do ano, antes que o Sol provocasse os degelos.

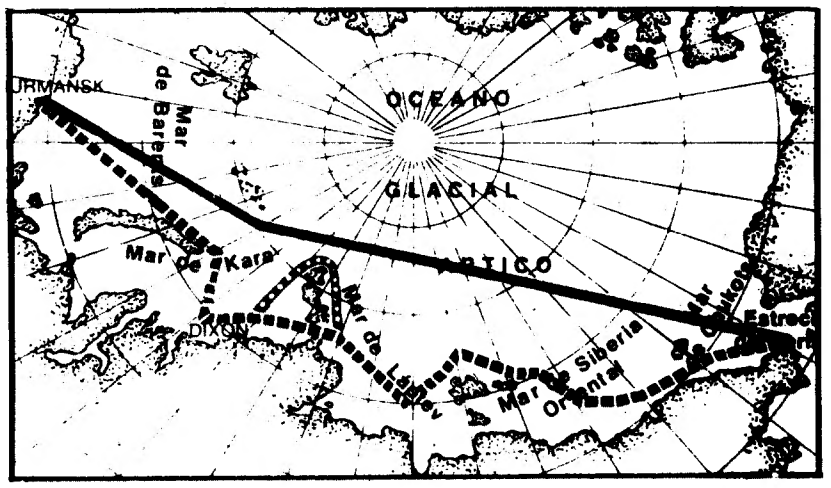
A 300 km do Oceano Glacial, em terras de gelo perpétuo, nas colinas de Chukotka, situa-se a cidade de Bilbino. Separam-na de Moscovo tantos fusos horários como os que separam Londres, de Sidney. A noite polar estende-se por várias meses e as temperaturas atingem 60 graus negativos.

A urbanização de Bilbino foi elaborada e executada de molde a não ser necessário cobrir grandes distâncias para ir à escola, ao hospital ou ao cinema. O aquecimento de todos os edifícios facilita a vida da população que, como em qualquer cidade de clima meridional, se espalha nas horas livres pelas piscinas, os cinemas e as casas de cultura.

Tudo foi traduzido para Bilbino através da Rota Marítima do Norte. As frotas de navios chegam a Chukotka em Julho e Agosto. Nos restantes meses a via fica completamente bloqueada por espessas camadas de gelo. A ligação a Moscovo fica assegurada pelo sistema de telecomunicações através dos satélites «Orbita».

No extremo Norte não há, nem haverá num futuro próximo, estradas ou caminhos-de-ferro. É impensável, devido ao mau tempo, o transporte por avião. Bilbino é uma das centenas de povoações ou cidades existentes ao longo dos sete mil quilómetros da Rota Marítima do Norte. Existe uma infinidade de problemas, de algum modo vinculados ao sistema de transporte. O cobre, o níquel, o carvão, a madeira e muitas outras riquezas naturais da região aguardam, imobilizadas, durante meses.

Em 1930, a revista «Aeroarktika», editada na Alemanha, escrevia: «Pode dizer-se, com segurança, que na nossa época geológica não se poderá contar com a Rota Marítima do Norte para o tráfego marítimo».



Mas o que parecia sem perspectivas nem rentabilidade, era de importância vital para a União Soviética. Em 1932, o governo decidiu organizar uma expedição que tinha como objectivo percorrer durante o período de um Verão a rota que une os três oceanos: Atlântico, Glacial Arctico e Pacífico.

A 28 de Junho desse ano o quebra-gelos «Sibiakov» zarpou de Arjangnelsk. A expedição foi notícia em toda a Imprensa e Rádio mundiais. Mas as dificuldades sucediam-se: o gelo partiu as pás do hélice que tiveram de ser substituídas em circunstâncias dramáticas. O casco abriu uma fenda. Finalmente, a 1 de Outubro, o «Sibiakov» contornou o último banco de gelo e entrou no estreito de Bering.

Ficou demonstrada a possibilidade de atravessar o oceano Glacial. A Rota Marítima do Norte converteu-se, então, numa importante linha de transporte que funcionava apenas no Verão.

Em 1970, na zona ocidental da Rota – de Murmansk a Dudinka, porto na desembocadura do Ienissei – começaram as navegações experimentais durante o Outono e Inverno. A travessia foi difícil, mas concluiu-se que reforçando a frota com quebra-gelos poderosos e navios de carga seguros, se podia alargar o período anual de navegação.

Construiu-se o primeiro quebra-gelos atómico do mundo, «Lenine» e, em seguida, um novo navio idêntico ao «Lenine» mas com o dobro da potência: Setenta e cinco mil cavalos. A frota foi completada com quebra-gelos movidos a diesel e energia eléctrica, e com navios de carga construídos especialmente para a navegação no norte.

Em 1977 o período de navegação no mar de Kara foi prolongada em mais cem dias. Mal se tinha terminado a descarga, em Murmansk, do último navio da frota vinda de Dudinka e partia já, em meados de Fevereiro desse ano, o terceiro quebra-gelos atómico «Sibéria» – do mesmo tipo e potência do «Árctico» – a encabeçar o comboio de navios através dos mares de Barents e de Kara, em direcção à península do Iamal, onde se tinha iniciado a exploração de gás. Pouco tempo depois, o mesmo quebra-gelos conduziu os navios para o complexo metalúrgico de Norilsk, não longe de Dudinka.

Presentemente, está demonstrada a possibilidade de se navegar durante todo o ano na zona ocidental do Arctico soviético. De momento, uma tarefa se impõe: estudar as possibilidades de se alargar o período de navegação a toda a Rota Marítima do Norte.

Vinte e cinco dias foram suficientes ao «Capitão Michevski» e ao «Sibéria» para ir de Murmansk até Magaden, no Pacífico, transportando seis mil toneladas de carga. A viagem não foi fácil. A frota avança, por vezes, a velocidades que não excediam os 100 metros por hora. No entanto, nem a tripulação nem a carga correram perigo.

É, ainda, muito cedo para se falar na vitória sobre o Árctico. O que se pode assegurar, desde hoje, é que vão ampliar-se sem cessar, os períodos de navegação no Árctico. ●

O HOMEM DO PORTA-BAGAGENS

■ **Carlos Mora Herman**

☐ **Prensa Latina**

No dia 24 de Novembro de 1962, dois homens conversavam à esquina das ruas 19 e H, no bairro do Vedado, em Havana.

O tempo não estava aprazível e por isso não se via gente nas imediações.

A certa altura os homens dirigiram-se para um automóvel Plymouth com matrícula diplomática que estava ali perto. Ao parar, um deles olhou para todos os lados, depois abriu rapidamente o porta-bagagens e disse: «Depressa! Entra!!» O outro sem hesitar, entrou e encolheu-se todo, enquanto a tampa descia deixando-o na escuridão.

Uns vinte minutos depois o Phymouth entrava pelo portão de ferro de um palacete e ia esconder-se num recanto da garagem.

O homem do porta-bagagens podia por fim sair do seu incómodo esconderijo para se juntar a cerca de 400 pessoas que se encontravam nos amplos pátios da residência que pertencia à missão diplomática do Uruguai.

Tratava-se de indivíduos que tinham pedido asilo político na embaixada por recearem o comunismo, e que esperavam partir para os Estados Unidos.

O novo asilado chamava-se Manuel Heria Cosculluela e trabalhava na JUCEPLAN, o mais importante organismo económico do Governo revolucionário cubano. Tomara aquela decisão depois de ter tido várias conversas no restaurante **La Torres** com participantes de uma missão enviada a Cuba pelo Governo uruguaio. Dessa missão faziam parte o tenente coronel Willie Purtscher, o capitão Juan Carlos Salabeny e o tenente Danilo Micale, este último director-geral do Ministério do Interior do seu país.

Heria Cosculluela iniciou o caminho do exílio com uma permanência de vários meses naquele palacete de Havana. Em Junho de 1963 partiu para Miami onde se pôs em contacto com dois agentes da CIA: Carlos Fuentes, o clássico «cowboy» ignorante e arquireaccionário, e Chet Van Duren, culto, sofisticado, imagem do intelectual liberal norte-americano.

Em Miami Cosculluela foi submetido a uma série de interrogatórios e, no fim, foi-lhe proposto por ambos que se radicasse em Montevideu e trabalhasse para eles.

Manuel Heria Cosculluela chegou à capital uruguaia em Fevereiro de 1964. Reatou relações com amigos que tinha no Uruguai, principalmente com Micale, e, através do director-geral do Ministério do Interior, conheceu imensas pessoas, como o coronel Mario Aguerrondo, chefe da Polícia de Montevideu e conhecido fascista; o major Alberto Ballestrino, chefe da Guarda Metropolitana, admirador fanático de Hitler (cuja fotografia tinha no quarto) e que gostava de fazer a saudação nazi e de preconizar o terror contra os vermelhos.

Pouco depois, o exilado cubano teve os seus primeiros contactos com a CIA através de um tal Tomás, com quem se encontrou a 8 de Outubro na Avenida Artigas.

Heria Cosculluela proporcionava à CIA informações sobre Micale e sobre outros uruguaios que ia conhecendo.

Posteriormente começou a trabalhar em estreito contacto com a Divisão de Segurança Pública da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), conhecida por «Missão» e que tinha um escritório nominal no edifício da AID e outro real no primeiro andar da direcção da Polícia de Montevideu.

Em Dezembro de 1966 foi descoberta em Montevideu uma organização clandestina que se chamaria «Tupamaros».

Os Estados Unidos receavam a sua possível penetração no pequeno país. Era pois necessário reforçar a polícia, dar-lhe um espírito de corpo e um treino que a fizesse capaz de enfrentar com êxito uma «subversão vermelha».

Isto incluia cursos especiais de treino na Academia Internacional da Polícia, que funcionava em Washington sob os auspícios do FBI e do Departamento de Estado norte-americano.

O exilado cubano trabalhou com William A. Cantrell, agente da CIA e assessor de investigações da AID, que chegou ao Uruguai no segundo semestre de 1966. Trabalhou também com o chefe da Divisão de Segurança Pública da AID no Uruguai, Adolph B. Saenz, agente do F. B. I. .

Mas a missão mais importante que Heria Cosculluela levou a efeito foi em 1970, com o substituto de Saenz, Dan Anthony Mitrione. O cubano pôde conhecer bem essa sinistra figura que mais tarde seria justiçada pelos Tupamaros.

Mitrione trazia consigo uma grande fama devida ae eficiente trabalho que fizera no Brasil. Esse trabalho consistia em ensinar a matar e torturar, e conseguir tirar informações aos presos políticos.

O novo «assessor» da Polícia uruguaia era um perfeccionista exigente e frio. Um autêntico exemplo de toda a monstruosidade que pode albergar-se num agente dos corpos repressivos norte-americanos.

As primeiras aulas práticas foram feitas com três mendigos e uma prostituta, apanhados na rua. Com eles foram experimentados vários métodos de tortura. Morreram todos quatro. Seguir-se-lheiam vários presos políticos.

Os chefes da CIA vieram a saber, oito anos mais trde, que o homem do porta-bagagens do Plymouth era um oficial cubano da Segurança, que se infiltrara na CIA. Heria Cosculluelo escreveu um livro sensacional, recentemente publicado em Havana com o título **Passaporte 11333.** ●

VENEZUELA

País com futuro solicita capital

■ **Tomaz Diaz**

□ **Prensa Latina**

CARACAS – A capital venezuelana perfez o 411.° aniversário da sua fundação, sem os românticos telhados vermelhos que a caracterizaram e serviram de inspiração a poetas e pintores; entretanto um gás letal tem coberto a sua atmosfera e ameaça os seus habitantes.

Esta cidade cresce a um ritmo característico de uma nação petrolífera, que produz dois milhões e 200 mil barris diários de petróleo bruto a que corresponde uma receita anual de 10 mil milhões de dólares.

Os arranha-céus desafiam as montanhas Ávila que fecham o vale pelo lado norte e o separa do mar das Caraíbas. Os automóveis, segundo números oficiais, já atingem os 600 mil. A delinquência faz todas as noites um grande número de vítimas. Os bairros dos arredores crescem a ritmo alucinante, apertando cada vez mais a cintura à volta da capital. A inflacção reduz os petrodólares.

No entanto, para os dois milhões e 500 mil habitantes de Caracas há um crescimento menos perceptível: a contaminação letal.

Recentemente, uma jovem pertencente ao Centro de Estudos Avançados do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC), subiu ao terraço de um edifício no centro da cidade, colocou os seus aparelhos, recolheu amostras do ar, analisou-as e no fim exclamou: «Chumbo no centro de Caracas!»

A investigadora descobriu também na atmosfera da capital a presença de alumínio, cloro, sódio, bromo, vanádio, ferro, zinco e cobre.

Os níveis de chumbo, zinco e bromo em Caracas «foram muito elevados durante todo o período de recolha de amostras», explicou.

Posteriormente, foram feitas comparações da concentração de chumbo em Caracas, com os níveis de qualidade do ar noutros países e chegou-se à conclusão de que a percentagem verificada nos dias de recolha de amostras ultrapassa por exemplo os níveis de Moscovo, União Soviética, em 100 por cento e da Califórnia, Estados Unidos, em 60 por cento.

O chumbo exalado principalmente dos automóveis, é um tóxico que entra no corpo humano pelas três formas possíveis: gasosa, ou como aerosol, pelo ar, dissolvido ou suspenso, nas bebidas e nos alimentos.

Investigações médicas confirmaram que, quando as concentrações de chumbo são suficientemente elevadas, começam a sentir-se problemas em todos os órgãos, devido ao envenenamento produzido por esse metal.

A ingestão e o uso dos sais de chumbo provoca doenças graves nas pessoas, as quais são conhecidas pelo nome genérico de saturnismo.

O envenenamento pelo chumbo, que pode ocorrer muito depois de se estar exposto a uma quantidade elevada deste elemento, afecta particularmente os tecidos moles, principalmente o sistema nervoso, rins e sangue.

Grandes quantidades de chumbo no sangue podem causar anemia e produzir nefrite nos rins.

Os seus efeitos no sistema nervoso central caracterizam-se por convulsões e tumores cerebrais.

Muitos especialistas venezuelanos têm repetidamente chamado a atenção para os graves riscos que representa para a população infantil a contaminação, em virtude do atraso mental que pode provocar.

Além disso, o envenenamento das crianças pelo chumbo, segundo confirmam as investigações, apresenta sintomas como a diminuição do apetite, fadiga, irritabilidade, dores de cabeça e abdominais e algumas vezes vómitos persistentes.

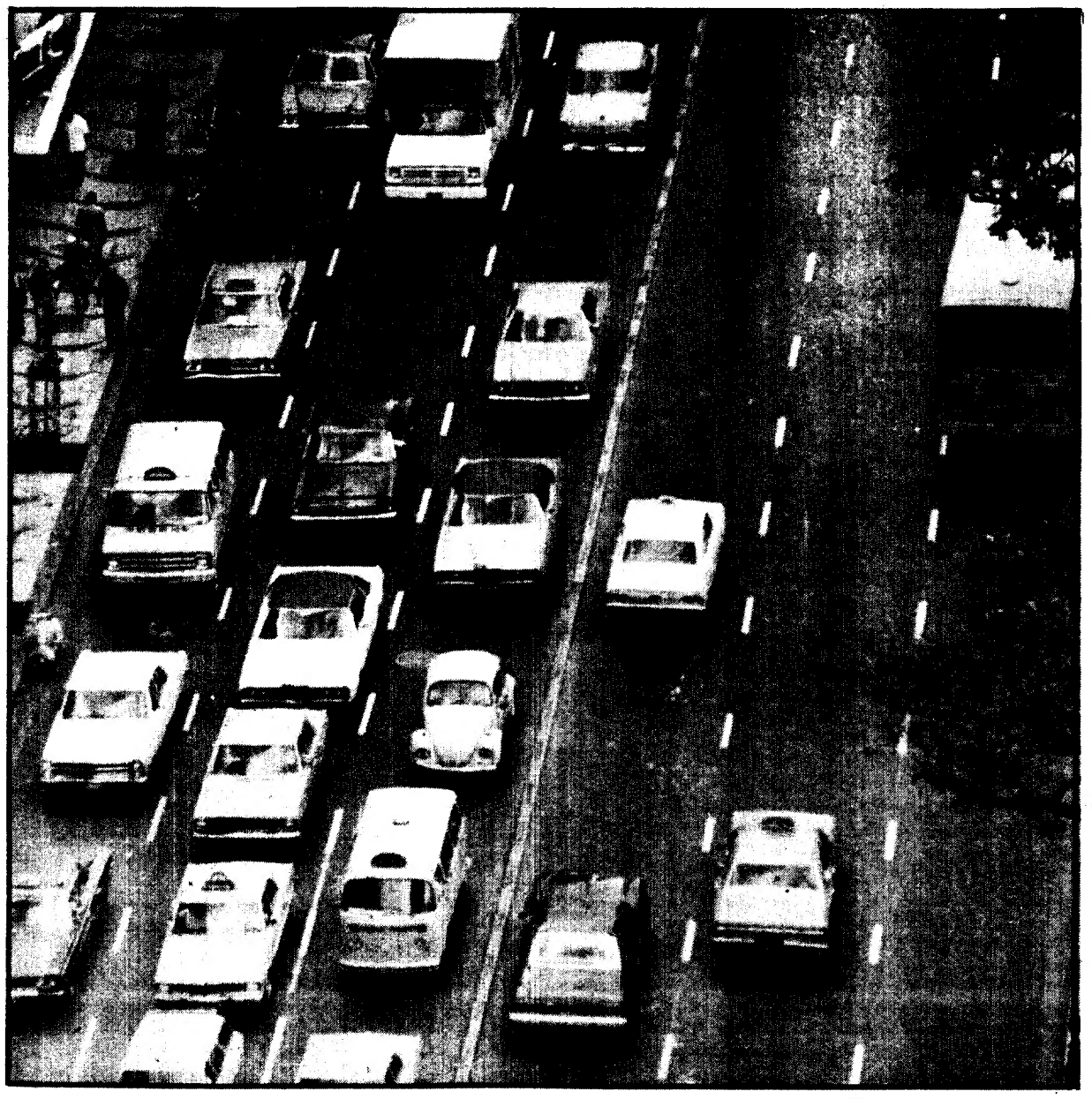
Um simples ataque de encefalopatia aguda, causada pelo chumbo, pode dar origem a hemorragia cerebral, atraso mental e epilepsia.

Para maior prejuízo dos habitantes de Caracas, as investigações têm demonstrado que as maiores concentrações de chumbo na cidade são produzidas entre as oito e as 10 da manhã; precisamente quando a população se dirige para o trabalho, para a escola ou outras actividades, encontrando-se por isso, mais exposta à influência do dito metal, que cobre a atmosfera.

A razão da elevada concentração a essas horas encontram-na os especialistas na movimentação, quase simultânea, dos 600 mil veículos, que existem em Caracas.

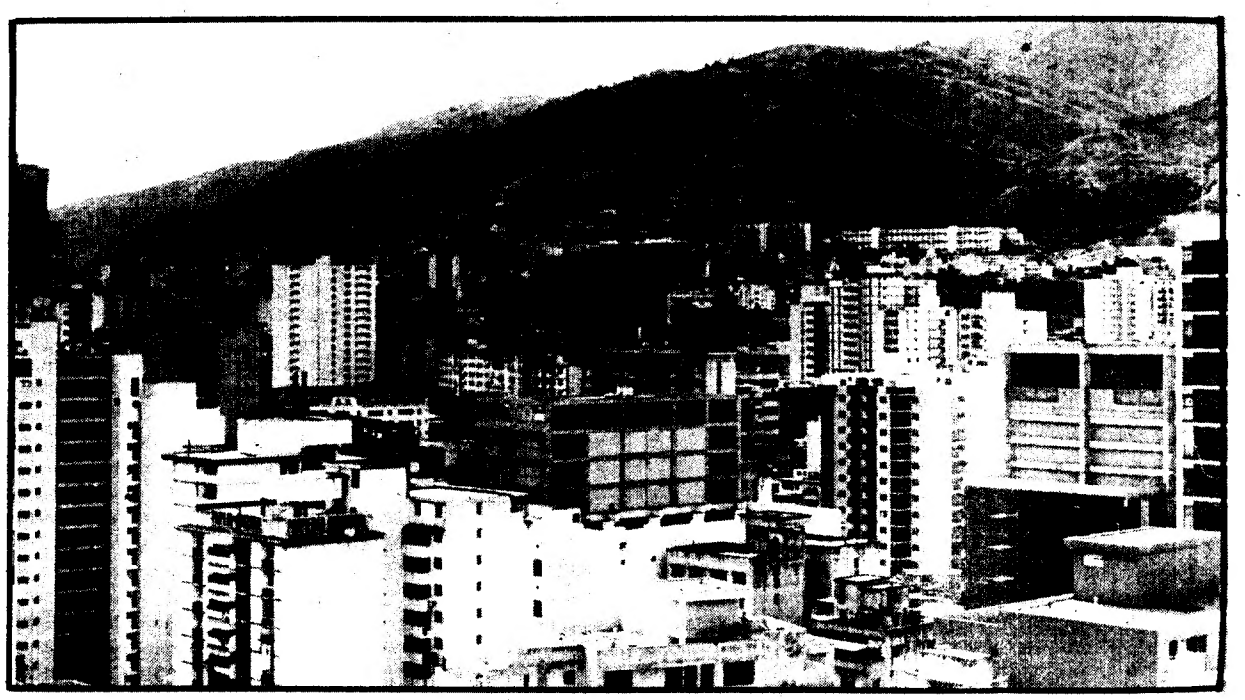
Este crescimento inesperado, que ameaça de morte os habitantes da capital venezuelana e outras grandes cidades do interior, é consequência do descontrolado crescimento urbano que sofre actualmente a Venezuela.

Ao cumprir-se recentemente o 411.° aniversário da fundação de Caracas e tomando em consideração todas as razões aqui expostas, o diário «El Nacional», um dos de maior tiragem, denunciava esta situação com o anúncio «País com futuro, solicita capital». ●



Seiscentos mil automóveis invadem o Vale de Caracas com o seu mortífero gás carbónico

A contaminação regista níveis alarmantes

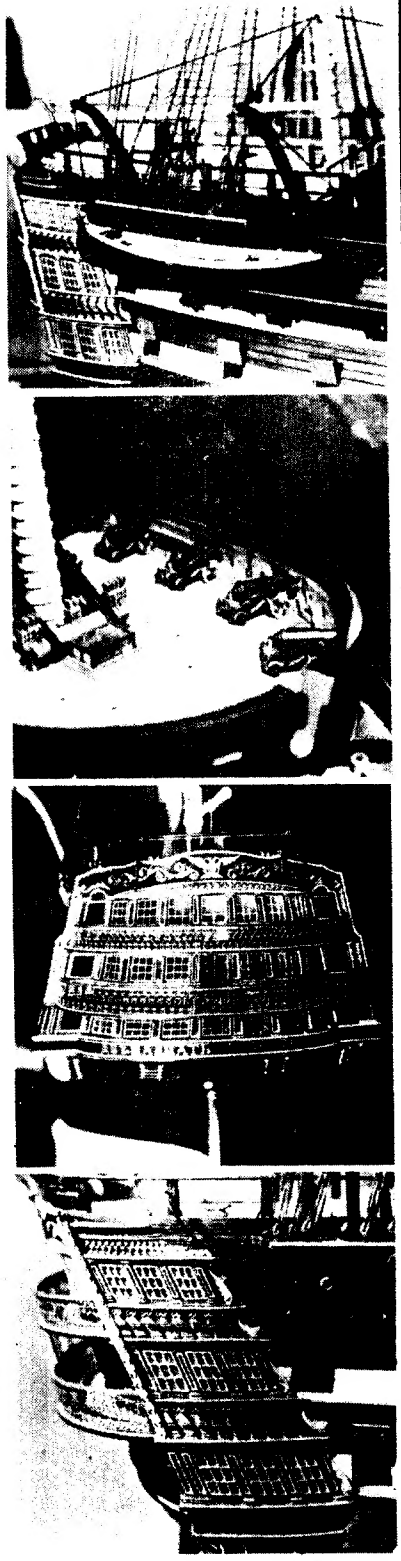


Os arranha-céus desafiam as montanhas Ávila

PELO MUNDO

Brinquedo científico

Há muitos anos que Lev Alyoshin, membro do Instituto de Investigação Científica do Brinquedo da URSS, se dedica à construção de modelos de navios de guerra. Um dos seus trabalhos mais famosos foi a miniatura do barco de guerra «Yevstafy», que ficou destruído na batalha de Chesmenskoye, travada há 200 anos entre a Rússia e a Turquia. Como não existia nenhuma reprodução do barco, o artista teve de desenvolver um longo trabalho de pesquisa e de desenhar pormenor a pormenor toda a maqueta da sua obra, que se encontra hoje exposta no Museu de Leninegrado. Actualmente o artista está a fazer a reprodução do barco «Doze Apóstolos», navio-almirante da frota do Mar Negro, que, durante a guerra da Crimeia (1853-56) foi afundado quando tentava impedir a entrada do inimigo na baía de Sebastopol. Na foto: pormenores da miniatura do «Doze Apóstolos».



Conakry à espera de Giscard

O presidente Valery Giscard d'Estaing visitou recentemente a Guiné-Conakry, selando a reconciliação entre a França e aquela sua antiga colónia africana. Após 20 anos de ruptura, Conakry e Paris retomam contactos. A foto da Sipa-Press mostra-nos uma rua da capital daquele país africano. Nos muros, um retrato gigantesco do presidente Sekou Touré e um desenho alusivo aos trabalhos agrícolas.

OS EMIGRANTES NA EUROPA OCIDENTAL

Segundos os dados da Confederação Sindical Europeia em Julho passado os países do Mercado Comum» registavam 6 milhões de desempregados (dados oficiais), sem contar com mais 3 milhões que não se encontram inscritos nas bolsas de trabalho. Recusando aceitar as reformas económicas e sociais exigidas pelas forças progressistas, que poderiam aumentar consideravelmente os empregos, os círculos dirigentes da «pequena Europa» esforçam-se por solucionar o problema do desemprego de outro modo: reenviar os emigrantes para os seus países de origem.

A França e a RFA oferecem actualmente um «auxílio financeiro de saida», àqueles que trabalharam durante cinco anos. A Bélgica também está disposta a «abrir os cordões à bolsa». O Partido Liberal de Bruxelas apresentou no Parlamento um projecto-lei que coloca a seguinte alternativa aos imigrantes que se encontram no país há menos de cinco anos e perderam o emprego há mais de 6 meses: ou aceitam o subsídio de saida do país ou perdem o subsídio de desemprego. Contudo os trabalhadores estrangeiros descontaram regularmente para a previdência e segurança social, tal como os trabalhadores nacionais, tornando-se indefensável esta discriminação.

Os partidários britânicos da «liberdade de circulação das pessoas e das ideias» utilizam há bastante tempo medidas brutais contra os «imigrantes de cor». O Ministério do Interior da Inglaterra, tem direitos especiais para reembarcar todos os imigrantes considerados «indesejáveis». De 1973 a 1977 cerca de 5.500 pessoas passaram pelas prisões britânicas à espera de serem enviadas, a`força, para o país de origem.

A Europa dos monopólios pratica o «apartheid» nas próprias relações de trabalho. Através desta discriminação os governos ocidentais procuram desembaraçar-se de milhões de assalariados que ela própria importou.

EUA INTENSIFICAM PODERIO MILITAR NA ZONA DO PACIFICO

Harold Brown, secretário de Defesa norte-americano, avistou-se há tempos com dirigentes do Governo japonês com o objectivo de precisar a estratégia global dos Estados Unidos e do Japão na Ásia e na xona do Pacífico e assegurar o reforço da aliança militar nipo-americana.

No decurso da sua entrevista com Fujuda então primeiro-ministro japonês, Harold Brown anunciou o projecto de Washington de intensificar o seu poderio militar a oeste do Pacífico. «Os Estados Unidos vão reforçar a sua 7.ª frota, cuja base estratégica se encontra no porto japonês de Yokosuka», disse o secretário da Defesa americano.

Por seu lado, Takeo Fukuda exprimiu a disposição do Japão de contribuir para uma maior parte das despesas de manutenção das forças americanas no seu território.

Harold Brown avistou-se também com Shin Kanemaru, director dos Serviços de Defesa Nacional, tendo os interlocutores discutido planos de acção conjunta de tropas nipónicas e americanas em caso de «circunstâncias extraordinárias».

Entretanto, assiste-se à intensificação das actividades das forças militares dos EUA em todo o território das ilhas nipónicas. No fim da passada semana, em Okinawa, iniciaram-se exercícios de tropas militares norte-americanas com o objectivo de aperfeiçoar as operações de apoio às tropas aerotransportadas.

Os EUA têm acantonados no Japão cerca de 50 mil soldados e oficiais, distribuídos por 140 bases militares.

"ANTONIO E CLEOPATRA" -a peça de Shakespeare encenada por Peter Brook

O famoso teatro de Stratford-on-Avon apresenta uma nova versão de «António e Cleópatra», com Glenda Jackson e Alan Howard nos dois principais papéis da conhecida peça de Shakespeare. O encenador, Peter Brook, faz desenvolver a peça num cenário completamente despido, no qual apenas se observam painéis de vidro opaco.

EXCLUSIVO
N.º 1/79